



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO PPGEdu

GLÁUCIA MÍRIAM SIMÕES DA MOTTA

**O ESPORTE NOS PROGRAMAS DE JUVENTUDE:
PROPOSIÇÕES E PERCEPÇÕES A PARTIR DO PROJETO PROTEJO
NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

RIO DE JANEIRO

2014

GLÁUCIA MÍRIAM SIMÕES DA MOTTA

**O ESPORTE NOS PROGRAMAS DE JUVENTUDE:
PROPOSIÇÕES E PERCEPÇÕES A PARTIR DO PROJETO PROTEJO
NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Gil Esteves

RIO DE JANEIRO

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GLÁUCIA MÍRIAM SIMÕES DA MOTTA

**O ESPORTE NOS PROGRAMAS DE JUVENTUDE:
PROPOSIÇÕES E PERCEPÇÕES A PARTIR DO PROJETO PROTEJO
NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, _____ / _____ / _____

Prof. Dr.º Luiz Carlos Gil Esteves
Orientador – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Regina Celia Reyes Novaes - UFRJ
(Membro externo)

Prof.^a Dr.^a Eliane Ribeiro Andrade - UNIRIO
(Membro interno)

Para meus filhos Mariah, Lucca e Guilherme: minha sempre
estimulante fonte de juventude

AGRADECIMENTOS

À Deus que, iluminando meus pensamentos se fez presente em todos os momentos de meu percurso como mestranda;

Ao meu marido Maurício, pelo apoio e caprichoso auxílio na formatação da dissertação;

À minha mãe, exemplo de dedicação à educação. Dela vem minha certeza que as políticas públicas, mesmo com adversidades, são possíveis de darem certo. A ela também meu agradecimento pelas comidinhas gostosas e atenção a meus filhos quando estive atarefada;

Ao meu pai pela confiança em saber que, permanecia sempre disponível para o que eu precisasse;

Às minhas queridas irmã Tathi e afilhada Maria Clara, que estiveram na torcida;

À minha tia e madrinha Adélia, pela exaustiva revisão de texto;

À amiga Flavia Coelho, que me apresentou a juventude como uma agradável possibilidade de pesquisa e ainda retirou muitas pedras do caminho, me mostrando atalhos para essa conquista;

Às amigas Claudia Marins e Helena Adnet, pelas palavras de coragem que sempre tinham a me oferecer;

Ao meu querido orientador professor Luiz Carlos Esteves, pela paciência e carinhosa parceria na construção dessa pesquisa;

À professora Regina Novaes, pela pronta disponibilidade para participação da banca e pelas importantes contribuições fornecidas na qualificação, que fizeram diferença nesta dissertação;

À Eliane Ribeiro, minha professora Lili, por ter aberto as portas do Projovem quando eu ainda buscava meu caminho de pesquisa, também pelos afagos e valiosas contribuições acadêmicas tanto nas aulas, bate-papos e qualificação;

Aos queridos professores Miguel Farah Neto, Maria Fernanda Nunes, Mônica Peregrino, Diógenes Pinheiro, pelos exemplos de como se é trabalhar em equipe na universidade;

Às amigas Ana Cristina Fernandez, Andréa Relva e Monica Clemente, minhas companheiras, desde a época de estudo para o processo de seleção no mestrado e escrita do pré-projeto de pesquisa;

À equipe do Projeção SMDS/RJ, em especial à coordenadora Karina Pinto. Suas participações, além de carinhosas, proporcionaram uma inesperada e produtiva reorientação da dissertação;

Às amigas que fiz no mestrado: Helen Prado, Laine Ferreira e Luana Gomes, cúmplices de angústias acadêmicas.

RESUMO

Nesta pesquisa, buscou-se revelar as proposições e percepções sobre as atividades realizadas no Projeto de proteção de jovens em território vulnerável, denominado Protejo. Esse Projeto foi desenvolvido no município do RJ através de convênios celebrados entre o Ministério da Justiça com a Secretaria Estadual de Assistência e Direitos Humanos e com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Também foram consideradas as maneiras como os jovens, educadores e gestores perceberam as atividades integrantes dessa ação. Abordaram-se ainda as particularidades sobre a juventude e seus desejos relacionados às atividades esportivas, com algumas sugestões metodológicas inerentes às políticas públicas destinadas a essa faixa etária.

Palavras Chaves: Políticas Públicas, Juventude, Protejo, Esporte, Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The aim of this research was to reveal the proposals and perceptions about the activities performed on the Project of youth's protection at vulnerable territory, called Protejo. This Project was developed in the municipality of Rio de Janeiro through two agreements between the Ministry of Justice and two governmental offices: the Social Assistance and Human Rights Office of the state of Rio de Janeiro and the Social Development Office of the municipality of Rio de Janeiro. The point of view of youth, educators and managers about the Project activities were also taken into account. Furthermore, this survey also addressed the peculiarities about youth and their wishes related to sport activity, with methodological suggestions inherent to public policies destined to this age group.

Key Words: Public Policies, Youth, Protejo, Sport, Pedagogical Practices.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação entre os recursos destinados ao Pronasci com os do Departamento Penitenciário e da Política Antidrogas	44
Tabela 2: Municípios do Rio de Janeiro que pleitearam e tiveram projetos aprovados em 2008	45
Tabela 3: Proposição de carga horária para às atividades do Protejo	48
Tabela 4: Execução orçamentária do Protejo em 2008 e 2009	50
Tabela 5: Proposições de atividades oferecidas no convênio com a SEASDH 2009 .	52
Tabela 6: Proposições dos arcos de atividades de qualificação para o trabalho	53
Tabela 7: Territórios que receberam o Protejo/SEASDH-2010 - 2011	55
Tabela 8: Territórios que realizaram o Protejo/SMDS nos anos de 2012-2013 com o quantitativo de jovens inscritos	57
Tabela 9: Quantitativo de jovens desistentes do Protejo/SMDS 2012 - 2013	58
Tabela 10: Redistribuição do oferecimento de vagas Protejo/SMDS - 2012 - 2013...	58
Tabela 11: Quantitativo de bolsas mensais, pagas aos jovens, de acordo com a frequência mensal	59
Tabela 12: Quantitativo de jovens certificados no Protejo/SMDS 2012 - 2013	59
Tabela 13: Proposições das atividades de formação cidadã oferecidas pelas Estações Cidadania	60
Tabela 14: Distribuição dos jovens integrantes do Protejo/SMDS, por idade	93
Tabela 15: - Distribuição dos jovens da pesquisa Unesco e do Protejo/SMDS, que praticam ou não atividade esportiva, por sexo	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Grau de escolaridade dos jovens brasileiros (Censo 2010)	28
Gráfico 2: Mapa de localização das Estações Juventude/ SMDS e respectivos quantitativo de questionários aplicados	87
Gráfico 3: Faixa etária dos jovens do Protejo/SMDS.....	92
Gráfico 4: Cor/Raça dos jovens do Protejo/SMDS	94
Gráfico 5: Escolaridade dos jovens do Protejo/SMDS	96
Gráfico 6: Prática de atividades esportivas pelos jovens do Protejo/SMDS	99
Gráfico 7: Importância de oferecer atividades físico-esportivas no Protejo, segundo os jovens do Protejo/SMDS	100
Gráfico 8: Estímulo da atividade física para ida dos jovens ao Protejo/SMDS	101
Gráfico 9: Motivos pelos quais a atividade física é importante, segundo os jovens do Protejo/SMDS	102
Gráfico 10: Razões pelas quais a atividade física é importante, segundo os jovens do Protejo/SMDS, agrupados motivação	103
Gráfico 11: Atividades que mais gostaram de realizar no Protejo/SMDS, segundo os próprios jovens participantes	105
Gráfico 12: Atividades que menos gostaram de realizar no Protejo/SMDS, segundo os próprios jovens participantes	106
Gráfico 13: Atividades físico-esportivas praticadas pelos jovens do Protejo/SMDS .	107
Gráfico 14: Atividades físico-esportivas praticadas pelos jovens do Protejo/SMDS, distribuídas por gênero	108
Gráfico 15: Gráfico 15a: Atividades físico-esportivas sugeridas, pelos jovens do Protejo/SMDS (parte 1/2), para o Protejo	110
Gráfico 15: Gráfico 15b: Atividades físico-esportivas sugeridas, pelos jovens do Protejo/SMDS (parte 2/2), para o Protejo	110
Gráfico 16: Locais para realização de atividades física próximo da residência dos jovens do Protejo/SMDS, segundo os próprios jovens	111

LISTA DE SIGLAS

CNE - Conselho Nacional do Esporte

CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude

DOM - Diário Oficial do Município

DOU - Diário Oficial da União

EPT - Esporte Para Todos

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

GGIM - Gabinetes de Gestão Integrada Municipal

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

IBRATEC - Instituto Brasileiro de Tecnologia e Desenvolvimento Ensino e Pesquisa da Administração Pública

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INESC - Instituto de Estudos Econômicos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOA - Lei Orçamentária Anual

Lula - Luiz Inácio Lula da Silva

MEC - Ministério da Educação

MJ - Ministério da Justiça

MP - Medida Provisória

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCCI - Prática Comunitária Cidadã

PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

PDI- Plano de Desenvolvimento Individual

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PIAPS - Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência

PNJ - Política Nacional para Juventude

ProEja - Programa Nacional de Integração da educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos

Pronasci - Programa Nacional de Segurança com Cidadania

Protejo - Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável

PSFO – Percurso Social Formativo Individualizado

PUC - Pontifícia Universidade Católica

RENAESP - Rede Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública

SEASDH - Secretaria Estadual de assistência social e Direitos Humanos

SIMAP - Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronasci

SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SMDS - Secretaria Municipal de desenvolvimento Social

SME - Secretaria Municipal de Educação

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SNDEL - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer

SNELIS - Secretaria Nacional de Esporte Educação Lazer e Inclusão Social

SNJ - Secretaria Nacional da Juventude

SUSP - Sistema Único de Segurança Pública

UFF - Universidade Federal Fluminense

Unirio - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

Introdução	16
Procedimentos metodológicos	20
Capítulo I – A Juventude brasileira e os programas sociais	
1.1 - A Juventude brasileira: de quem estamos falando?	27
1.2 - A chegada dos Projetos Sociais no Brasil	30
Capítulo II – Proposições de um programa de segurança tão sonhado: o Pronasci	
2.1 - Trajetória do Pronasci	33
2.2 - Monitoramento	41
2.3 - Recursos financeiros	43
2.4 - O Pronasci no Município do Rio de Janeiro	44
Capítulo III – Proposições de um projeto para jovens em território vulnerável: o Protejo	
3.1 - Contextualizando o Protejo	47
3.2 – O Protejo no Município do Rio de Janeiro: Proposições para suas ações	51
3.2.1- Convênio SEASDH/MJ/SENASP – 2009	51
3.2.2 - Convênio SEASDH/MJ/SENASP – 2010/2011	54
3.2.3 - Convênio SMAS (SMDS)/MJ/SENASP – 2009	57
Capítulo IV – O Protejo e as atividades esportivas	
4.1 - Atividade esportiva: de que se trata?	62
4.2 - Um breve histórico da educação física no Brasil	68
4.3 - O encontro da juventude e o esporte	74
4.4 - As proposições de atividades esportivas do Protejo	81
4.4.1 - Convênios com a SEASDH	81
4.4.2 - Convênio com a SMAS (SMDS)	81

Capítulo V – Percepções sobre o Protejo

5.1 - Conjugação de olhares sobre o Protejo	83
5.2 - Protejo na SEASDH/RJ	84
5.3 - Protejo na SMDS/RJ	85
5.4 - Quem são os Jovens do Protejo/SMDS?	90
5.5 - Os Jovens do Protejo/SMDS e o Esporte	98
5.6 - Os Oficineiros do Protejo/SMDS	112

Capítulo VI – Considerações finais	115
---	-----

Referências bibliográficas	122
---	-----

Anexo I: Atividades desenvolvidas pela pesquisadora relacionadas à implementação e execução de políticas públicas	131
--	-----

Anexo II: Roteiro Entrevista com coordenadora geral	135
--	-----

Anexo III: Questionário dos educadores	137
---	-----

Anexo IV: Questionário dos jovens	141
--	-----

Anexo V: Termo de consentimento esclarecido menores de idade	145
---	-----

Anexo VI: Termo de consentimento esclarecido educadores	147
--	-----

Introdução

Estar envolvida com uma pesquisa relacionada à juventude em um momento tão especial como este, em que o tema é um dos centros de discussão na atualidade brasileira, é animador e instigante. Assistir ao vivo, pela televisão, a sanção do Estatuto da Juventude, após dez anos de longas negociações políticas, seminários e conferências; vivenciar e ouvir os comentários da população em geral sobre a participação dos jovens por ocasião da Jornada Mundial da Juventude; acompanhar e compartilhar as manifestações políticas onde os jovens demonstram, pelo país afora, sua insatisfação com a corrupção, clamando por melhores condições na área da saúde e da educação, contra a PEC 37, pelo *impeachment* de parlamentares que não exercem seus mandatos honestamente, todos esses fatos enriquecem meu olhar de pesquisadora, a partir do momento que percebo a forte participação juvenil dentro desse contexto histórico.

Tais eventos fortaleceram - e permanecem fortalecendo, já que alguns deles ainda estão em curso - a ideia da importância dos jovens como protagonistas de histórias transformadoras. Podemos, através deles: jovens com nomes, sobrenomes e histórias que já nos alegram hoje, tornar o que, até então, era esperança e utopia visionárias em realidade, garantindo mudanças para suas vidas.

Ao mesmo tempo, esses acontecimentos contribuem para visualizarmos o abismo existente entre a juventude participante de tais atividades e outra parcela que só é visível quando tem seus nomes relacionados à violência. Será, então, sobre essa juventude, participante de um projeto que integra uma das ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), ou seja, o Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo), que esta dissertação tratará.

Mais adiante esse Programa e Projeto receberão um tratamento mais detalhado. Mas cabe aqui uma breve apresentação dos mesmos: o Pronasci foi lançado em agosto de 2007 pelo Ministério da Justiça, caracterizando-se na época como um marco nas políticas públicas de segurança do Brasil, uma vez que promovia inúmeras inovações. Sendo, assim, um grande promotor da compreensão de que a segurança pública é uma questão transversal, que perpassa várias áreas do poder público de maneira integrada, reconhecendo que os problemas decorrentes não devem ser tratados apenas com repressão, mas também com prevenção. Em 2011, todos esses princípios e diretrizes,

introduzidos pelo Pronasci na área da segurança pública, passaram a ser orientadores de toda a política nacional conduzida pelo governo federal (BRASIL/MJ, 2014). Esse Programa foi planejado para ser executado através de 94 ações estruturais, dentre as que ainda estão em curso, uma é o objeto maior desta pesquisa: o Protejo.

O Protejo é um projeto para jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, egressos do sistema prisional ou cumprindo medidas socioeducativas. Seu objetivo maior é promover a cidadania, oferecendo qualificação profissional e inclusão social através de atividades que têm como temas: formação cidadã e sociojurídica, violências, resolução não-violenta de conflitos; ampliação do letramento; educação ambiental, educação sustentável; sexualidade; autoestima; informática, e tecnologia; prevenção à drogadição; introdução ao mundo do trabalho, além de atividades culturais e esportivas (BRASIL/MJ, 2014).

O interesse por esse tema se consolidou a partir da formação da pesquisadora como professora de educação física; por sua função desempenhada na elaboração do curso de formação dos profissionais, que atuariam nas atividades de esporte do Protejo, realizado pela Secretaria Estadual de Assistência e Direitos Humanos (SEASDH) e, também, pela proximidade com os profissionais envolvidos no mesmo.

Inicialmente, pretendia-se resgatar a história de jovens participantes de três territórios¹ no estado do Rio de Janeiro, onde ocorreram atividades esportivas. Porém, ao buscar a história do Projeto, mais especificamente a ação do Protejo relacionada ao esporte, foi constatado, até onde se pôde pesquisar, não haver uma linha histórica visivelmente traçada. Decidiu-se, então, reunir os materiais dispersos para deixar registrado, em um único documento, os principais resultados da importância do esporte no referido Projeto. Porém, quando houve necessidade de se acessar os seus registros, de posse da coordenação nacional, muitas outras dificuldades foram encontradas.

Continuando a pesquisa, foi com alegria que se constatou que o Protejo estava em desenvolvimento no município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal

¹ Território – é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a cultura, a política e as instituições (FLORES,2009,p.94) que compreende e se importa com a totalidade da localidade.

de Desenvolvimento Social – SMDS². Essa situação foi percebida como uma oportunidade para delimitar ao Município do Rio de Janeiro o tema desta dissertação, integrando-o ao objeto de meu interesse que é o esporte.

Deste modo, o presente estudo está sendo guiado pelo seguinte objetivo geral:

- revelar as proposições e percepções sobre as atividades esportivas desenvolvidas no Protejo realizado no município do Rio de Janeiro.

Ao continuarmos aprofundando as questões desta dissertação, chegaremos aos seguintes objetivos específicos:

- refletir qual o papel das práticas esportivas e do esporte nos programas de juventude nos moldes do Protejo;
- conhecer o que os jovens do Protejo/SMDS desejam em relação às atividades esportivas;
- demonstrar a importância da relação entre metodologia pedagógica utilizada para desenvolver atividades esportivas e os processos de inclusão e exclusão sociais;
- apresentar as dificuldades de implantação de um projeto desta grandeza junto à juventude.

Esta pesquisa está sendo organizada de acordo com os seguintes capítulos:

No Capítulo I (Juventude e a conquista de visibilidade) a juventude é apresentada com suas características, bem como essa vem sendo, gradativamente, incluída na agenda das políticas públicas nacionais. Discutem-se os modos como os jovens são compreendidos na sociedade até o momento em que é percebida a sua ligação com a violência e, conseqüentemente, a necessidade do surgimento dos programas sociais e dos projetos de esporte.

No Capítulo II (Proposições de um programa de segurança tão sonhado: o Pronasci) é relatada a história do planejamento do Pronasci e sua relação com as prioridades destinadas, pelo governo federal, à segurança pública. Também são

² A atual Secretaria de Desenvolvimento Social do Município do Rio de Janeiro (SMDS) até 2012 era denominada Secretaria de assistência Social (SMAS), sendo inclusive este o nome vigente no momento de assinatura do convênio referente do Protejo.

apresentadas as proposições para implantação do Programa e a diminuição de seu prestígio junto ao Ministério da Justiça. Posteriormente, relata-se como ele chegou ao Rio de Janeiro; como se deu a releitura de suas propostas realizadas pelas SEASDH e SMDS; assim como os locais onde o mesmo foi implantado.

No Capítulo III (Proposições de um projeto para jovens em território vulnerável: o Protejo) identificam-se os objetivos propostos ao Protejo, seu público alvo e as atividades de seu escopo. Apresenta-se, também, o orçamento destinado a ele no período de 2008 a 2010 e os editais que foram lançados objetivando propostas pelos governos estaduais e municipais. Além disso, expõe-se sobre as expectativas do Protejo no Município do Rio de Janeiro, dentro das ações dos três convênios realizados, com algumas de suas respectivas atividades, as esportivas recebendo um destaque especial.

O Capítulo IV (Protejo e atividades esportivas) inicia-se com a exposição das diversas possibilidades de definição do termo “atividade esportiva”, (apresentando-se, para isso, um breve histórico da educação física) até chegar-se ao aparecimento da Teoria Crítica do Esporte. A partir daí, são exibidos os documentos que trazem as expectativas da juventude brasileira, quanto às políticas públicas, para o esporte, assim como as proposições de atividades esportivas no Protejo.

No Capítulo V (Percepções sobre o Protejo) o presente estudo expõe as percepções da própria pesquisadora, dos gestores, dos educadores e dos jovens acerca do Protejo, utilizando, para isso, entre outros recursos, respostas de 113 questionários aplicados junto aos jovens do Protejo/SMDS.

No Capítulo VI (considerações finais), há um encontro feliz dos “achados” que a pesquisa proporcionou com as proposições oficiais do Protejo. A partir daí, nesta interlocução, há indicações de possibilidades de caminhos que poderiam fazer diferença na implantação e execução de projetos sociais para a juventude.

Procedimentos Metodológicos

O encontro de minha experiência como professora de educação física na rede municipal do Rio de Janeiro com os trabalhos de implementação de uma série de políticas públicas, consideradas inovadoras trouxe o desejo de realizar uma pesquisa mais aprofundada, em que pudesse refletir sobre dois assuntos que são fundamentais em minha trajetória profissional: esporte e políticas públicas.

Ao refletir sobre esse percurso, constato, conforme o Anexo I, que esses assuntos sempre estiveram presentes em minhas escolhas, confirmando, assim, minha crença na possibilidade de transformações sociais através das mesmas.

A dificuldade em delimitar o problema a ser pesquisado foi solucionada com a possibilidade de ter no Projeto Protejo a confluência entre meus objetos de interesse. Dessa forma, iniciei esta dissertação, na busca de melhor compreender a importância do esporte dentro das políticas públicas.

Outro fator que me trazia inquietação e que precisava incluir na pesquisa foi a constatação de que o esporte é tratado pelo senso comum como salvador dos problemas juvenis. Para isso, são criadas, em comunidades pobres, muitas escolinhas de esporte, para crianças, adolescentes e jovens, objetivando ocupar seu tempo e mente para que não se envolvam em atividades ilícitas. O esporte é reduzido, assim, a um mero instrumento de aquisição de valores, de regras, de disciplina e de conquista de um *“corpo são e mente sã”* (como dizia Barão de Coubertin). Mas ele é mais, muito mais do que isso.

Como Bonalume (2010) nos apresenta a seguir, procuramos orientar nossa pesquisa indo além do que o senso comum nos permite, utilizando a dialética como um caminho para a compreensão do fenômeno em questão:

A práxis utilitária imediata e o senso comum, que a ela corresponde, nos colocam em condições de nos orientarmos no mundo, familiarizarmo-nos com as coisas e manejá-las, mas não nos levam à compreensão destas e da realidade. Para captar o fenômeno é preciso indagar o objeto, a coisa, e descrever como ela se manifesta no fenômeno e como ao mesmo tempo, se esconde nele. Compreender o fenômeno é ir à essência, para tal é preciso decompor o todo, uma vez que a dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, já que suas qualidades não são evidentes. O conhecimento é a própria dialética em uma das suas formas, por isso é preciso

decompor o todo para poder reproduzir lhe a estrutura e compreender seus processos evolutivos (BONALUME, 2010, p. 18).

Ao definir o objeto da pesquisa (esporte no Protejo do Rio de Janeiro), foram organizados documentos pessoais, material digital de cursos de formação, relatórios, *folders*, anotações sobre o Pronasci e Protejo. Posteriormente, busquei, com amigos, atuantes no Protejo, relatórios de prestação de contas. Estive pessoalmente na SEASDH, no Centro do Rio de Janeiro, mas, com o término do Projeto, não havia mais por lá funcionários responsáveis pelo mesmo. Não desisti e procurei informações junto à Fundação Darcy Ribeiro³, onde tive acesso a um relatório, mas que não continha dados quantitativos, nem o cronograma de realização de atividades. Portanto, foi necessário continuar esta busca praticamente até o final do trabalho para conseguir o registro oficial sobre o desfecho do Projeto nessa secretaria.

Paralelamente à organização inicial dos documentos, agendei em Brasília uma reunião junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) com a Coordenadora dos Projetos Mulheres da Paz e Protejo, Barbara Cravos. Na véspera, já com a passagem comprada, recebi por mensagem eletrônica a notícia de que seria atendida por outra funcionária. Entrei em contato por telefone com a Barbara, que me informou não haver mais dados consolidados, além dos que já me tinham sido enviados. Perguntei, então, sobre a senha de acesso ao SINAP (Sistema de Monitoramento do Pronasci), na intenção de conseguir os dados que precisaria através dessa via, e ela relatou que o mesmo não estava funcionando. Por conta disso, suspendi a ida à Brasília e concentrei minha pesquisa no Rio de Janeiro.

A trajetória da pesquisa seguiu com a procura de materiais que auxiliassem o aprofundamento nos conceitos e história de esporte, juventude e políticas públicas, trazendo estes temas para auxiliar na construção de novos conhecimentos, integrando-os com programas sociais para os jovens.

Como a maioria de pesquisadores iniciantes, tinha intenção, conforme já exposto, de realizar uma pesquisa de âmbito nacional. Porém constatei que, para que pudesse ser rigorosa, não distorcer dados e contribuir com a reflexão dos projetos, seria

³ Instituição sem fins lucrativos, escolhida para gerenciar os convênios do Protejo junto a SEASDH.

necessário diminuir o âmbito do problema. Restringi, então, meu foco de pesquisa ao Protejo ao município do Rio de Janeiro.

A leitura de Chizzotti (2006) enfatiza esta questão, quando adverte que:

A pesquisa é uma busca sistemática e rigorosa de informações, com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência, de um conjunto aparentemente disperso e desconexo de dados para encontrar uma resposta fundamentada (p. 19).

Outro fator determinante para a redução do campo a ser pesquisado foi a grande dificuldade em obter informações junto à Coordenação Nacional do Protejo. Também neste momento, para compreender esta situação, foi necessário encontrar referências em minhas experiências vivenciadas durante a gestão e implementação de projetos. Relembrei que, infelizmente, é frequente existir uma distância entre o planejamento entregue nos “Planos de Trabalho” e a execução do projeto. Diversos são os motivos para que isso aconteça, tais como: a dificuldade de acesso ao sistema digital de cadastramento, os prazos de entrega, o problema com o levantamento de preços de materiais, a desistência dos beneficiários dos projetos, a falta de tempo para organizar relatórios, as divergências políticas etc. De certa forma, quem gerencia um projeto não gosta de expor as dificuldades que são inerentes à sua execução, mesmo quando não tem influência direta sobre qualquer tipo de fracasso.

Os momentos de solicitação e registro de dados sobre os projetos nas instâncias federal, estadual e municipal proporcionaram a reflexão sobre a importância da ética nas pesquisas e do respeito às pessoas que desenvolveram o trabalho junto ao Protejo, pois o pesquisador, muitas vezes, registra uma coisa que pensa ser, mas a realidade, dentro do contexto, é outra.

Descobri, então através de pesquisa na *internet*, que o Protejo ainda estava acontecendo no Rio de Janeiro (através da SMDS), e por acaso, numa situação de trabalho, fui apresentada à Coordenadora Municipal do Projeto. Iniciei, assim, através dela, o pedido de autorização para realizar a pesquisa. Muitos documentos foram solicitados para que conseguisse a autorização. E quando, finalmente, fui autorizada a iniciar o trabalho, precisei me organizar rapidamente, pois na semana seguinte (isto é, em 26 de setembro de 2013) este Projeto da SMDS seria finalizado. Em três dias, visitei quatro dos sete locais de realização do Protejo, apliquei cento e quatorze (114)

questionários aos jovens e cinco (5) aos educadores. A entrevista com a Coordenadora Geral aconteceu em dezembro de 2013, no momento em que a mesma se encontrava bastante envolvida com a prestação de contas do Projeto junto à SENASP, o que não impediu a disponibilidade e atenção dela a esta pesquisa.

Neste momento, a intenção era comparar os três convênios do Protejo no município do Rio de Janeiro, relacionando os resultados dos convênios realizados pela SEASDH, que ofereceu atividades esportivas, com o da SMDS, sobre o qual tínhamos a informação de que não oferecia essas atividades. Como, posteriormente, constatamos que esta informação de que as atividades oferecidas pela SMDS poderiam ser consideradas, sim, esportivas⁴, precisamos mais uma vez reorganizar a pesquisa.

Caminhava dessa forma, com a nova meta de revelar a importância do esporte nos projetos como o Protejo, mas constatei que não havia possibilidades de responder esta pergunta com uma restrita amostra aleatória. Foi necessário, então, mais um replanejamento final do estudo, em que reuni as proposições das instâncias governamentais para o Protejo, com as percepções dos jovens e dos gestores sobre o mesmo, utilizando minha prática profissional como viés destas leituras.

Não tive dúvidas de que utilizaria uma articulação entre os aspectos qualitativos e quantitativos do campo, estabelecendo um diálogo, uma conversa entre os dados colhidos através de questionários aplicados aos jovens e educadores do Protejo/SMDS. Convém ressaltar que, apesar destes questionários apresentarem dados percentuais, os mesmos são derivados de uma amostra aleatória, pois, como já exposto anteriormente, não estou realizando uma pesquisa quantitativa clássica. Os questionários foram aplicados para se obter uma análise sobre as percepções dos jovens, educadores e gestores sobre o Projeto, assim como para “dar alma” aos números e índices coletados.

Vale informar que houve dificuldades em encontrar pesquisas para dialogar com esta dissertação, que relacionassem especificamente jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, e esportes. Encontramos sim, trabalhos acadêmicos sobre como este grupo etário utiliza seu tempo livre; sendo que nesses, o tema esporte é inserido na interface com o lazer (idas ao cinema e shows, leitura de livros, utilização de vídeo game, participação em grupos religiosos etc), o que comprometeria a sua utilização. Também busquei

⁴ Trataremos mais sobre esta situação de oferecimento ou não de atividades esportivas no Protejo/SMDS no Capítulo III.

índices junto ao IBGE, mas, infelizmente, a última pesquisa desse instituto, relacionada a este tema, é do ano de 2003 e, ainda, trata somente sobre o quantitativo de instalações esportivas, de pessoas contratadas pelas secretarias de esporte e de escolas com instalações esportivas; assuntos estes não aprofundados aqui.

Continuei minha busca consultando a pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em parceria com a empresa de materiais esportivos Olympikus (2011), denominada “O Brasil que vive o esporte”, que teve como amostra 1.542 entrevistas realizadas em 96 municípios brasileiros; porém essa pesquisa considera como jovens as pessoas na faixa entre 18 a 35 anos, o que inviabilizaria a utilização da mesma. Há uma pesquisa de 2009, com 390 jovens de 15 a 19 anos, em que o Ibope Inteligência e a Troiano Consultoria apresentam o ICM (Índice de Confiança em Marcas). A mesma foi aplicada para obter informações sobre as marcas de produtos esportivos em que os jovens confiavam, sendo que, para isso, precisaram de informações sobre a prática e frequência de atividades físicas realizada por eles. Também a Deloitte⁵, tendo em vista os grandes eventos esportivos a serem realizados no Brasil, realizou uma pesquisa com o intuito de analisar e ter um panorama geral do interesse e da prática de esportes pelos brasileiros. Como as características do público (7.332 questionários respondidos *on line*, com todas as faixas etárias, mais de 40% foram homens paulistas e 78% com nível superior completo ou pós-graduação) são bastante distintas dos participantes do Protejo, também não foi possível considerá-la.

Em virtude dos motivos acima apresentados, não pude utilizar neste trabalho estas quatro pesquisas citadas e, apesar da distante data de publicação (2006), escolhi a pesquisa da Unesco/Ibope Opinião, denominada: *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, para ser aqui, a interlocutora dos dados sobre esporte. Fiz esta opção, também, pela grandeza da coleta de dados oferecida; pois este foi o primeiro grande levantamento realizado no Brasil⁶ que considerou pertencer à juventude, pessoas da faixa etária compreendida entre 15 a 29 anos, antecipando o que o Estatuto da Juventude legitimou.

⁵ Deloitte - empresa inglesa, independente, de auditoria e consultoria, que chegou ao Brasil em 1911 para auditar as companhias ferroviárias britânicas que atuavam no país.

⁶ Foram 10.010 questionários, aplicados em regiões metropolitanas e rurais, estratificado em gênero, faixa etária, regiões brasileiras, grau de instrução, cor/raça e classe socioeconômica.

Assim, de acordo com todo o acima exposto, foram os seguintes procedimentos metodológicos que lançamos mão para realização desta dissertação:

- a) levantamento bibliográfico (teses, dissertações, artigos de especialistas, livros etc.) que tratam dos temas: segurança pública, juventude, esporte e projetos sociais;
- b) pesquisa documental para recuperar a história de implementação do Pronasci (reportagens, leis, decretos, editais, cadernos e *folders* de divulgação do programa, relatórios técnicos etc);
- c) entrevistas estruturadas e semiestruturadas (Anexo II) com gestores, coordenadores do Protejo, principalmente para esclarecer a ordem dos acontecimentos dos fatos, visto que encontrei informações diferentes nos relatórios e editais pesquisados;
- d) aplicação de questionário a educadores da parte esportiva (Anexo III), no sentido de compreender quais as bases teóricas que esses utilizavam para a realização de atividades esportivas em um projeto para esse segmento juvenil;
- e) aplicação de questionário a jovens participantes (Anexo IV) para verificar se foram realizadas atividades esportivas e qual a importância das mesmas para que eles se mantivessem no projeto.

Ao nos depararmos com essa ampla possibilidade de procedimentos de pesquisa, encontramos em Lüdke e André (1986) a afirmação que indica a necessidade de atenção especial para que a análise não se restrinja ao que está explícito no material de pesquisa utilizado, mas que procure ir mais a fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente “silenciados” (p. 48).

A variedade de métodos de pesquisa por mim utilizados também remete a Gatti (2010, p. 36), quando a autora adverte que há ainda muito que se discutir acerca das várias modalidades de análise nas abordagens qualitativas, bem como a adequação de seus usos e sua apropriação de forma consistente, além de sua relação com o enquadramento teórico pretendido.

Seguindo o pensamento sobre o trato dispensado aos dados coletados, Carrano & Ribeiro (2013) complementam que os indicadores sociais requerem atenção e, citando Jannuzzi (2009), lembram que o desafio está na capacidade de buscar com pertinência e arte os indicadores mais consistentes para dar significado empírico a conceitos complexos. Ainda com referência ao significado atribuído aos dados coletados, desde 1986, Lüdke e André afirmavam que o papel do pesquisador frente a eles é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa. É pelo seu trabalho como pesquisador que o conhecimento específico sobre o assunto vai crescer. As autoras (*idem, ibidem*), também contribuem ao salientar a relação do pesquisador e objeto de pesquisa, apontando que:

O trabalho de pesquisa vem carregado e comprometido com todas as peculiaridades do pesquisador, inclusive e principalmente com as suas definições políticas. Não há, portanto, possibilidade de se estabelecer uma separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o que ele estuda e também os resultados do que ele estuda. Ele não se abriga, em uma posição de neutralidade científica, pois está implicado necessariamente nos fenômenos que conhece e nas consequências desse conhecimento que ajudou a estabelecer (p. 5).

É, portanto, na linha indicada pelos referidos autores que se inscreve este trabalho de dissertação, na medida em que a minha prática profissional, tal como os demais recursos disponibilizados, estará sempre mediando – e, muitas vezes, complementando – as reflexões realizadas, fazendo com que a pesquisadora também se inscreva como um dos sujeitos do estudo. Esse procedimento, entretanto, será sempre acompanhado do cuidado de que tal interação não alinhe a realidade de acordo com a expectativa que tenho sobre ela, na condição de professora de educação física.

Por fim, vale destacar que, com os resultados obtidos nesta pesquisa, procurarei contribuir com a reflexão acerca da elaboração e implementação de projetos sociais que envolvam atividades esportivas para a juventude, no sentido de avançarmos em direção à construção de uma tão sonhada sociedade com menos diferenças e injustiças sociais.

Capítulo I – A Juventude brasileira e os programas sociais

1.1 - A Juventude brasileira: de quem estamos falando?

A pesquisa sobre juventude na atualidade faz constatar que possuímos, hoje, indicadores eficientes capazes de dialogar com o tema. Tal fato é diferente do que ocorria em um breve período atrás, há cerca de vinte anos. Desta forma, temos novos dados sobre os jovens brasileiros advindos de pesquisas realizadas pelo Ministério da Educação - MEC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, *Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas* - IBASE, Fundação Perseu Abramo, Secretaria Nacional da Juventude – SNJ, entre outros, o que facilita a atualização, compreensão e problematização sobre quem são estes sujeitos.

De certo, estes indicadores não descartam a necessidade de um olhar cuidadoso e comprometido, capaz de qualificá-los e interpretá-los. Olhar esse que, acreditamos, deve estar direcionado para ver os jovens como sujeitos de direitos. Sobre tais jovens, Regina Novaes (2009) afirma que:

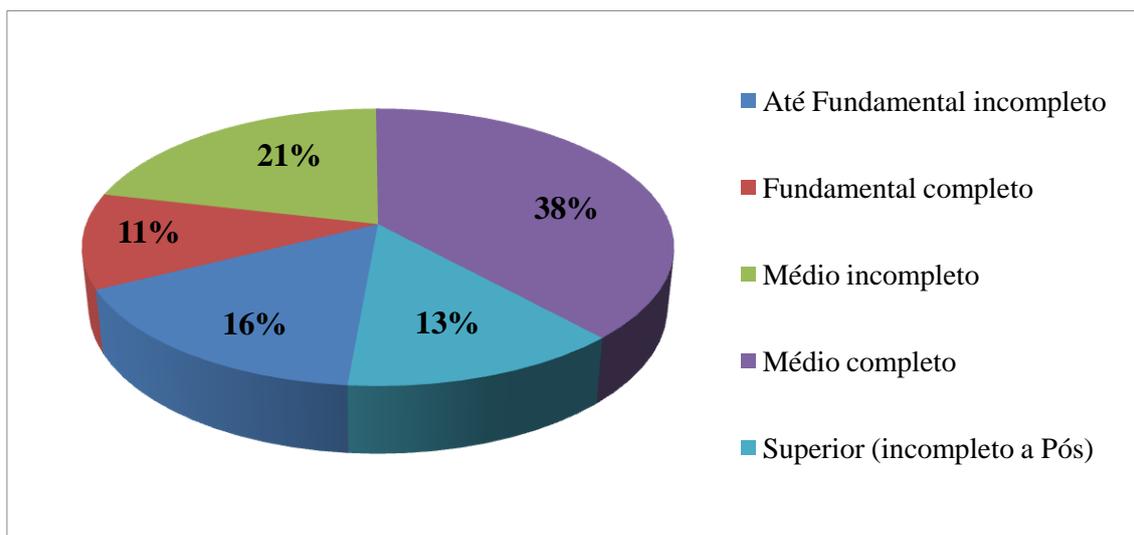
Sem dúvida, não há grandes definições teóricas ou consensos explícitos sobre o alcance e o conteúdo da consigna *jovens como sujeitos de direitos*. No entanto, cunhada na última década, esta expressão – imprecisa, como todo recurso retórico – evidencia com nitidez uma área de interseção na qual se conjugam direitos de cidadania e direitos humanos. É certo que, se décadas atrás as noções de direitos de cidadania e direitos humanos eram vistas como pertencentes a áreas claramente distintas, hoje há forte confluência entre estas (p. 18).

A concepção dos jovens como sujeitos de direitos é garantida no Brasil a partir da Declaração dos Direitos Humanos (1948), do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (1990) e, desde agosto de 2013, pelo Estatuto da Juventude. Podemos afirmar que, mesmo assim, ainda se faz necessária a busca por estratégias para tentar viabilizar tais direitos, uma vez que, para muitos, ainda são negados ou reprimidos.

Fazer valer os direitos da juventude é emergente, já que temos no Brasil 51,3 milhões de jovens (IBGE, 2010), o que significa que 1/4 da população brasileira pertence à faixa etária entre 15 a 29 anos, período etário em que os brasileiros são considerados jovens.

Apenas 13% desse segmento etário chegaram ao ensino superior. Sendo que o maior contingente (mais da metade, 59%) tem sua escolaridade localizada no ensino médio e, dentre esses, só 39% concluem essa etapa. É muito importante reparar, conforme gráfico a seguir, que $\frac{1}{4}$ dos jovens (25%) tem sua escolaridade limitada ao ensino fundamental (completo ou incompleto): significa que um em cada 4 jovens ainda não atingiu esse nível mais fundamental do ensino (Brasil/ SNJ, 2013b).

Gráfico1 - Grau de escolaridade dos jovens brasileiros (IBGE/Censo 2010)



Fonte: Brasil/ SNJ, 2013b

A taxa de desemprego entre as pessoas com 18 a 24 anos também possui particularidades. Verificamos que esta é de 14,1% – mais do que o dobro da média de desocupação do país, que é de 6% (IBGE, 2013). Também são os jovens os que mais morrem por armas de fogo no Brasil. Waiselfisz (2013b), ao analisar a evolução da mortalidade por armas de fogo no período de 1980 a 2010, apresenta que o crescimento da mortalidade entre os jovens foi bem mais intenso que no resto da população. Se para todas as idades os números cresceram 346,5% ao longo do período, entre os jovens, esse crescimento foi de 414,0%.

Entretanto, como bem lembra a SNJ (2013a), é necessário considerar que a juventude brasileira é grande, diversa e ainda muito atravessada por desigualdades. Isso significa que é preciso compreender as diferentes situações que configuram a realidade da condição juvenil no nosso país.

Pais (Apud ESTEVES & ABRAMOVAY, 2008) contribui nesse sentido quando afirma que:

A realidade demonstra, no entanto, que não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Assim, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. Por essa linha, torna-se cada vez mais corriqueiro o emprego do termo “juventudes”, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas sim de apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria (p. 4).

Além desta diversidade, precisamos considerar que a população juvenil não possui características estáticas e que não há linearidade em suas vidas, portanto, as características de um mesmo jovem hoje, podem não ser mais as de amanhã. Nesse sentido o Conselho Nacional de Juventude⁷ - CONJUVE (2006) relata que:

(...) a vivência juvenil na contemporaneidade tem se mostrado mais complexa, combinando processos formativos com processos de experimentação e construção de trajetórias que incluem a inserção no mundo do trabalho, a definição de identidades, a vivência da sexualidade, da sociabilidade, do lazer, da fruição e criação cultural e da participação social. O que se ressalta nessa perspectiva é a importância de se considerar a perda da linearidade e de um padrão único na transição para a vida adulta, com possibilidades de trajetórias juvenis intermitentes e reversíveis. Assim, a tendência ao prolongamento e à multiplicidade de dimensões da vida juvenil provocaria a consideração de dois eixos de visão sobre os jovens: sua vida presente (a fruição da juventude) e sua projeção para o futuro (os modos pelos quais deixam de ser jovens para se tornarem adultos). Desse modo, não só as possibilidades de formação para o exercício da vida adulta têm que ser consideradas, mas também as possibilidades para a vida juvenil. Disso decorre a importância de considerar essa multiplicidade das dimensões. (p. 20).

Ao longo dos tempos, esta juventude, que vimos anteriormente como sendo diversa, vem se constituindo de maneira a receber e promover influências. Assim, dependendo do momento, algumas características juvenis são mais atuantes que outras, ganhando visibilidade junto à sociedade. Flávio Munhoz Sofiati (2013) explica tais transformações, relacionando-as com as mudanças da sociedade brasileira:

⁷Conjuve - Conselho que tem entre suas atribuições a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. Ele é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando ao todo com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. (PORTAL SNJ, 2013).

Para entender as mudanças ocorridas no perfil da juventude nos últimos anos, é necessário compreender as mudanças da própria sociedade brasileira, principalmente no que tange à questão educacional, trabalhista e política. Parte-se do pressuposto que os espaços privilegiados pela juventude para participação na sociedade foram mudando conforme o desenvolvimento histórico, sendo que nos anos 1960 e 1970 havia o predomínio do sindicato e movimento estudantil, nos anos 1980 nos movimentos sociais e nos anos 1990 os jovens atuam de forma diluída e fragmentada nos movimentos culturais e lúdicos (p. 3-4).

No final dos anos 1990, o que era anunciado pela mídia é que seriam os jovens pobres, os culpados pela prática de atos violentos que aconteciam nas principais capitais brasileiras. Dentro deste ponto de vista, eles apareciam muito mais como protagonistas do que como vítimas dos acontecimentos, colocando, assim, a sociedade em risco. Então, pressionados por esta sociedade, os governantes se viram obrigados a incluir o tema “políticas públicas para juventude” em suas pautas.

O que é necessário ser avaliado nesta época é que, devido à crença em sua transitoriedade, a juventude não era vista como um período de vida específico, ao qual deveria ser dada importância. O que ocorria era que, dependendo de seu nível socioeconômico, a juventude ora era encarada como um período em que se fazia necessária a preparação da mão de obra para o trabalho, ora como uma fase de moratória social, ou seja, apenas estudar para alcançar uma boa profissão no futuro.

1.2 - A chegada dos projetos sociais no Brasil

Paralela à situação de preparação para o trabalho e da possibilidade de somente estudar, existiam os jovens que não se encaixavam em nenhuma dessas condições e a esses foi relegado um lugar à margem da sociedade. Portanto, conforme Novaes (2012), os mesmos precisavam ser atendidos por programas sociais capazes de preencher suas “faltas” e prevenir que os mesmos não se envolvessem com a criminalidade:

Para conter o desemprego e prevenir a violência, tratava-se de “ressocializar”, “promover o retorno aos bancos escolares”, “capacitar para o trabalho”, “inserir em dinâmicas de integração social”, “fomentar o protagonismo e o voluntariado juvenil”. Nesse cenário, nos anos 1990, surgiram os “projetos sociais” voltados para jovens em “situação de risco”, moradores de periferias urbanas consideradas pobres e violentas (NOVAES, 2012, p.10).

Com a pretensão de ocupar os jovens em situação de vulnerabilidade⁸, prepará-los para o trabalho e/ou tirá-los das ruas, vários projetos sociais tiveram início a partir de 1990. Esses foram executados, na maioria das vezes, não pelo próprio governo, mas por parcerias desse com Organizações não Governamentais – ONGs, institutos e organismos internacionais, já que neste período de política neoliberal, era defendida a ideia de que, para modernizar a administração pública brasileira, seria preciso realizar uma ampla reforma da aparelhagem estatal, até então, vista como ineficaz, cara e lenta (Melo, 2005) para atender aos desafios postos pela globalização. O que se dava é que, apesar de muitos destes projetos serem executados com “boas intenções”, a grande maioria não alcançava seus objetivos de garantir que a juventude, colocada à margem da sociedade, pudesse alcançar melhores condições de vida.

A partir de 2003, em virtude da cobrança de programas para os jovens pelos movimentos populares juvenis, além de debates e produções acadêmicas sobre o assunto, ocorreram conquistas significativas para esse segmento, como o início da elaboração de uma Política Nacional para Juventude – PNJ.

Em 2005, outros grandes avanços foram registrados, a começar pela criação da SNJ, que desde a sua inauguração possui grande relevância para articulação entre as diversas ações promovidas, tendo os jovens como público-alvo entre diferentes órgãos da esfera governamental. Ainda em 2005, houve a instituição do Conjuve; e também nesse ano, surgiu a primeira versão do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, que contemplava os jovens de 15 a 29 anos, que não tinham ensino fundamental e que estavam fora da escola e do mercado de trabalho.

Já em 2008 ocorreu a 1ª Conferência Nacional da Juventude, com o lema “Levante sua Bandeira”, que aprovou um conjunto de 70 resoluções.

Dentro desta perspectiva de demanda de programas e grandes problemas com a segurança pública, relacionados aos jovens, que surge o Pronasci, um programa, como

⁸ Vulnerabilidade – termo normalmente relacionado a exclusões sociais e carências, portanto sujeitos vulneráveis seriam os que necessitam de proteção e de atendimento. Entretanto, Castro & Abramovay (2002) apresentam também a possibilidade da existência de vulnerabilidade positiva, que é quando se aprende pelo vivido a tecer formas de resistências, formas de como lidar com os riscos e obstáculos de modo criativo. Como Hecktheuer & Silva & Silva (2009, p. 92) acreditamos ser importante problematizar o sentido dos diversos elementos utilizados, pois um vocábulo não pode ser reduzido simplesmente à expressão de uma ideia; ele é temporal, circunstancial e, assim sendo, pode remeter a significações e a ações diferentes.

veremos a seguir, que, dentro de suas proposições de trabalho, possui várias ações relacionadas especificamente à juventude.

Capítulo II – Proposições de um programa de segurança tão sonhado: o Pronasci

2.1 - Trajetória do Pronasci

A intenção de se formular um Plano Nacional de Segurança já integrava de forma menor o segundo mandato do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2002). Isto se deu pelas diversas situações de violência que aconteciam em todo o Brasil, sendo que a mais marcante foi, principalmente, a transmissão ao vivo pela TV, em junho do ano 2000, qual seja, o sequestro do ônibus 174, comandado por um jovem que anteriormente foi vítima do massacre da Candelária, e que como resultado da ação policial, acabou morrendo. Com isso, gradativamente a segurança foi tendo que ser incluída nas pautas e ações presidenciais. Francisco Forte (2008) afirma que, em 2002, encontramos importantes avanços no histórico relacionado à segurança pública: criação da Secretaria Nacional e do Plano Nacional de Direitos Humanos, seguida do Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência (PIAPS), maior qualificação e cooperação policial coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e a expansão das penas alternativas. Entretanto mas não houve, até aquele momento, a implementação de um plano nacional de segurança.

Em 2002, a falta de sucesso na criação de um Plano Nacional de Segurança pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso e os contínuos problemas nacionais de segurança pública, levaram o candidato à presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva a apresentar um Plano de Segurança, dentro dos moldes do Pronasci, à nação, fato que, de acordo com a afirmação de Luiz Eduardo Soares (2007), teve boa aceitação:

O Plano foi recebido com respeito até mesmo pelos adversários políticos, porque, de fato, era nítido seu compromisso com a seriedade técnica, repelia jargões ideológicos, assumia posição eminentemente não partidária e visava contribuir para a construção de um consenso mínimo nacional, partindo do suposto de que segurança pública é matéria de Estado, não de governo, situando-se, portanto, acima das querelas político-partidárias. Sagrado candidato, Lula incorporou o Plano a seu Programa de Governo. (SOARES, 2007, p.87)

Após assumir a presidência do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva não colocou seu Plano imediatamente em prática. Inicialmente, houve a normatização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a criação de Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública em cada Estado. Luiz Eduardo Soares (2007), Secretário Nacional de Segurança Pública da época, conta que todo planejamento relacionado à segurança

pública estava fundamentado na desconstitucionalização das polícias, o que significava a transferência aos Estados do poder para definirem, em suas respectivas constituições, o modelo de polícia que desejassem, precisassem e/ou pudessem ter. Entretanto, a contradição entre o ciclo eleitoral e o tempo de maturação de políticas públicas reformistas terminou levando o governo federal a aposentar, precocemente, seus compromissos ambiciosos nessa área: o Plano Nacional foi deslocado, progressivamente, do centro da agenda do Ministério da Justiça e substituído, gradualmente, por ações da Polícia Federal, que passaram a emitir para a sociedade a mensagem de esta desenvolver atividades competentes e destemidas, na contramão de nossa tradicional e corrosiva impunidade (*idem*, p.62).

Concluimos, assim, que desde a primeira gestão do governo do presidente Lula (2004-2008), um novo Plano Nacional de Segurança estava em pauta para ser executado; no entanto, outras prioridades foram dadas à segurança e acabaram por substituir o mesmo.

Nos anos de 2005 e 2006, os violentos fatos (arrastões nas praias do Rio, surfistas ferroviários, execução de um passageiro dentro de ônibus na Av. Brasil no Rio de Janeiro) que aconteciam, cada vez com mais frequência, tendo jovens como atores principais, mostravam, muitas vezes ao vivo, que a necessidade de soluções para o término da violência era imperativa, não podendo ser mais postergada. Para além do que os indicadores relacionados à segurança apontavam para a população, em geral, evidenciava que algo urgente precisava ser feito por ela, pela juventude e, em especial pela polícia, que demonstrava total despreparo para solucionar tais problemas. Não havia dúvida que essa “demanda recorrente” (termo que, segundo Rua (1988), expressa problemas não resolvidos ou mal resolvidos) fez com que tal estado de coisas não fosse esquecido. E, finalmente, em 20 de agosto de 2007, o então Ministro da Justiça, Tarso Genro, lançou o Programa Nacional de Segurança Pública ⁹ com Cidadania (Pronasci), através da Medida Provisória 384, que se transformou na Lei 11.530, em 24 de outubro de 2007.

Após três meses da instituição do Pronasci, antes mesmo deste iniciar sua implantação, outra medida provisória, a MP nº 416/2008, trouxe alterações ao mesmo,

⁹ O termo “Programa com cidadania” foi uma desejo do ministro Tarso Genro para reforçar que pretendia um programa que articulasse ações sociais com ações de segurança. (Ferreira & Brito, 2010, p. 57).

incluindo mais dois Programas em seu corpo: o “Comunicação Cidadã” e o “Bolsa-Formação”, além de outra modificação bastante importante a ser ressaltada pelo presente trabalho, que foi a alteração da faixa etária do público-alvo a ser atendido pelo Protejo, que passou de 15 a 29 anos para 15 a 24 anos. Tal medida provisória foi transformada na Lei 11.707, em 19 de junho de 2008.

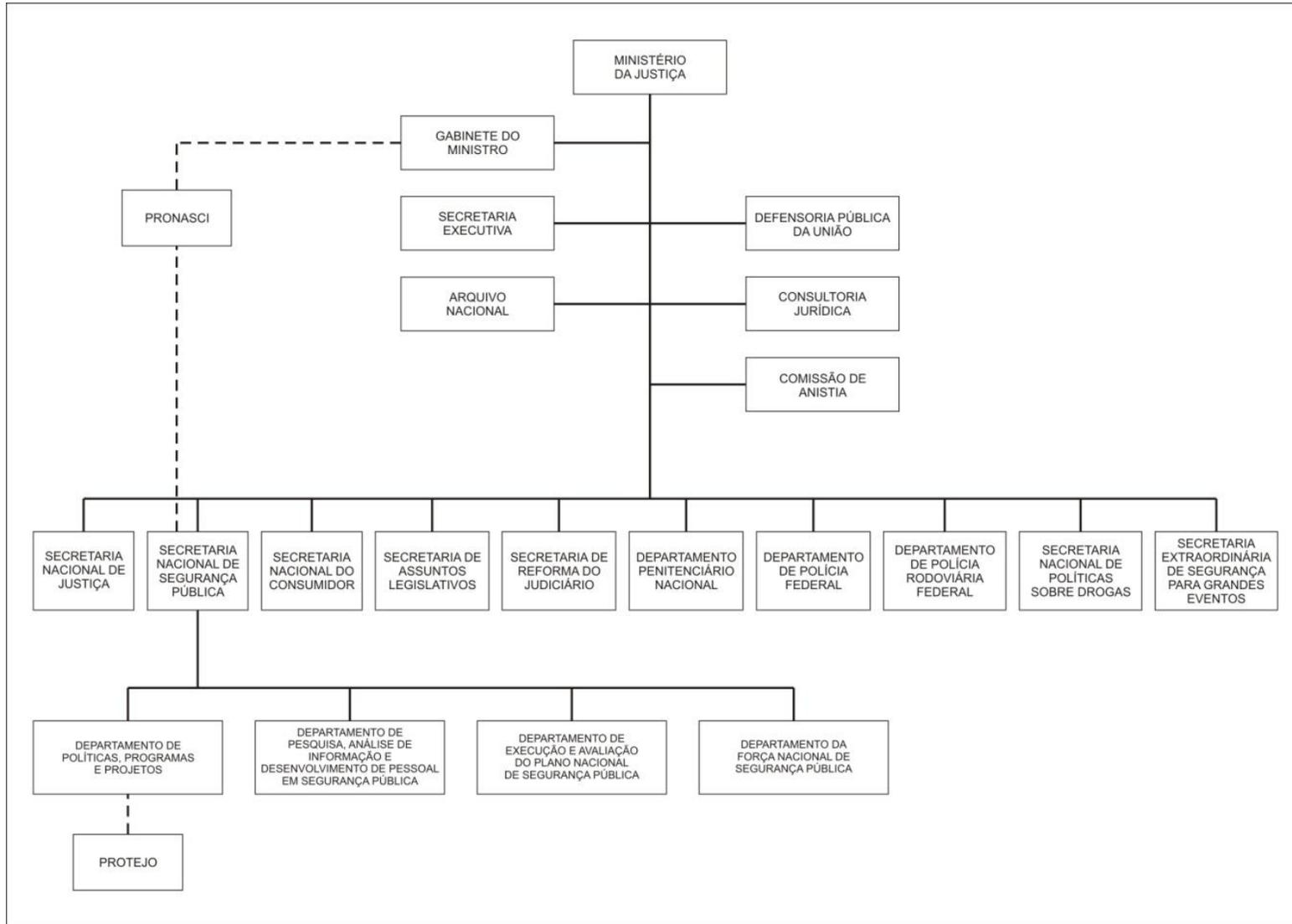
O Pronasci trazia consigo a ideia de um programa de segurança revolucionário, diferente de qualquer outra ação do gênero já existente, pois preconizava a prevenção no lugar da repressão, sendo voltado para os direitos humanos e a cidadania, com atividades que integravam os âmbitos federal, estadual e municipal, além de ter 14 ministérios envolvidos. O Caderno Segurança com Cidadania apresenta algumas de suas principais características:

O Pronasci é uma nova concepção de atuação policial e um novo paradigma de segurança pública. Prevê o fortalecimento dos laços comunitários, a qualificação do sistema policial e dos indivíduos policiais, cria condições de acesso às políticas públicas sociais e busca garantir a segurança jurídica (BRASIL/ MJ, 2008c, p.3).

Nas palavras do então Ministro Tarso Genro, a elaboração do Pronasci é complexa, porque resultante de um processo amplo e participativo, envolvendo diversas instâncias e representações da vida social. O secretário executivo da época de elaboração do Pronasci, Ronaldo Teixeira da Silva, reforça sobre a ampla participação de indivíduos no seu planejamento, dizendo que:

Fizemos vários colóquios com organizações não governamentais, tarde inteiras de debate sobre violência, colóquios com universidades, com intelectuais que tratam do tema, com secretários de segurança (...). Ou seja, escutamos a sociedade, interagimos com ela, fomos avaliando e fomos avançando, para podermos formatar 94 projetos (FERREIRA & BRITO, 2010, p. 71).

Ainda com base em Ferreira & Brito (2010) constatamos que, a gestão do Programa acontecia de forma participativa, através da atuação dos 14 ministérios parceiros dentro de um princípio de horizontalidade, não havendo hierarquia entre eles. Esse princípio de gestão, também ocorria dentro do próprio Ministério da Justiça, conforme o organograma a seguir, pois o programa estava ligado diretamente ao gabinete do ministro. Assim todas as secretarias e departamentos se mantinham integrados numa mesma política.



Os recursos destinados à implantação do programa, a serem gastos até o fim de 2012, eram de R\$ 6.707 bilhões, totalizando R\$ 1,4 bi/ano, destinados a 19 convênios federativos (BRASIL/MJ, 2008c, p. 11).

A implantação do Pronasci se deu em um clima de muito otimismo e esperança, pois se acreditava que o Programa finalmente colocaria em prática sugestões produzidas pela sociedade civil e por estudiosos, que há muito tempo reivindicavam atitudes que respeitassem os direitos humanos, que tivessem recursos adequados e que atuassem na prevenção da violência, como constatamos a seguir em reportagens da época:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a importância de os governos federal, estaduais e municipais, em parceria com a sociedade, se empenharem para o programa dar certo. “Se nós criarmos em torno do programa uma corrente positiva, não há por que não dar certo, afirmou o presidente. Segundo ele, no que depender do governo federal, o Brasil vai conseguir vencer a violência e a criminalidade” (Jornal Extra, 20/08/2007).

Eventos esportivos como o Pan Americano, realizado em 2007, em que a cidade do RJ obteve uma boa avaliação no que se diz respeito à segurança pública, e a Copa do Mundo de Futebol, que ocorrerá em 2014 no Brasil e requisita mais investimentos na área de segurança, foram mencionados em uma entrevista, pelo Governador do RJ para avaliar e incentivar respectivamente a situação da segurança pública:

O governador Sérgio Cabral lembrou que além do legado de R\$ 132 milhões em veículos e equipamentos de segurança do Pan que foram doados ao estado, o povo do Rio terá muito a lucrar com os programas de repressão da violência, de estruturas sociais e culturais (...). Cabral ressaltou que durante a cerimônia na Fifa, na qual foi confirmada a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, a segurança do Pan foi citada como exemplar. Como o Pronasci, que prevê a construção de presídios para infratores jovens e implantação de programas sociais e culturais, vamos avançar na questão da segurança. Isso é um processo permanente, que não tem prazo. Temos como meta recuperar a tranquilidade das famílias do Rio. Não é possível ter territórios ocupados por forças paralelas, como traficantes e milícias. “Estamos no caminho certo com essa parceria com o governo federal e vamos ganhar essa luta”, disse Cabral (Alba Valéria Mendonça, Portal G1, RJ, 13/11/2007).

O então Ministro Tarso Genro alertava que os efeitos do Pronasci demandariam tempo para serem percebidos e que seria necessária a integração de ações de repressão e prevenção da violência:

Segundo o Ministro Tarso Genro, é uma "ilusão" acreditar que o problema pode ser resolvido rapidamente e que a segurança do país deve ser construída num esforço conjunto da União com os Estados e municípios.

"Não há como pensar que a segurança será resolvida em curto prazo. Isso é ilusão", afirmou o ministro, em visita ao Rio de Janeiro para oficializar o repasse ao Estado de equipamentos de segurança que foram utilizados nos Jogos Pan-Americanos. "A médio e longo prazo, o que vai surtir efeito efetivamente é a combinação das políticas repressivas, das políticas policiais com as políticas preventivas de neutralização das veias da capilaridade em que o crime se reproduz" (Reuters/ Portal MJ, 13/11/2007).

O antropólogo Luiz Eduardo Soares enaltecia que o planejamento do Pronasci havia levado em consideração a opinião de vários segmentos da sociedade, independente de siglas partidárias:

Um aspecto positivo é que o Pronasci não pretende negar as contribuições promovidas por gestões anteriores. Muitos governos simplesmente recusam o patrimônio na área. É bem verdade que o governo anterior ao atual foi o do próprio presidente Lula, mas eles poderiam começar de novo. O espírito público do programa fica bem claro, e ele vem alinhado às metas do SUSP. Ouvir interlocutores da sociedade é uma atitude positiva. No desenvolvimento do SUSP, se fez um processo de quase um ano e meio, o que mantém o tom suprapartidário na discussão que precisa ser encarada como matéria de Estado e não de governo. E é essa a linha do Pronasci. Outro aspecto é a superação de algumas dicotomias falsas, que são discutidas por muita gente como se ajudassem" (*Anselmo Massad*, Revista Fórum, SP, 21/08/2007).

Inicialmente, o próprio Ministério da Justiça definiu como alvo do Programa onze regiões metropolitanas (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, o entorno do Distrito Federal, Salvador, Maceió, Recife e Belém), depois foram incluídos a grande Fortaleza, Acre, Maranhão e Mato Grosso (*apud FERREIRA & BRITO*, 2010, p.63). O Ministério também incentivou que outros estados e municípios aderissem ao Programa, com o que obteriam financiamento praticamente integral¹⁰. Até mesmo outras ações já iniciadas pelos estados e municípios também poderiam receber recursos do Pronasci, desde que se enquadrassem nos objetivos do mesmo. Desta forma, houve uma inversão da demanda usual: o governo federal é quem estava oferecendo projetos para os municípios realizarem, e não os municípios solicitando verbas ao governo federal para executar seus projetos. O secretário

¹⁰ A contrapartida por parte do proponente é de apenas 2% do valor total do convênio, normalmente este valor é de 20%.

executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, aponta este fato quando afirma que:

O Governo Federal deixa de ser mero financiador de projetos e passa a induzir as políticas públicas, enquanto os municípios são reconhecidos como atores fundamentais na execução de projetos preventivos. Era um jogo de empurra. O estado jogava pra União, que jogava para o estado. E a população cobrava do município, que é onde existem as ocorrências (em Portal JusBrasil, 2009).

Caso os municípios ou estados aceitassem a celebração do convênio de integração com a união, estes precisavam se comprometer com a realização das seguintes ações (BRASIL/MJ, 2009, p.9):

- criação de unidades gestoras nos municípios;
- participação na gestão e compromisso com o Pronasci;
- garantia de pleno funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Estadual;
- implementação e garantia de pleno funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal;
- compartilhamento das ações de política social e de segurança nas áreas conflagradas;
- mobilização de mecanismos de comunicação e informação para o incentivo à participação social e divulgação do programa;
- continuidade e manutenção das ações do Pronasci;
- comprometimento de aumento progressivo do efetivo policial;
- apresentação do plano diretor do sistema prisional ao Ministério da Justiça.

Os municípios e estados, além de terem uma estrutura receptiva ao Pronasci, deveriam realizar reuniões constantes reuniões nos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal - GGIM, que foram construídos especificamente para este fim. Em tais locais funcionam uma instância intergovernamental que interage com os fóruns municipais e comunitários de segurança pública, indispensáveis como mecanismos de diagnóstico dos problemas locais, de racionalização dos recursos de segurança pública e de conexão com a mobilização comunitária, realizada a partir dos Conselhos Comunitários de Segurança. (BRASIL/MJ, 2011). Nos GGIM, acontecem reuniões com as diversas secretarias que articulam e conectam, em conjunto, suas atividades e seus planejamentos. É essa integração entre as instâncias envolvidas que caracteriza o diferencial dos GGIM.

Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se: a formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

De acordo com o site do Ministério da Justiça (2013), os focos prioritários do Programa são:

- *foco etário* - na população juvenil de 15 a 24 anos;
- *foco social* - nos jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, nas famílias expostas à violência urbana, nas vítimas da criminalidade e nas mulheres em situação de violência;
- *foco territorial* - nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos;
- *foco repressivo* - no combate ao crime organizado.

Já quanto à sua organização, o Programa é composto por 94 ações que são subdivididas nas ações estruturais e programas locais, como observamos a seguir:

- Ações estruturais:
 - a) modernização das Instituições de Segurança pública e do sistema prisional;
 - b) valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários;
 - c) formação de uma rede nacional de altos estudos de segurança pública (RENAESP);
 - d) enfrentamento à corrupção Policial e ao crime organizado;
 - e) democratização de acesso à Justiça.
- Programas locais: (são instituídos nos Território de Paz com base na integração do jovem, da família e da comunidade)
 - a) Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGIM;
 - b) Posto de Policiamento comunitário;
 - c) Mulheres da Paz;
 - d) Protejo;

- e) Conselhos Comunitários de segurança Pública, canal comunidade;
- f) Geração Consciente;
- g) Urbanização;
- h) Projetos Educacionais;
- i) Programa de Esporte e Lazer da Cidade;
- j) Praça da Juventude;
- k) Telecentros de Inclusão Digital;
- l) Economia solidária;
- m) Estratégia de saúde da família;
- n) Atividades Culturais.

A realização das ações existentes no planejamento do Pronasci se dá em cada território, de acordo com as próprias necessidades e possibilidades locais, não havendo, assim, a obrigatoriedade de implantação integral destas ações. Conseqüentemente, as atividades não são as mesmas em todos os territórios.

2.2 - Monitoramento

Para avaliar e controlar o Programa, o Ministério da Justiça celebrou um contrato¹¹, com a Fundação Getúlio Vargas - FGV que elaborou um sistema de monitoramento denominado Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronasci - SIMAP e teve como objetivo acompanhar e avaliar constantemente a execução das medidas propostas pelo Programa, bem como compreender o legado estrutural sobre o qual as políticas do Pronasci estavam sendo construídas. No conjunto, pretendia-se dar ao MJ a capacidade de calibrar constantemente suas políticas, aferindo também sua execução nas pontas e promovendo grande transparência e eficácia. (FGV, 2008, p.5) A avaliação, sobre o que acontecia nos territórios onde o Programa estava sendo desenvolvido, deveria ocorrer através da utilização do SIMAP pelo Conselho Comunitário e pelo Gabinete de Gestão Integrada. Esses deveriam se pronunciar no que diz respeito às ações, se elas estavam sendo desenvolvidas ou não; portanto avaliando e

¹¹ O convênio foi estabelecido com dispensa de licitação, baseada no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93 que autoriza esta dispensa às instituições que detenham inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos. Tal contrato teve o valor de R\$ 7.550.000,00 (sete milhões quinhentos e cinquenta mil reais), e com os serviços a serem realizados de outubro de 2007 a dezembro de 2010.

monitorando (FERREIRA & BRITO, 2010 p.62). A ideia, também, era vincular o repasse de recursos para os estados e municípios, utilizando os dados sobre a correta execução das ações, comprovadas no SIMAP.

Como produto deste contrato celebrado com a FGV, foi elaborado, em dezembro de 2008, um caderno denominado “Pronasci em Perspectiva”. Nele, a Fundação descreve o procedimento de monitoramento tanto em seus aspectos conceituais quanto operacionais. Aborda, também, o legado estrutural sobre o qual as políticas do Pronasci estavam sendo construídas e o contexto político daqueles entes vinculados ao Programa, a partir do resultado do pleito municipal de 2008. Na conclusão, faz uma comparação dos municípios inseridos no Pronasci que apresentaram mudança de gestão com os que não apresentaram, apontando a necessidade de ações direcionadas às novas administrações municipais, a fim de reforçar as articulações em torno das políticas do Programa (FGV, 2008).

A FGV também produziu, em julho de 2009, uma pesquisa denominada “Pesquisa de percepção da população sobre o Pronasci, cidadania, segurança e suas instituições nos Territórios da Paz” (FGV, 2009) com 450 entrevistas realizadas no Complexo do Alemão – RJ, que assinala a expectativa da população dos Territórios da Paz. A grande maioria dos entrevistados acreditava que as ações do Pronasci seriam capazes de melhorar a situação de segurança. Os dados, também, indicavam uma melhoria da percepção sobre a sensação de segurança.

Há também um caderno denominado “Pronasci em Números”, de janeiro de 2010, que atualiza os dados do Caderno Pronasci em Perspectivas e apresenta um aumento significativo nos valores das três fases de execução financeira do programa.

Pelo menos até agosto de 2013, ainda existia a possibilidade de cadastramento digital junto ao SIMAP, cadastro este que possibilitaria obterem-se informações sobre execução orçamentária, financeira e física dos recursos repassados pelo Ministério da Justiça aos estados e municípios. Em agosto de 2012, ao realizar um cadastro para acessar tais informações, não obtivemos resposta. Posteriormente, ao tentarmos contato com a Secretaria Nacional do Projeto, por telefone, em fevereiro de 2013, surpreendentemente, já sabiam de nossa tentativa de obtenção de dados, mas disseram que o SIMAP não estava mais em funcionamento. Vale destacar que os editais atuais de seleção de projetos para o Protejo não citam mais o SIMAP como meio de prestação de contas que foi substituído pelo SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse).

2.3 - Recursos financeiros

O Instituto de Estudos Econômicos – INESC - em junho de 2012, publicou um *folder* com a análise dos quatro anos iniciais do Pronasci, em que afirma que, durante os quatro anos que se seguiram à implementação, foi possível detectar um distanciamento do Pronasci das diretrizes propostas pela lei que o criou. Apesar de o governo federal persistir na interlocução com estados e municípios, não conseguiu levar a cabo as ações e os projetos previstos, não obtendo, assim, êxito na mudança da realidade da violência letal, já que não houve redução significativa das taxas de homicídios. Do ponto de vista orçamentário, temos como exemplo desse insucesso a ação de concessão de bolsa-formação aos agentes de segurança que predominou durante todo o período, sem promover, no entanto, efetivas mudanças na formação desses profissionais. Tornou-se apenas uma complementação salarial (INESC, 2012).

Dados sobre os recursos atuais destinados ao Pronasci comprovam que sua importância dentro do Ministério da Justiça não é mais a mesma da época de sua idealização. De acordo com os números disponíveis no Portal da Transparência (2013), em cinco anos foi investido cerca de um quinto do total de recursos destinados ao Programa: R\$ 1,3 bilhão – 80% a menos do que o previsto. Além da disparidade entre proposta e realidade, de 2010 até hoje a verba vem se reduzindo drasticamente conforme nos indica a Tabela 1. Foram R\$ 301,5 milhões, no ano citado; R\$ 269,7 milhões em 2011; R\$ 87,5 milhões em 2012; e R\$ 752.500, até junho de 2013. No mesmo período, a verba para o Fundo Penitenciário Nacional se multiplicou. O orçamento executado evoluiu de R\$ 91,9 milhões, em 2010, para R\$ 169,9 milhões em 2011, e R\$ 236,8 milhões em 2012. Um aumento de aproximadamente 157%. A previsão de 2013 foi de R\$ 382,8 milhões. Também cresceu o orçamento do Fundo Nacional Antidrogas: em 2011, foram R\$ 2,9 milhões e, em 2012, R\$ 17,6 milhões -. um aumento de cerca de 500%. Para o ano de 2013 estavam previstos R\$ 20,8 milhões, (Rodrigo Gomes, Rede Brasil Atual, SP, 23/07/2013), informações não comprovadas por essa pesquisa.

Tabela 1 - Comparação entre os recursos destinados ao Pronasci com os do Departamento Penitenciário e da Política Antidrogas, 2010 a 2013

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA					
ANO	DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL		POLÍTICA ANTIDROGAS	PRONASCI	
2013	R\$ 382.805.588,00*		R\$ 20.880.004,00*	R\$ 752.500,00**	
2012	R\$ 236.861.672,02		R\$ 17.655.735,45	R\$ 87.590.420,23	
2011	R\$ 169.908.599,33		R\$ 2.999.735,33	R\$ 269.694.853,82	
2010	R\$ 91.977.044,81		-	R\$ 301.512.274,21	

Fonte: Portal da Transparência

* Estimado para o ano

** Executado até julho

Os recursos destinados à ação relacionada à concessão de bolsa-formação aos policiais que atuam no Pronasci representam uma execução orçamentária em torno de 90% do total do Programa. Estes dados reforçam a visão de que o Programa, até o momento, está reduzido a uma política de aumento de renda para os agentes de segurança. (INESC, 2010), visto que os recursos em outras ações diminuiriam.

O Coordenador do Centro de Pesquisas em Segurança Pública da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, Luis Flávio Sapori, acredita que, embora não se diga publicamente, o Programa caminha para a extinção.

É muito interessante isso. Sabemos que dentro do Ministério da Justiça não se fala mais em Pronasci. Especula-se sobre um relatório crítico ao programa que teria sido recebido pela presidenta Dilma. Suponho que seja um dos motivos. Eu gostaria de ter acesso a esse relatório, porque essa decisão me parece equivocada afirmou. (Rodrigo Gomes, Rede Brasil Atual, SP 23/07/2013).

2.4 – O Pronasci no Município do Rio de Janeiro

O Município do Rio de Janeiro com seus altos índices de violência e homicídios, como também em virtude dos grandes eventos que nele já aconteceram ou ainda acontecerão (Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas), foi um dos principais territórios escolhidos para implantação do Pronasci.

Ricardo Rotemberg, Coordenador do GGIM no período de 2009, apresenta que 20% do orçamento de todo Programa foram destinados ao Estado do Rio de Janeiro. Ele, também, afirma que os elevados índices financeiros destinados ao Rio de Janeiro, comparados com os outros entes da federação, ocorreram porque se acreditava que, o

Programa, dando certo no Rio de Janeiro, provavelmente obteria sucesso no restante do Brasil. (FERREIRA & BRITO, 2010).

Na época do lançamento do Pronasci, em agosto de 2007, o Ministério da Justiça não contava com o apoio do governo municipal do Rio de Janeiro (que tinha César Maia como prefeito da cidade) para implantar as atividades, o que não impediu que se iniciassem as primeiras negociações e assinaturas de convênios com o governo estadual. Com a entrada do novo prefeito, Eduardo Paes, em janeiro de 2008, a prefeitura assumiu as responsabilidades no âmbito municipal do convênio Pronasci. Vale destacar que o primeiro decreto que o prefeito assinou em 1º de janeiro de 2008 foi a criação do gabinete de Gestão Integrada Municipal (*Idem, ibidem*).

As expectativas e necessidade do sucesso do programa ampliaram a possibilidade de vinda de recursos para o RJ. Assim, em 2008, o Ministério da Justiça, de acordo com o Caderno Pronasci em Números (FGV, 2010), recebeu 93 intenções de projetos vindos de instituições do estado, sendo que, levando em consideração os índices locais de violência, pobreza e a presença do Programa de Aceleração do crescimento (PAC), 15 foram aprovadas. Dentre os projetos aprovados, 3 eram do município do Rio de Janeiro, conforme apresenta a Tabela 2.

Tabela 2 - Municípios do Rio de Janeiro que pleitearam e tiveram projetos aprovados em 2008

Município	Projetos Pleiteados	Projetos Aprovados	Município	Projetos Pleiteados	Projetos Aprovados
Duque de Caxias	11	2	Niterói	7	0
			Nova Iguaçu	11	0
Itaboraí	6	2	Petrópolis	1	0
Itaguaí	7	2	Rio de Janeiro	5	3
Macaé	18	1	São Gonçalo	11	2
Mesquita	6	2	São João de Meriti	3	0
Nilópolis	7	1			

Fonte: FGV, Caderno Pronasci em Números, 2009.

Apesar de os territórios do Pronasci a serem implantados no Estado do Rio de Janeiro terem sido indicados ao Ministério da Justiça pelo próprio governo estadual, não

foi nestes locais que o estado se fez presente com suas responsabilidades de implantação de Território de Paz. Por exemplo: indicaram o Complexo do Alemão e a Rocinha e resolveram concentrar suas ações no Morro Dona Marta e na Cidade de Deus. Zaqueu Teixeira (Coordenador da Implantação dos GGI-M do Pronasci em 2008) comenta tais atitudes da seguinte forma:

Quando o Alemão, Rocinha e Manguinhos foram escolhidos, foi porque lá havia obras do PAC. E eles aceitaram. Era só dizer: “não, não queremos a Rocinha, porque não vamos entrar lá, não queremos o Alemão, porque não vamos colocar polícia lá, não temos condições. Vamos para outro lugar. Era só combinar (...) e assim fica parecendo que é para ficar a marca do governo do estado e não a marca do Pronasci” (FERREIRA & BRITO, 2010, p.186).

A Secretaria Estadual de Segurança escolheu, no município do Rio de Janeiro, para ter ações mais efetivas, justamente quatro territórios menores, onde não havia o Pronasci (Batan, Santa Marta, Chapéu Mangueira e Babilônia). Conforme trecho da entrevista de Mariano Beltrame a seguir, isso aconteceu porque desta forma teriam melhores condições de controle:

Esses Programas, para darem certo, são que nem quando a gente faz as ocupações: tem que ser em massa. Não dá para dizer: vamos largar isso, depois isso. Tem que ser junto. Como a gente faz nas áreas pequenas. Por isso é que nós aqui fizemos essas ocupações, mas dando o passo do tamanho de nossa perna. Porque não dá para errar, está todo mundo desconfiado e reticente com a segurança. quando a gente toma uma ação, tem que ser para dar certo (*Ibid*, p.269-270).

Nem todas as 94 ações do Pronasci foram implantadas nos territórios em que ele foi inaugurado. Neste trabalho nos concentraremos na Ação nº 62, relacionada ao Projeto para Jovens em Território Vulnerável, Proteção que passamos a esclarecer suas características, trajetórias e proposições.

Capítulo III – Proposições de um Projeto para Jovens em Território Vulnerável – o Protejo

3.1 - Contextualizando o Protejo

O Projeto para Jovens em Território Vulnerável, o Protejo, compõe a lista de 94 ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci – lançado pelo Ministério da Justiça em 2007, com objetivo de melhorar as condições nacionais de segurança. É dirigido para a população entre 15 e 24 anos em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, egressos do sistema prisional ou cumprindo medidas socioeducativas, com vistas a desenvolver percursos formativos para a promoção da cidadania, direitos humanos, qualificação profissional e inclusão social, para a prevenção da violência, da criminalidade e do envolvimento com drogas (BRASIL/ME, 2008a).

Suas ações estão diretamente relacionadas às de outro Projeto, o Mulheres da Paz, que são mulheres com mais de 18 anos, moradoras e conhecedoras da comunidade que indicam e acompanham os jovens no Protejo em suas atividades.

Através desse Projeto, o jovem é motivado a se reconhecer como sujeito de fato e de direito, com capacidade para analisar e avaliar suas trajetórias e perceber a realidade que o envolve, identificando possibilidades para desenvolver seu projeto de vida, para além do envolvimento com a violência, o crime e as drogas. O Protejo pretende despertar nos jovens suas potencialidades, incentivando convivências solidárias e práticas cooperativas, aprimorando conhecimentos e habilidades, oportunizando o acesso a tecnologias e apresentando alternativas para seu crescimento social e pessoal. Visa também a sua participação político-social mais ativa e seu protagonismo em ações que busquem sua emancipação e contribuam para a transformação do quadro social de vulnerabilidades e de criminalidade (*ibidem*).

Durante o curso de formação com os professores que, atuariam nos Territórios da Paz, como educadores do Pelc/ Pronasci (BRASIL/ME, 2008a) foram destacados os objetivos a seguir como meio do Protejo alcançar a emancipação dos jovens:

- **Fortalecimento da cidadania** – Formação para uma participação social ativa a partir de orientações fundamentadas nos direitos humanos e questões de gênero, etnia, faixas etárias, orientação sexual etc.

- **Proteção ao jovem** - Implementação de um sistema de acompanhamento e proteção dos jovens expostos à violência doméstica ou urbana, residentes nas áreas de atuação do Pronasci.
- **Pacificação Social** – Implementação de ações estruturais e territoriais que garantam a segurança, o desenvolvimento saudável e a convivência juvenil pacífica.
- **Emancipação juvenil** – Reintegração do jovem a um percurso social formativo que lhe garanta a oportunidade de acessar a educação e o trabalho.
- **Formação de redes** – Integração entre os entes federativos, movimentos sociais e entidades de apoio da sociedade civil organizada para o atendimento ao jovem.

Estes objetivos são perseguidos através de atividades que tenham como foco a formação cidadã dos jovens e adolescentes a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais, que visem a resgatar a autoestima, a convivência pacífica e o incentivo à reestruturação do seu percurso socioformativo para sua inclusão em uma vida saudável (Brasil, Lei nº 11.707, 2008). Estas devem ser desenvolvidas no período de um ano, (podendo ser prorrogado por mais um), em dois ciclos de seis meses, totalizando 800 horas, divididas conforme a Tabela 3:

Tabela 3 - Proposição de carga horária às atividades do Protejo

1º Ciclo:
Carga horária: 440h
Atividades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 320h de oficinas ▪ 80h de informática ▪ 30h de atividades complementares ▪ 10h de reuniões pedagógicas
2º Ciclo:
Carga horária 360h
Atividades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 273h de desenvolvimento de projetos locais e acompanhamento psicoterapêutico ▪ 72h de informática ▪ 15h de reuniões pedagógicas

Fonte: Brasil/ Ministério do Esporte (2008a)

As entidades que desenvolvem o Protejo possuem autonomia para escolherem quais modalidades de oficinas desejam, valorizando as atividades culturais e/ou as esportivas. Em virtude disso, no município do Rio de Janeiro, tivemos o Projeto Protejo executado com ênfases distintas.

A escolha dos jovens participantes do Protejo deve ser realizada por meio de seleção pública, pautada por critérios a serem estabelecidos conjuntamente pelos entes federativos conveniados, considerando, obrigatoriamente, os aspectos socioeconômicos dos pleiteantes (BRASIL, Lei 11.707, 2008). Os jovens que participam de mais de 75% das atividades recebem mensalmente uma bolsa-auxílio no valor de 100 (cem) reais (BRASIL, MJ, 2013).

No ano de 2012, de acordo com publicação da Comissão de Avaliação de Projetos da SENASP (BRASIL/MJ, 2013b), apenas seis instituições do estado do Rio de Janeiro que enviaram propostas ao edital de chamamento do Pronasci. Sendo que, somente uma, a do município de Queimados, foi aprovada¹² O município do Rio de Janeiro, neste momento, não pleiteou Projeto.

O edital de chamamento (DOU nº 102, 2012) divulgado pelo Ministério da Justiça previa a possibilidade de requerimento de convênio para desempenhar as seguintes atividades:

<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação Física dos GGI-M e Gabinetes de Gestão Integrada de Consórcios Municipais;
<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação das Secretarias Municipais de Segurança e/ou órgãos de gestão da Segurança Pública em âmbito municipal e/ou de Consórcios Municipais voltados para a Segurança Pública;
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de políticas sociais de prevenção da violência;
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de ações de acesso aos serviços de segurança pública e proteção a grupos em situação de vulnerabilidade: crianças e adolescentes, mulheres, idosos, população em situação de rua, grupos temáticos de raça, etnia, religião e livre orientação sexual;
<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de prevenção primária e secundária de violência;
<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento das guardas municipais;
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Pública;
<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação, implementação e fortalecimento de Conselhos e Fóruns Municipais.

¹² Com exceção da proposta enviada pelo município de Araruama, todos os outros municípios tiveram seus projetos reprovados por problemas relacionados a cadastramento junto ao SICONV.

Em agosto de 2013, foi lançado um novo edital (DOU nº 155, 2013), com base no Plano Plurianual, relativo ao período de 2012 a 2015, para os estados e municípios que desejassem executar as ações do Pronasci, diferente do publicado no ano anterior por abranger somente os Projetos Protejo e Mulheres da Paz. As ações a serem implantadas eram restritas, alcançando as seguintes áreas temáticas: mulheres em situação de violência; jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou moradores de rua e famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade. De acordo com os resultados preliminares de setembro de 2013, o Ministério da Justiça recebeu 136 (cento e trinta e seis) propostas, sendo 6 (seis) do estado do Rio de Janeiro; destas, 2 (duas) foram aprovadas, a do município de Duque de Caxias e a do município do Rio de Janeiro (BRASIL, 2013c).

Como podemos verificar na Tabela 4, do ponto de vista orçamentário, o INESC (2010) afirma que:

Este Projeto alcançou uma execução de 78,1% dos R\$ 58,1 milhões no primeiro ano (2008). Já no segundo ano (2009), caiu para 43,5% dos R\$ 46,7 milhões autorizados. A inscrição em restos a pagar não processados aumentou de R\$ 8,6 milhões, em 2008, para R\$ 22,5 milhões, em 2009. O pagamento desses restos a pagar em 2009 foi de R\$ 635,5 mil e, em 2010, já alcança R\$ 11,4 milhões. A proposta para 2010 era gastar o que ficou pendente dos anos anteriores, pois a autorização se resumiu a pouco mais de R\$ 1,0 milhão. Como se vê, há uma boa execução em 2008 e uma retração substancial no ano seguinte que apontam que nem os recursos inscritos em “a pagar” foram executados. Os resultados da evolução orçamentária demonstram que ainda não foi possível desenvolver as ações de proteção e formação desses jovens na magnitude que o problema exige. Como a maioria dos recursos se refere à concessão de incentivo financeiro aos jovens e como a previsão é de um ano de duração, prorrogável por mais um, pode-se supor que no segundo ano a renovação das bolsas foi baixa e que há uma tentativa de recuperação para 2010 (p. 62).

Tabela 4 - Execução orçamentária do Protejo em 2008 e 2009

Ano	Autorizado (R\$)	Liquidado Efetivo na LOA (R\$)	% Execução da LOA*	Restos a pagar não processados (R\$)	Restos a pagar não processados e pagos (R\$)
2008	58.145.289,00	45.382.455,00	78,05%	8,6 milhões	..**
2009	46.758.562,00	20.341.906,00	43,05%	22,5 milhões	653.506,00 Pagos em 2009 advindos de 2008

Fonte: INESC (2010, p.50)

*Liquidado Efetivo na Lei Orçamentária Anual - LOA 2008 (Liquidado Efetivo - RP não processado Inscrito)

** Em 2007 o Protejo ainda não havia iniciado.

Esse descumprimento do que foi inicialmente planejado, demonstra mais uma vez a falta de compromisso e/ou incapacidade do poder público, em suas diferentes instâncias, na efetivação de ações que se pretendem eficientes e eficazes.

3.2 – O Protejo no Município do Rio de Janeiro: proposições para suas ações

O município do Rio de Janeiro participa das ações do Protejo desde sua criação (2008) em todos os momentos disponibilizados pelo MJ/SENASP. Conforme será apresentado a seguir, três foram os convênios estabelecidos: 2 (dois), nos anos 2009 e 2010, junto à Secretaria Estadual de Assistência Social e Desenvolvimento Humano – SEASDH e 1(um) em 2012, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro- SMDS. Vale ressaltar que esse convênio foi assinado no ano de 2009.

3.2.1 - Convênio SEASDH/MJ/SENASP - 2009

A primeira execução do Protejo no Estado do RJ ocorreu no período de setembro de 2009 a fevereiro de 2010 (IBRATEC, 2010), mediante contrato de prestação de serviços, celebrado entre a Fundação Darcy Ribeiro e a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Foram escolhidos 18 (dezoito) territórios a partir da premissa de que nesses locais o Pronasci já ter sido implantado, ou estar em processo de implantação. Foram eles: Rocinha, Manguinhos, Maré, Alemão, Vila Kennedy, Providência (estes seis, no Município do RJ); Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Macaé, Mesquita, Queimados, São Gonçalo e São João de Meriti.

De acordo com a Tabela 5, a Fundação Darcy Ribeiro organizou as 800 horas da carga horária, dividindo as atividades entre qualificação para o trabalho e atividades de caráter cultural e esportivo.

Tabela 5 - Proposições de atividades oferecidas no Convênio com a SEASDH em 2009

Conteúdo	Nº Horas	Conteúdo	Nº Horas
Português	65	Reuniões Pedagógicas	20
Matemática	65	Terapia Comunitária	20
Habilitação Profissional	160	Mediação de Conflitos	20
Plano de Desenvolvimento Individual	30	Atividades Comunitárias	40
		Cultura	100
		Esporte	100
Informática	80	Formação Social	100
Subtotal	400	Subtotal	400
Total: 800 horas			

Fonte: Fundação Darcy Ribeiro, 2010a

No momento da inscrição cada jovem indicava dois arcos de sua preferência (dentro de um universo de seis arcos). Os dois arcos mais votados pelos candidatos, eram os efetivados através de cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

A Tabela 6 apresenta que, neste convênio, os arcos para o trabalho escolhidos foram os vinculados aos seguintes temas: turismo, beleza e administração. Também podemos constatar que, dos 2.580 inscritos, somente 1.520 foram aprovados.

Tabela 6 - Proposições dos arcos de atividades de qualificação para o trabalho

1) Turismo: noções básicas para o jovem atuar como monitor turístico.		
Pré-requisito: Conhecimentos relativos ao ensino fundamental.		
Idade: 16 a 29 anos	Jovens Inscritos: 340	Jovens Aprovados: 145
2) Beleza: noções básicas para o jovem atuar como manicure, realizar maquiagem básica e maquiagem de caracterização, corte, escova e saúde estética do cabelo.		
Pré-requisito: Conhecimentos relativos ao ensino fundamental.		
Idade: 16 a 29 anos	Jovens Inscritos: 123	Jovens Aprovados: 69
3) Administração: noções básicas para o jovem atuar como auxiliar administrativo, auxiliar de escritório e em almoxarifado.		
Pré-requisito: Conhecimentos relativos ao ensino fundamental.		
Idade: 16 a 29 anos	Jovens Inscritos: 2.117	Jovens Aprovados: 1.306
4) Cultura e lazer: noções básicas para o jovem atuar como agente de eventos comunitários, animador de eventos, recreador comunitário, DJ e assistente de produção.		
Pré-requisito: Conhecimentos relativos ao ensino médio.		
Idade: 18 a 29 anos	Jovens Inscritos: 0	Jovens Aprovados: 0
5) Gastronomia: noções básicas para o jovem atuar como garçom ou cumim.		
Pré-requisito: Conhecimentos relativos ao ensino fundamental.		
Idade: 18 a 29 anos	Jovens Inscritos: 0	Jovens Aprovados: 0
6) Hotelaria: noções básicas para o jovem atuar como camareira/arrumador.		
Pré-requisito: Conhecimentos relativos ao ensino fundamental.		
Idade: 18 a 29 anos	Jovens Inscritos: 0	Jovens Aprovados: 0
Total de Jovens Inscritos:		2.580 jovens
Total de Jovens Aprovados:		1.520 jovens

Fonte: Fundação Darcy Ribeiro (2010a)

Processo Seletivo dos jovens SEASDH

Os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais ou um membro da equipe do Pronasci credenciavam entidades comunitárias que encaminhavam as fichas de inscrição a alguma Mulher da Paz para inscrição dos jovens interessados em participar do Projeto. Posteriormente, preenchiam outra ficha com dados pessoais, que serviriam

para uma futura análise socioeconômica e pesquisa sobre sua preferência para eleição dos arcos de qualificação para o trabalho. O questionário social, integrante da ficha de inscrição, continha uma variação de 0 a 10 pontos, recebendo maior pontuação aqueles que estivessem em condições de maior vulnerabilidade social e que possuíssem maior grau de escolaridade. Havia também uma prioridade para os jovens entre 18 a 25 anos: a eles eram destinadas 50 % das vagas. Foram abertas 2.510 vagas de acordo com o edital nº 08/2008, do Estado do Rio de Janeiro.

3.2.2 - Convênio SEASDH/MJ/SENASP – 2010/2011

Já no segundo momento de realização do Protejo que ocorreu de novembro de 2010 a abril de 2011, aconteceram modificações significativas no desenvolvimento da sua metodologia. O projeto foi realizado através de convênio entre a Fundação Darcy Ribeiro e a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, sendo contemplados 20 territórios. A faixa etária de atendimento foi reduzida, ficando entre 15 a 24 anos. Em ambos os períodos, houve um curso de formação, de carga horária de 36 horas, com todos os profissionais envolvidos no Projeto.

Em 2011, ainda correspondendo ao edital de chamamento do Ministério da Justiça de 2009, mais três comunidades no município do Rio de Janeiro receberam o Programa através do convênio com o governo estadual: Tavares Bastos, Pavão - Pavãozinho e Cantagalo. Como as três comunidades contavam com atividades de Polícia Pacificadora, inclusive as duas últimas possuíam as Unidades específicas (UPP), o Pronasci vinha para contribuir com outras atividades já realizadas pelos governos estaduais e municipais, alcançando, assim, o objetivo de integração entre as esferas federativas.

Tabela 7 - Territórios que receberam o Protejo/SEASDH 2010 - 2011

Município	Localidade	Jovens Protejo
1 Belford Roxo	Lote XV	150
2 Duque de Caxias	Vila Nova e Vila Ideal	150
3 Itaboraí	Complexo da Reta	125
4 Itaguaí	Brisamar	150
5 Macaé	Botafogo e Malvinas	125
6 Mesquita	Chatuba	150
7 Nilópolis	PaioI	150
8 Niterói	Preventório	100
9 Nova Iguaçu	Miguel Couto	150
10 Queimados	Jardim Queimados	150
11 Rio de Janeiro	Manguinhos	150
12 Rio de Janeiro	Rocinha	75
13 Rio de Janeiro	Malvinas	125
14 Rio de Janeiro	Complexo Alemão	150
15 Rio de Janeiro	Providência	100
16 Rio de Janeiro	Tavares Bastos	50
17 Rio de Janeiro	Pavão-Pavãozinho	75
18 Rio de Janeiro	Cantagalo	75
19 Rio de Janeiro	Tabajaras/Cabritos	50
20 Rio de Janeiro	Complexo do Borel	125
21 Rio de Janeiro	Jardim Batam	75
22 Rio de Janeiro	Chapéu Mangueira/Babilônia	50
23 São Gonçalo	Salgueiro	150
24 São João de Merití	Coelho da Rocha	150
Total Geral	24 Territórios	2.800 jovens
Total Município RJ	12 Territórios	1.100 jovens

Fonte Fundação Darcy Ribeiro (2010b)

Para executar as ações destes convênios do Protejo e Mulheres da Paz, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou um edital em outubro de 2008 (DOE nº12/2012) objetivando selecionar uma instituição, sendo desta forma a Fundação Darcy Ribeiro escolhida. Estas ações tiveram no Estado uma denominação própria: Projeto Rio de Paz.

Em 2010, ocorreram mudanças no processo de seleção dos jovens que participariam do Projeto, conforme consta no relatório de atividades da Fundação Darcy Ribeiro:

Uma das principais reivindicações das lideranças comunitárias dos territórios de atuação do Protejo girava em torno da questão do perfil do jovem atendido pelo Projeto. Amiúde, chegam reclamações de que os jovens atendidos pelos projetos sociais locais terminam por não serem aqueles que poderiam, de fato, ser enquadrados como vítimas potenciais de violência ou do assédio do tráfico de drogas, a saber, modalidade de atividade criminal mais presente no cotidiano dos territórios. Neste sentido, durante os meses descritos foram realizadas reuniões e encontros com as redes de serviços sociais e de defesa do menor e do adolescente, nos territórios e nas suas adjacências e as CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Centros de Referência da Juventude, Unidades de Cumprimento de Medidas Sócio Educativa entre outros passaram a ter papel fundamental no encaminhamento dos jovens. (FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO, 2010b, p. 46).

Também neste momento, a faixa etária do público alvo foi alterada de 15 a 29 anos para 15 a 24 anos. Importante ressaltar que essa mudança deveria ter sido executada desde o período do primeiro convênio, pois a modificação nos termos da lei já havia ocorrido.

Foram abertas 2.800 vagas e continuando na mesma proposição de planejamento, no ato da inscrição, o jovem sinalizava qual seria sua ordem de preferência das temáticas dos arcos de trabalho.

Os dois convênios de 2009 e 2010, acima mencionados, celebrados entre o Ministério da Justiça e a SEASDH, apresentaram problemas relacionados à prestação de contas e, por isso, os recursos destinados ao Projeto, que totalizaram R\$ 16.427.466,74; foram devolvido à União de acordo com a Resolução do MJ nº. 415, de 24 de abril de 2012. Segundo a reportagem do Jornal O Globo, houve irregularidades na contratação de ONGs para o gerenciamento do Projeto (Guilherme Amado, Portal G1, RJ, 02/07/2013). Importante esclarecer que confirmar essas informações não foi fácil, além de não haver mais pessoas responsáveis pelo Protejo na SEASDH, também ocorriam dificuldades no processo de busca de informações no Diário Oficial Digital do Estado do Rio de Janeiro. Somente através do discurso da então secretária da SEASDH na época da realização do Projeto, Benedita da Silva, proferido no dia 04 de julho de 2013, na Câmara Federal de Deputados, que se conseguiu a comprovação desta informação.

3.2.3 - Convênio SMAS (SMDS)/MJ/SENASP/ – 2009

A Prefeitura do Rio de Janeiro, através da SMDS, (na época denominada Secretaria de Assistência Social – SMAS) também estabeleceu, em 2009, um convênio direto com o Ministério da Justiça, para execução dos Projetos Protejo e Mulheres da Paz. O Protejo, que na prefeitura do Rio de Janeiro foi denominado “Protejo - Estação Cidadania”, iniciou suas atividades somente em setembro de 2012, as concluiu em setembro de 2013 sendo que a prestação de contas aconteceu em abril de 2014. O Projeto teve como o total de recursos o valor de R\$ 8.800.000,00; sendo R\$ 8.624.000,00 de responsabilidade do Governo Federal e R\$ 176.000,00 de contrapartida da Prefeitura.

A comissão da SMDS avaliou 3.916 fichas de inscrição de jovens que desejavam participar do projeto, dentre as quais 2.500 jovens foram selecionados, 250 jovens foram designados para um Banco de Reserva, 1.131 jovens foram considerados excedentes e 35 jovens, desclassificados.

A Tabela 8 apresenta como as 2.500 vagas que foram distribuídas entre as sete Estações Cidadania.

Tabela 8 - Territórios que realizaram o Protejo nos anos de 2012 - 2013 com o quantitativo de jovens inscritos

Localização	Jovens inscritos
1. Acari	400
2. Cidade de Deus	340
3. Penha	440
4. Santa Marta	200
5. Santa Cruz	400
6. Senador Camará	420
7. Vila Kennedy	340
Total no Município do Rio de Janeiro: 7 territórios	2.500 jovens

Fonte: DOM 17 agosto, 2012.

O D.O.M. de 29/08/2012 apresenta a listagem com os nomes dos jovens selecionados por Estações Cidadania, inclusive com dez por cento (10%) de nomes reservas. Porém, em 25 de setembro do mesmo ano, a Estação Cidadania do Santa Marta anunciou um novo prazo para inscrições visto que alguns jovens selecionados haviam declinado de participar ou não correspondiam ao perfil previsto aos jovens do

Protejo. Assim, mais cinco jovens foram selecionados e dezessete entraram para a listagem de reserva (D.O.M. 02/10/2012, p.63).

Dentre os jovens que participaram do processo seletivo e foram selecionados, portanto tiveram seus nomes publicados em D.O., 1.300 não quiseram participar, conforme a Tabela 9:

Tabela 9 - Quantitativo de jovens desistentes do Protejo/SMDS – 2012 - 2013

Estação	Jovens desistentes
1. Acari	252
2. Cidade de Deus	137
3. Penha	279
4. Santa Cruz	197
5. Santa Marta	34
6. Senador Camará	164
7. Vila Kennedy	237
Total no Município do Rio de Janeiro: 7 territórios	1.300 jovens

Fonte: SMDS/RJ - Relatório estatísticos Protejo (2014)

Em virtude dessa desistência de participação dos jovens, foi necessário redistribuir quantitativo de vagas (Tabela 10) oferecidas, de acordo com a real procura por matrículas.

Tabela 10 – Redistribuição do oferecimento de vagas no Protejo/SMDS - 2012 - 2013

Estação Cidadania	Meta Estipulada	Meta Redistribuída	Pendência de Cadastro (CPF)¹³
1. Acari	400	375	4
2. Cidade de Deus	340	310	0
3. Penha	440	426	0
4. Santa Cruz	197	436	2
5. Santa Marta	34	170	0
6. Senador Camará	164	449	0
7. Vila Kennedy	237	328	0
Total	2.500 jovens	2.494	6

Fonte: SMDS/RJ - Relatório estatísticos Protejo (2014)

¹³ Pendência de Cadastro refere-se as inscrições que apesar de efetuadas não haviam sido efetivamente incluídas nos arquivos da SENASP por problemas no sistema de cadastro de pessoas físicas (CPF) dos jovens.

Para o recebimento de uma bolsa mensal, no valor de R\$100,00, o jovem deveria ter uma porcentagem mínima de frequência. Entre o primeiro e terceiro mês, foi necessário frequentar 60% das atividades; do quarto ao sexto mês, 65% e do sétimo ao décimo segundo, 75%. Desta forma, no decorrer de um ano de desenvolvimento do Projeto, o quantitativo mensal de bolsas pagas foi diferenciado, conforme indica a Tabela 11.

Tabela 11 - Quantitativo de bolsas mensais, pagas aos jovens, de acordo com a frequência mensal

Estação Cidadania	Meta Redistribuída	Out 2012	Nov 2012	Dez 2012	Jan 2013	Fev 2013	Mar 2013	Abr 2013	Mai 2013	Jun 2013	Jul 2013	Ago 2013	Set 2013
Acari	375	153	1042 012	115	185	142	95	105	94	70	79	99	91
Cidade de Deus	310	93	97	39	85	81	103	167	181	172	168	188	195
Penha	426	188	188	99	95	95	62	81	128	165	184	199	196
Santa Cruz	436	242	223	102	216	182	210	214	227	236	248	266	266
Santa Marta	170	71	92	54	72	55	46	37	90	89	99	97	102
Senador Camará	449	416	353	353	168	182	152	189	95	123	111	103	98
Vila Kennedy	328	145	156	154	195	150	185	173	161	162	147	177	156
Total	2.494	1308	1213	916	1016	887	853	966	976	1017	1036	1129	1104

Fonte: SMDS/RJ - Relatório estatísticos Protejo (2014)

O Protejo teve 1.311 jovens concluintes e que foram certificados, o que representa 52,57% dos 2.500 que iniciaram o Projeto, de acordo com a Tabela 12.

Tabela 12 - Quantitativo de jovens certificados no Protejo/SMDS - 2012 - 2013

Estação	Jovens Certificados
1. Acari	210
2. Cidade de Deus	186
3. Penha	184
4. Santa Cruz	243
5. Santa Marta	107
6. Senador Camará	216
7. Vila Kennedy	165
Total	1.311 jovens

Fonte: SMDS/RJ - Relatório estatísticos Protejo (2014)

Apesar da grande exigência relativa aos documentos necessários à inscrição do jovem no Projeto, a SMAS também afirmava que a falta dos mesmos não inviabilizaria a inscrição do candidato.

A SMDS, através de processo seletivo¹⁴, escolheu em 30 de julho de 2012, o Instituto de Ação Social e Desenvolvimento Sustentável Costa Verde para implantar e implementar o Projeto Protejo nos territórios que denomina Estações Cidadania/Protejo (D.O.M., nº 91, 2012).

As atividades a serem desenvolvidas, listadas conforme a Tabela 13, foram propostas para acontecer durante 04 (quatro) turnos por semana (segunda-feira, terça-feira, quinta-feira e sexta-feira), com intervalos às quartas-feiras.

Tabela 13 - Proposições das atividades de formação cidadã oferecidas pelas Estações Cidadania

Conteúdo	Nº Horas
Adaptação, atividades Psicossociais, Construção do Percorso Social Formativo individualizado – PSFO, Rito de Passagem	8
Música, dança e teatro	80
Drogas: Redução de danos e prevenção	20
Educação ambiental e sustentabilidade	20
Informática	200
Formação sociojurídica	20
Oficina de Turismo ambiental e cultura	60
Oficina Preparatória de Prática Comunitária Cidadã - PCCI	32
Execução de PCCI	192
Monitoramento de PCCI	63
Oficinas de Temática Específica	104
Total	880 horas

Fonte: SMAS, 2012, p.42

¹⁴ Esta escolha ocorreu com dispensa de licitação (D.O.M., 30 julho 2012, p.16), conforme o processo nº 08/001.171/2011 da SMAS de 23 março 2011)

As atividades planejadas para constituírem o ciclo inicial de formação, isto é, as oficinas temáticas específicas, foram:

- 1) Oficina de cinema com produção e edição de vídeos caseiros
- 2) Oficina de percussão e fabricação de instrumentos musicais
- 3) Oficina de hip hop
- 4) Oficina de DJ
- 5) Oficina de Surf (a ser administrada como projeto piloto na Cidade de Deus)

Fonte: *Idem* p. 44.

Processo seletivo dos jovens - SMDS - Instituto Costa Verde

Para se inscrever no projeto junto à SMAS (SMDS), o jovem deveria:

Ter a idade mínima de 15 (quinze) e máxima de 24 (vinte e quatro) anos, completos até o dia 03 de setembro de 2012; ser morador da área de intervenção do Projeto (Território da Paz); vítimas de criminalidade; em cumprimento de medidas socioeducativas ou penas alternativas; expostos a violência doméstica e/ou urbana; em situação de rua; egressos do sistema prisional. Participar de uma entrevista que avaliou o perfil do candidato Apresentação de documento de Identidade, CPF Número de Identificação Social (NIS, PIS, NIT); Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefones e outros) em nome próprio ou do seu responsável, ou declaração da Associação de Moradores do bairro, 02 (duas) fotos 3X4 (D.O.M. nº105, agosto, 2012).

Para auxiliar no processo seletivo, a ficha de inscrição era usada para identificação da situação sócio familiar do candidato. Os dados serviam para classificação considerando pesos diferentes e crescentes (do menor para o maior grau de vulnerabilidade), tais como: egressos do sistema prisional(+1) ; em cumprimento de medidas sócioeducativas ou de penas alternativas (+2); expostos a violência doméstica e/ou urbana (+3); em situação de rua (+4); Vítimas de criminalidade (+5).

Determinações judiciais eram vistas como prioridades para matricular os jovens, conforme o D.O.M:

Adolescentes e jovens com determinação judicial de substituição de cumprimento de medida pela participação no Protejo e àqueles encaminhados pelas Casas Viva do Município, contarão com “cota” específica e não passarão por classificação (D.O.M. nº105, agosto, 2012).

Capítulo IV – O Protejo e as atividades esportivas

Nesta parte do estudo abordaremos a forma pela qual as atividades esportivas foram propostas no Protejo. Essa análise será precedida por algumas reflexões que versam dos sentidos atribuídos a expressão *atividades esportivas*, ao longo da história. Nos deparamos também com a necessidade

4.1 - Atividade esportiva: de que se trata?

A Lei nº 11.707/2008, que institui o Pronasci, determina a inclusão de atividades esportivas dentre as demais atividades desenvolvidas no Protejo, como mostra o Artigo 8º:

§ 2º A implementação do Protejo dar-se-á por meio da identificação dos jovens e adolescentes participantes, sua inclusão em práticas esportivas, culturais e educacionais e formação sociojurídica realizada por meio de cursos de capacitação legal com foco em direitos humanos, no combate à violência e à criminalidade, na temática juvenil, bem como em atividades de emancipação e socialização que possibilitem a sua reinserção nas comunidades em que vivem. (BRASIL, 2007)

Como se vê, essas atividades esportivas são propostas por um projeto que possui âmbito nacional, ou seja, a forma de aplicação dessas atividades acaba sendo adaptada a peculiaridade de cada estado brasileiro. Todavia, a fim de se evitar a descentralização da forma de trabalho destas atividades esportivas, é de extrema importância que o seu conceito seja estipulado de forma mais objetiva aos seus destinatários

Essa lacuna conceitual pode ser exemplificada, através das diretrizes nacionais dos Projetos Mulheres da Paz e Protejo (2013) que não fornecem quaisquer informações sobre o que se entende por práticas esportivas.

Antes de adentrarmos no tema das atividades esportivas desenvolvidas especificamente no Município do Rio de Janeiro, cabe uma rápida retrospectiva acerca da história do esporte, incluindo as práticas pré-desportivas, e alguns esclarecimentos sobre os conceitos que essas práticas assumiram ao longo do tempo.

Dentre as diversas interpretações sobre tal conceito, Tubino (1999) afirma que o esporte é um fenômeno profundamente humano, de visível relevância social na história da humanidade e intimamente ligado ao processo cultural de cada época.

No que tange a historia do esporte, segundo Garrido e Tubino, *Apud*. TUBINO, (2010), o mesmo possui os seguintes marcos temporais: a) esporte antigo, que abrange a Antiguidade até a primeira metade do século XIX; b) esporte moderno, caracterizado a partir de 1820, pelo inglês Thomas Arnold, que começou a institucionalizar as práticas esportivas existentes, codificando-as por meio de regras e entidades e c) esporte contemporâneo, que teve início no final da década de 1980, a partir da aceitação do direito de todos ao esporte.

Em Tubino (2010) encontramos que, na Antiguidade, as práticas esportivas eram muito diferentes das atuais, por isso foram denominadas como práticas pré-esportivas, em que muitas delas possuíam caráter utilitário para a própria sobrevivência dos cidadãos (natação, corrida, caça etc.) e também para preparação em guerras (marchas, caminhadas, esgrima, lutas etc.). Nesse contexto histórico, ressalta-se a importância dos gregos de Atenas que atribuíram uma finalidade educativa aos exercícios físicos, quando os de Esparta ainda se exercitavam com o objetivo de preparação para a guerra.

Nesse período, com a prática da ginastica grega, houve a inauguração dos Jogos Gregos, cujo evento tornou-se um verdadeiro marco na história esportiva por representar a primeira competição organizada e a concepção inicial do esporte.

Ainda em Tubino (1999) encontramos que o Esporte Moderno reconhecia na sua concepção de esporte, três características principais: a de jogo, a de competição e a de formação. Foi neste momento que as atividades físicas praticadas pela burguesia e pela aristocracia inglesas foram incorporadas ao processo educativo. No final do século XIX, inspirado no inglês Thomas Arnold, o francês Pièrre de Coubertin, percebendo as dificuldades de preservação da paz mundial, achou que o esporte seria uma poderosa “vacina” contra os conflitos internacionais. Nesse sentido, acreditando no seu poder para estimular a convivência humana, Coubertin iniciou em 1892 o movimento de restauração dos Jogos Olímpicos.

Depois de um longo período de estabilidade, foi Hitler que, na década de 30, percebeu que o esporte poderia, pelo seu grande apelo popular, tornar-se um poderoso instrumento de propaganda política. Com essa intenção, aproveitando o fato de Berlim sediar os Jogos Olímpicos de 1936, organizou a competição no sentido de que fosse um ato internacional de constatação da supremacia da raça ariana sobre as demais. Hitler e

Mussolini, os vencedores da I Guerra Mundial, transformaram o esporte em um dos palcos mais efetivos da disputa entre o capitalismo e o socialismo. O exemplo foi seguido, inclusive pelo Brasil, que passou a fazer do esporte mais uma de controle do Estado. Foi nesse clima que surgiu o chamado "chauvinismo da vitória", que pode ser traduzido como a intenção da vitória a qualquer custo, em detrimento do *fair-play*¹⁵ (Tubino, 1999).

Existem várias tentativas, no Brasil, de classificar e denominar o esporte de acordo com suas diferenciações, mas não existe consenso acerca dos termos empregados. Bracht (2005) nos conta que a Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, instituída pelo presidente José Sarney, em 1985, sugeriu e está sendo amplamente aceito, inclusive incorporado pela Constituição Federal de 1988, diferenciar o conceito de esporte em três manifestações: a) desporto-*performance*; b) desporto-participação e c) desporto-educação. Porém, o próprio autor, em seu livro Sociologia Crítica do Esporte (2005), classifica o esporte de forma diferente, ou seja: esporte de alto rendimento ou espetáculo e esporte enquanto atividade de lazer. Ele desconsidera o desporto-educação porque defende a ideia de que neste valoriza-se a *performance* ou a participação.

Os estudos de Marcelo Melo (2011) mostram que a organização política dos setores à esquerda no Brasil, a partir da luta contra a ditadura militar da década de 60 e ao longo dos anos 1980, por intensificação de um projeto societário mais igualitário, também impactou a educação física.

Podemos acrescentar que o esporte, ao ser dividido em práticas desportivas formais e não formais, da forma como descrito no Artigo 217 da Constituição de 1988, a seguir, foi uma conquista advinda desta luta, que pretendia a participação popular mais intensa e igualitária; conseqüentemente, menos competitiva.

Art. 217 da sua Seção III:

Do Desporto:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um.

¹⁵ Termo que significa a atitude cavalheiresca na disputa esportiva, respeitando as regras, os códigos, os adversários e os árbitros. TUBINO (1999, p.19).

Ainda Melo (2011) aponta que as reuniões de discussão da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9394/96), com a necessidade de debater sobre o que vinha a ser o esporte e sua importância dentro do currículo escolar, contribuiu para pontuar algumas das diferenças possíveis nesse campo.

Também os eventos em torno da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao longo dos anos 1990, que culminaram com a aprovação em 20 de dezembro de 1996 da lei 9.394/96, incidiram nos debates da área. A necessidade de ir além da figura de uma atividade no âmbito da Educação escolar, afirmando-se como uma disciplina com igual responsabilidade e papel pedagógico que as demais no currículo escolar, permearam a Educação Física nesse momento histórico. (p.278).

Mais adiante, em 1995, já tendo Fernando Henrique Cardoso como presidente, um jogador de futebol mundialmente conhecido, o Pelé, foi nomeado Ministro do Esporte. Houve sob sua gestão a promulgação da Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, conhecida como a Lei Pelé, que tinha em sua tônica o financiamento esportivo, mas que também diferenciava o esporte de acordo com suas manifestações, como constatamos a seguir:

Art. 3º: O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III – desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Até mesmo os representantes dos esportes de aventura e radical, incomodados com a falta de diretrizes em suas práticas, foram buscar, junto ao Ministério do Esporte, uma conceituação sobre suas modalidades, a fim de conseguirem, assim, a distinção

entre um e o outro. Alcançaram seus objetivos através da promulgação da Resolução CNE nº 18, (2007), que recomendava a identificação do que vinham a ser tais modalidades esportivas, baseada nos documentos: “Esporte de Aventura: Carta de São Paulo” e “Proposta da Comissão de Esporte Aventura”.

Ao investigar como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD diferencia o esporte, encontramos um relatório entregue ao Ministério do Esporte em 2010, denominado “Esporte como estratégia de desenvolvimento social e econômico”, que se refere ao esporte como mecanismo de integração social de grupos socialmente vulneráveis e classifica o mesmo em: a) esporte educacional; b) esporte lazer e c) esporte de rendimento.

A extinta Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer - SNDEL, também tinha sua concepção quanto ao esporte em suas publicações, dividindo-o em recreativo e de lazer, em oposição ao competitivo (BRASIL/ SNDEL, 2010).

Já na publicação do estatuto do Conselho Federal de Educação Física (2010) constatamos a seguinte definição:

§ 2º - O termo desporto/esporte compreende sistema ordenado de práticas corporais que envolve atividade competitiva, institucionalizada, realizada conforme técnicas, habilidades e objetivos definidos pelas modalidades desportivas segundo regras pré-estabelecidas que lhe dá forma, significado e identidade, podendo também ser praticado com liberdade e finalidade lúdica estabelecida por seus praticantes, realizado em ambiente diferenciado, inclusive na natureza (jogos: da natureza, radicais, orientação, aventura e outros). A atividade esportiva aplica-se, ainda, na promoção da saúde e em âmbito educacional de acordo com diagnóstico e/ou conhecimento especializado, em complementação a interesses voluntários e/ou organização comunitária de indivíduos e grupos não especializados.(Capítulo II).

Atualmente, seguindo a ideia desta falta de unidade em sua classificação, temos o Ministério do Esporte - e não do desporto como trata a lei Pelé - com sua estrutura dividida nas Secretarias Nacionais: a) de Esporte de Alto rendimento, b) de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão social e c) de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.

Com base nas leituras realizadas, percebemos que as palavras “desporto” e “esporte” são tratadas como sinônimos. Castelanni (2010) para exemplificar que não é esta a diferenciação que se faz importante, em seu artigo “Afinal: esporte ou desporto”,

refaz o histórico das secretarias e ministérios, nas quais as atividades esportivas foram designadas dentro da política nacional:

O Ministério é do Esporte - assim mesmo, no singular, pois ele é uma prática social com origem moderna vinculada ao advento da sociedade industrial -, mas já tivemos há bem pouco tempo atrás, no Governo Itamar, o Ministério de Educação e Desporto e antes dele, no Brasil Novo de Collor, uma Secretária Especial do Desporto, que por sua vez veio no lugar da SEED, Secretaria de Educação Física e Desporto que, por dentro do Ministério da Educação e Cultura no final da década de 70 e toda de 80 do século passado, ditou os caminhos da política da área (p.1).

Ainda em Castellani (2010) encontramos que a palavra “desporto” seria uma versão em espanhol e a palavra “sport” uma versão inglesa, para nos referirmos ao esporte na língua portuguesa.

Vale esclarecer que nosso interesse neste trabalho se dá para além da análise que o uso das versões espanhola, inglesa ou portuguesa da palavra esporte assume. Nosso esforço está no sentido de esclarecer o conceito¹⁶ que a expressão “práticas esportivas” abarca. Porém para isto utilizaremos nesta dissertação as denominações: esporte de rendimento (de competição), educacional (praticado nas escolas) e de lazer (praticado espontaneamente, em tempo livre). Isto porque conceituar tal expressão no âmbito do Protejo é importante para esclarecer se o Projeto deveria valorizar o esporte de rendimento, o esporte de lazer ou o esporte educativo.

Em um exame preliminar, podemos chegar a pensar que, obviamente, um projeto de inclusão social como o Protejo não deve estar próximo de uma prática como a do esporte competitivo, em que apenas os mais habilidosos participam dos jogos, há rigidez de regras quanto ao número de participantes, estimulando-se a desvalorização dos companheiros, entre outras ações excludentes. Entretanto, quando verificamos a história e a realidade do esporte e da educação física, seja em escolas, projetos sociais ou clubes, constatamos que é preciso um cuidado especial para que suas atividades esportivas não sejam reduzidas à prática competitiva, como acontece muito comumente, por exemplo, no futebol.

¹⁶ Segundo Gaudencio Frigotto (*Apud* Castellani, 2010), a palavra “conceitos” é definida como *sendo as* representações, no plano do pensamento, do movimento da realidade. Como tal, afirma não serem eles (os conceitos) alheios às relações de poder e às relações de classe presentes na sociedade. Pelo contrário, são mediações de sua explicitação ou de seu mascaramento.

Diante das diversas possibilidades e entre os vários caminhos que podem ser percorridos quando temos a frente o termo *atividades esportivas*, para auxiliar nossa reflexão, precisaremos recorrer também a um breve histórico da educação física e das lutas travadas ao longo do tempo, pois atividades esportivas e educação física são possuem histórias estreitamente ligadas.

4.2 - Um breve histórico da educação física no Brasil

A história da educação física se confunde com a história dos militares em nosso país. Castellani (1991) elenca várias ações que correlacionam tais fatos, como a criação da Escola Militar, em 1810, com o nome Academia Real Militar, até a criação do Centro Militar de Educação Física, em 1922, cujo objetivo era o de dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas. Este vínculo com os militares permaneceu por décadas. Podemos constatar isto quando, por ocasião de uma entrevista (já em 1986!) com o Professor Waldemar Areno, médico, vice-diretor da Universidade do Brasil (criada em 1939), este ainda se refere à Escola de Educação Física do Exército como sendo “uma Escola de respeito, (...) uma instituição a quem nós devemos render homenagens, (...) um dos berços da educação física no Brasil e conclui dizendo ter por ela ‘um respeito extraordinário’” (CASTELLANI, 1991, p. 35).

A educação física marcada por esta influência militar, condicionada pelos princípios positivistas, foi entendida, desde o século XIX, como uma atividade de extrema importância para forjar o indivíduo forte e saudável, que era necessário para implementação do processo de desenvolvimento da sociedade. É preciso considerar, além disto, que a ideia de associar a educação física à educação do físico, à saúde corporal, deve-se também aos médicos, que, segundo Castellani, (1991), imbuíram-se de ditar à sociedade os padrões de conduta física, moral e intelectual da “nova” família brasileira, apoiados nos princípios da medicina social de índole higiênica. A educação física contribuía, então, com a sociedade de duas formas: para a composição da força de trabalho de uma sociedade capitalista e para os cuidados higienistas e sanitaristas, devido aos grandes problemas relacionados à saúde pública que estavam surgindo.

Existia resistência em adotar a educação física como elemento educacional, visto que as escolas eram frequentadas por elites que estigmatizavam esta disciplina escolar por vincularem-na com o trabalho físico e manual, que era desprestigiado em relação ao

trabalho intelectual. Esta situação era menor quando relacionada aos homens, em razão dos exemplos oriundos das instituições militares (Castellani, 1991). Apesar disto, acreditando na importância da educação física dentro das escolas, Rui Barbosa, em 1882, através de um relevante parecer, deu à educação Física destaque ao torná-la obrigatória, equiparando, em categoria e autoridade, os professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas. Ainda em Castellani (1991) consta que Rui Barbosa rebatia as críticas daqueles que viam na ginástica “um verdadeiro atentado materialista à alma da infância e da adolescência”, ao afirmar que:

A ginástica não é um agente materialista, mas, pelo contrário, uma influência tão moralizadora quanto higiênica, tão intelectual quanto física, tão imprescindível à educação do sentimento e do espírito quanto à estabilidade da saúde e ao vigor dos órgãos. Materialista de fato é sim, a pedagogia falsa que, descurando o corpo, escraviza irremissivelmente a alma à tirania odiosa das aberrações de um organismo solapado pela debilidade e pela doença. Nessas criaturas desequilibradas, sim, é que a carne governará sempre fatalmente o espírito ora pelos apetites, ora pelas enfermidades (p. 50).

Estes ideais de Rui Barbosa, ainda em 1936, eram defendidos na Revista *Educação Physica*, que rendia homenagens a seu editor, Fernando Azevedo, chamando-o de “precursor da palavra *científica* na educação física, o qual, através desta revista proclamava os elementos fisiológicos e psicológicos da *ciência da saúde*, a educação física cientificamente fundamentada, mostrando a importância, o valor, o papel do exercício na idade pubertária, para formação do Homem moderno” (Castellani, 1992, p. 54). Percebe-se, portanto, que havia a intenção de eliminar a separação do ensino intelectual da educação do físico. Entretanto, a visão dualista do homem permaneceu, ao reforçar que o *físico* se colocava a serviço do *intelecto*.

Seguindo esta tendência, no livro Metodologia do ensino de educação física, seu Coletivo de Autores (1992) afirma que, nas quatro primeiras décadas do século XX, foi marcante no sistema educacional, além da influência da Instituição Militar, a influência dos Métodos Ginásticos com as primeiras sistematizações sobre os exercícios físicos, tendo como autores mais conhecidos o sueco P.H.Ling, o francês Amoros e o alemão A. Spiess, com contribuições advindas também de fisiologistas, como G. Demeny, E. Marey, médicos, como P. Tissié, e ainda professores de música, como J. Dalcroze. Desta maneira, a educação física ministrada na escola começou a ser vista com importante instrumento de aprimoramento físico dos indivíduos, os quais, “fortalecidos”

pelo exercício físico, que em si geraria saúde, estariam mais aptos para contribuir para a grandeza da indústria nascente, com os exércitos, assim como com a prosperidade da pátria. Ressalta-se que o auge da militarização da escola corresponde à execução do Projeto de sociedade idealizado pela ditadura do Estado Novo. Quanto a esse período, Darido (2010) também acrescenta que o governo militar apoiou a educação física na escola objetivando tanto a formação de um exército composto por uma juventude forte e saudável como a desmobilização de forças opositoras ao regime ditatorial imposto pelos militares ao país.

Esse mesmo Coletivo de Autores (1992) lembra que até essa época, os profissionais de Educação Física que atuavam nas escolas eram os instrutores formados pelas instituições militares, os quais reproduziam a disciplina e hierarquia dos quartéis e preconizavam a aptidão física, fazendo com que as aulas de educação física e o esporte de rendimento fossem quase palavras sinônimas. Somente em 1939 é que foi criada a primeira escola de formação civil de professores de educação física, iniciando-se, a partir daí, uma disputa dentro das escolas por outras tendências educacionais, como o Método Natural Austríaco e o Método da Educação Física Desportiva Generalizada. Neste último, predomina a influência do esporte, que se afirmava em todos os países como elemento predominante da cultura corporal.

O esporte entra assim nas escolas e reconfigura, não apenas o conteúdo da educação física, como também a relação professor-aluno, que passa de professor-instrutor e aluno-recruta para professor-treinador e aluno-atleta. Desta forma, as aulas valorizavam a competição, comparação de rendimentos, recorde, regras rígidas e divisão de turmas por sexo. Vale destacar que mais do que evocar os fatos que evidenciam as relações entre os militares e a educação física, a esta dissertação interessam as consequências destas relações no papel que a educação física e, conseqüentemente, o esporte têm ainda hoje.

Em 1973, foi implantado no Brasil, em meio à ditadura militar, o programa Esporte Para Todos (EPT), que foi a primeira grande ação governamental alternativa ao esporte de rendimento e que, segundo Teixeira (2009), tinha a proposta de:

uma educação não formal com menos normas das pedagogias tradicionais e mais atenção às questões da “modernização” tão presentes nos anos 1970. Nesses termos, tinha como objetivos

principais aprimorar a aptidão física da população, elevar o nível do desporto em todas as áreas, intensificando a sua prática às massas, ampliar o nível técnico das representações nacionais e difundir as atividades esportivas como forma de utilização do tempo de lazer (p. 2).

Nesse sentido, o EPT não fazia restrições quanto às habilidades motoras dos praticantes. Sua ideia central era a massificação do esporte com vistas à seleção de atletas de alto rendimento e a difusão da noção de progresso, ao que Cavalcanti (1986) acrescenta também o interesse de difundir ideais disciplinadores afinados com o governo da época.

O EPT era legitimado pelo Plano Nacional de Educação Física e Desportos, sendo que, para colocá-lo em prática em todo território nacional, foram necessários grandes investimentos com a colaboração dos municípios, voluntários e até com a infraestrutura do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), como fitas cassetes e texto impresso, denominado Documento Básico da Campanha (TEIXEIRA, 2009).

Podemos verificar, então, que o esporte que esteve sempre atrelado com a imagem de jovens fortes e saudáveis, avançava e aparece pela primeira vez em uma política pública que, diferentemente, preconizava que não é o esporte que faz o homem, mas o homem que faz o esporte, sendo ele quem determina o que, como, onde, quando, por quanto tempo, com quem, sob que regras, com que objetivos e sob que condições o pratica (Coletivo de Autores, 1992, p. 56). Podemos dizer que este foi o primeiro grande programa nacional ligado ao esporte, ainda não específico para jovens, mas, como o próprio nome diz, para toda a população.

Segundo Vaz (2006), Katia Cavalcanti (1984) faz uma análise mais aprofundada deste Programa, que preconizava como objetivos a democratização e as finalidades sociais do esporte. Segundo ele, a autora questiona tais objetivos, que faziam crer que o esporte era a atividade ideal para ocupar o tempo de não-trabalho e ajudar a alcançar o equilíbrio psicofisiológico, salientando que a classe dominante mantinha os dominados ativos em seu tempo disponível, sendo, portanto, uma forma de controle social que ajudava a despolitização das massas (VAZ, 2006, p.188). Para Cavalcanti, o programa visava difundir o mercado esportivo e propagar uma ideia específica de corpo e de

saúde, expressão da força da técnica sobre o indivíduo, coisificando o corpo e adaptando-o às exigências da tecnologia.

Já na década de 1960, em outro estudo, Alexandre Vaz (2005) aponta que se desenvolve (mas ainda não no Brasil), no contexto da Nova Esquerda, um movimento teórico nas Ciências Sociais que ficou conhecido como Teoria Crítica do Esporte, sendo que vários autores desse período, e também da década seguinte, ousaram fazer algo até certo ponto surpreendente: colocar em questão o esporte e suas possibilidades de se constituir um elemento positivo do ponto de vista pedagógico e social.

Por essa linha, o autor, em seu artigo “Do Centro à periferia: sobre a presença da teoria crítica do esporte no Brasil” (2006) caracteriza a Teoria Crítica do Esporte como um movimento alimentado pela contracultura e pela Escola de Frankfurt que nasce na Europa e chega ao Brasil nos anos de 1980 como aporte teórico da crítica ao esporte. Continua esclarecendo que tal teoria trata de:

questionar o esporte de alto rendimento e de espetáculo em sua inteireza, considerando que os ideais olímpicos constituíam um engodo para reforçar as condições de dominação impostas tanto às classes subalternas quanto, de um ponto de vista mais particular, ao corpo (VAZ, 2005, p. 5)

Marcelo Proni (2002) mostra que para a Teoria Crítica do Esporte, na sociedade capitalista, o esporte assumiu caráter ideológico e interesseiro na busca do rendimento financeiro pautado, entre outros aspectos, no consumo de roupas esportivas, na criação de complexos multinacionais esportivos e na exploração da imagem televisiva. Tais complexos patrocinam eventos esportivos com a intenção de elevar suas vendas e expandir seu capital, levando ao público consumidor o fetichismo da marca. A comercialização do espetáculo esportivo comprova que o objetivo do esporte de competição é o lucro, porque os organizadores e promotores se interessam, sobretudo, no retorno financeiro de seus investimentos.

Por sua vez, Vaz (2001) acrescenta que tal Teoria procurou também mostrar a relação conceitual entre o esporte e o trabalho e, por meio dela, os limites e as contradições do chamado “tempo livre”, reforçando o seu caráter de mercadoria, de refinador e disseminador da ideologia capitalista.

Tal movimento chega ao Brasil na década de 1980, período em que ingressei na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no curso de Licenciatura em Educação Física e

tive contato com os primórdios destas ideias. Entusiasmados com a possibilidade de superação do esporte como rendimento, muitos professores dos cursos de licenciatura em educação física se esforçavam para que os alunos se dedicassem a uma literatura que valorizasse uma metodologia de aula dentro de uma perspectiva mais crítica e menos reprodutivista de movimentos técnicos. Reforçando esta ideia, Betti (1997) afirma que:

Desde a década de 80, o debate sobre "o que é Educação Física" é intenso. Libertada da hegemonia militar e médica, sob os ventos do processo de redemocratização do país, novas ideias, fundamentos, propostas pedagógicas, ocuparam espaços e agitaram as mentes na área da Educação Física (p. 7).

Em Coletivo de Autores (1992) constatamos que, além da preocupação com o espaço ocupado pelo esporte nas aulas de educação física, os movimentos renovadores desta disciplina, dos quais faz parte o movimento dito "humanista" na pedagogia, caracterizam-se pela presença de princípios filosóficos em torno do ser humano, sua identidade e valor, tendo como fundamentos os limites e interesses do homem.

Betti (1997) narra sobre a continuidade deste movimento de tendência "humanista ou escola-novista", afirmando que a educação física, posteriormente, pode ser dividida em duas grandes "matrizes" que geram os diversos entendimentos sobre ela no Brasil: uma que a vê como ciência (e tem a motricidade humana, ação motora, movimento humano, como objeto de estudo); outra que a vê como prática pedagógica. Essa segunda matriz questiona os fundamentos e o papel social da educação física e resulta da aplicação das chamadas teorias pedagógicas críticas ou crítico-superadoras. Bracht (*apud* Betti, 1997), um dos teóricos que sustentam esta ideia, afirma que a educação física é:

a prática pedagógica que tem tematizado elementos da esfera da cultura corporal/movimento [...] é antes de tudo uma prática pedagógica [...] é uma prática social de intervenção imediata, e não uma prática social cuja característica primeira seja explicar ou compreender um determinado fenômeno social ou uma determinada parte do real (p. 8).

Marcelo Melo (2011) aponta que a chegada deste movimento crítico ao esporte não foi aceita pacificamente por todos os integrantes da área esportiva, conforme explicitado a seguir:

A área começa a deparar-se com um conflito interno, expresso, de maneira simplificada, nos embates entre as tendências críticas do papel do esporte, do corpo, da disciplina curricular e de outro, dos defensores das concepções biologicistas do corpo, do treinamento esportivo de alto rendimento, do mundo do *Fitness* e espetacularização do corpo e do esporte (Bracht, Apud. MELO, 2011, p. 103).

Devemos destacar que, ao retomar aqui a história da educação física no Brasil, conjugando-a com a Teoria Crítica do Esporte, acreditamos poder encontrar alguns caminhos e indícios capazes de melhor analisar e orientar projetos sociais que tenham o esporte em seu escopo e planejamento, como é o caso do Protejo. Nesse sentido, fazemos coro com Alexandre Vaz (2005), quando o autor recomenda tal associação em pesquisas como a por nós realizada, uma vez que tais referências permanecem atuais.

Permanece a necessidade de seguir o diálogo com a Teoria Crítica do Esporte, que se mantém viva porque as questões que colocou seguem atuais, assim como pelo menos parte de suas indicações de análise. A rigor, algumas tendências do esporte apontadas por esse movimento teórico ganharam ainda mais força no contemporâneo, como a quantificação dos resultados e a redução ao número das qualidades da expressão humana (p.17).

4.3 - O encontro da juventude e o esporte

Apesar da existência de atividades esportivas em muitos programas e projetos sociais, é reduzido o quantitativo de pesquisas sobre o que os jovens desejam e pensam sobre tais atividades. O que encontramos são avaliações sobre os próprios projetos, que não apresentam as percepções juvenis quanto à prática do esporte no corpo das ações.

Em sua primeira publicação, “Políticas Nacionais de Juventude Diretrizes e Perspectivas”, o Conjuve (2006) já apontava a necessidade de pesquisas sobre a juventude e o esporte:

Uma das limitações mais sérias das pesquisas oficiais é a ausência de dados sobre dimensões significativas da vivência dos jovens, como sua relação com a cultura, a religião, o lazer, o esporte, etc. Esses temas estão praticamente ausentes dos diagnósticos, embora alguns estudos qualitativos estejam sendo enfáticos ao afirmar a importância destas dimensões para os jovens, para a construção de sua identidade social, sua formação e a construção de perspectivas e trajetórias de vida (p 40).

De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República em sua pesquisa denominada Juventude levada em conta, amplia a importância de pesquisas deste porte ao afirmar:

Não basta contar mais os jovens. Temos de fazer com que os jovens contem mais. É necessário que a juventude nos conte o que pensa e o que quer. A fim de empoderar na prática a juventude, ouvir é preciso. Não só para atender os anseios da juventude de hoje, mas decifrar os principais desafios ainda por vir do país. Os jovens são a principal porta de entrada de inovações nos valores e nas aspirações de cada sociedade, permitindo antecipar no tempo a formação do pensamento geral da nação (p. 6).

Desta forma, apresentaremos a seguir os desejos da juventude relacionados ao esporte. Também temos com o propósito de ao realizarmos esta aproximação, facilitarmos a análise sobre o projeto aqui estudado. Ao revisarmos as ações do governo federal que incluem o “esporte”, a partir da criação da SNJ em 2005(ou seja, a partir do momento em que a juventude passou a ter uma participação mais efetiva na elaboração das políticas voltadas para si mesma), encontramos atenção mais especificamente dispensada ao esporte nas seguintes ações/acontecimentos:

- 2006 – Lançamento do Livro – Políticas Nacionais de Juventude Diretrizes e Perspectivas (Conjuve)
- 2008 – Realização da 1ª Conferência pela Juventude
- 2008 – Proposição do 1º Pacto pela Juventude
- 2010 – Proposição do 2º Pacto pela Juventude;
- 2010 – Aprovação da PEC 65
- 2011 – Realização da 2ª Conferência pela Juventude
- 2013 – Lançamento da Cartilha de Políticas Públicas para a Juventude
- 2013 – Aprovação do Estatuto da Juventude

O Livro “Políticas Nacionais de Juventude Diretrizes e Perspectivas”, organizado pelo Conjuve em 2006, demonstra ser resultado de longas e profundas reflexões. O livro foi dividido em Câmaras Temáticas, sendo o esporte incluído na Câmara Temática 2 - Qualidade de Vida: Meio Ambiente, Saúde, Esporte e Lazer. Nela defende-se que o esporte deve ser visto como um direito de todos, um meio de inclusão social e/ou uma expressão de cultura. Ressalta-se a importância da realização de projetos esportivos voltados para promoção da cidadania, diversidade e inclusão, sendo

que o esporte deve ser entendido como parte do processo de desenvolvimento integral dos jovens:

Mais do que um preceito constitucional, o acesso ao esporte é um direito a ser garantido a todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de cor, raça, etnia, sexo, idade ou condição social. A materialização da inclusão social pelo esporte, assegurando o acesso da juventude, deve ocorrer através de projetos sociais que ofertem uma ampla gama de manifestações esportivas, sempre à luz dos preceitos fundamentais de cidadania, diversidade e inclusão. O esporte, como expressão da cultura material e espiritual do homem, é um patrimônio cuja apropriação é fundamental para o processo de humanização das novas gerações, portanto, deve ser entendido como alavanca do desenvolvimento integral dos jovens e abordado como uma questão de Estado (*ibidem* p.51).

A 1ª Conferência pela Juventude, realizada em 2008, já denunciava que 56,6 % dos jovens brasileiros não praticavam atividades físicas e que as atividades esportivas eram privilégio apenas dos mais favorecidos economicamente, que podiam pagar por clubes e academias. Reivindicavam, então, o oferecimento de ações gratuitas, defendendo que as mesmas seriam de ocupação do tempo livre, mas que possibilitariam o desenvolvimento integral através dos jogos que também promovessem o aprendizado de uma convivência coletiva. Esta Conferência elegeu 22 prioridades, sendo uma delas especialmente voltada para o esporte:

Prioridade nº 5: Ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto políticas de Estado, tais como os Programas Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa Atleta e Segundo Tempo com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes (BRASIL/SNJ, 2008).

Também em 2008, após a realização de sua 1ª Conferência, a juventude continuou sua mobilização, entregando ao então presidente Lula, uma proposição do Pacto Nacional para Juventude (intitulada: “O Brasil precisa, a juventude quer!”), como também aos governos federal, estaduais e municipais, além dos candidatos a prefeito e vereador, para que estes se comprometessem com as Políticas Públicas de Juventude, nas suas áreas de governo e plataformas eleitorais, respectivamente. Os jovens desejavam assim, que as prioridades listadas na Conferência, recém-realizada, fossem colocadas em prática. Destaca-se que a referida prioridade nº 5, relacionada ao esporte, estava presente neste Pacto.

De acordo com o Portal da SNJ (2013), em 2010, o Conjuve realizou a segunda edição do Pacto pela Juventude, que teve como tema “Apostar na Juventude é Investir no Brasil”. Várias ações foram colocadas em prática durante os processos pré-eleitorais, buscando o comprometimento dos candidatos e futuros governantes com a pauta juvenil. As duas edições deram visibilidade ao tema, estimulando um grande número de candidatos a assinar o documento que oficializava o compromisso com a juventude. Ao assinarem este Pacto, os pretendentes à Presidência da República, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, aos Governos Estaduais e às Assembleias Legislativas se comprometiam com 12 grandes reivindicações. O esporte estava listado como o objetivo de número IV:

VI. Promover o acesso aos bens culturais, ao esporte e lazer:
Garantir serviços e equipamentos específicos para a juventude, adequados para o desenvolvimento de oportunidades e alternativas para o exercício do tempo livre e para as práticas culturais e esportivas. Viabilizar fundos públicos para financiamento de projetos culturais e esportivos independentes por meio de editais (BRASIL/CONJUVE, 2010).

Ainda em 2010, a mobilização juvenil também estava voltada para a aprovação da PEC 65, que pleiteava a emenda constitucional relacionada à inclusão do termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, direito que já tinha sido garantido às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres. Este pleito foi alcançado, e atualmente a palavra “jovem” está presente no Artigo 227, além de estabelecidos como marcos legais da juventude o Estatuto da Juventude (BRASIL/SNJ, 2013b) e o Política Nacional de Juventude Nacional (BRASIL, SNJ, 2013a).

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens.

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

Para o esporte, isto significa dizer que, com a nova legislação, a juventude passou definitivamente a ser incluída no Artigo Constitucional N. 217, o qual afirma que o Estado deve fomentar práticas desportivas formais e não formais como o direito de cada um.

Na 2ª Conferência Nacional da Juventude, realizada em 2011, os participantes elaboraram um documento contendo 70 resoluções e 22 prioridades que deveriam nortear as ações governamentais para a juventude em níveis federal, estadual e municipal. De acordo com o Documento de Propostas Finais Aprovadas (BRASIL/SNJ, 2011), o Eixo número 3 foi destinado ao tema “Direito e Experimentação e Qualidade de Vida”, contendo duas propostas relacionadas ao esporte, quais sejam:

Proposta 2 - Ampliação, diversificação, criação e interiorização, em todas as esferas públicas (federal, estadual, distrital e municipal), dos programas Bolsa Atleta, Segundo Tempo, Mais Educação/MEC e PELC (Programa de esporte e lazer na cidade) e criação, ampliação e conservação de equipamentos esportivos em todo o País (escolas e espaços públicos) - Praça da Juventude, PEC, ginásios poliesportivos e quadras cobertas, campos de várzea e piscinas olímpicas, CAJU/PI (Centro de apoio à juventude), entre outras experiências de sucesso. Garantir a participação dos jovens na definição do modelo de equipamentos a serem construídos e a gestão democrática dos mesmos, por meio da formação de comissão de usuários, definindo o uso dos equipamentos e sua programação.

Proposta 3 - Implementar programas que destinem no orçamento das esferas federal, estaduais e municipais, verbas para a construção e implementação de centros que atendam à juventude, sendo estes espaços de convivência e de desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas, culturais e socioeducativas, no campo e na cidade. Tais espaços deverão contar com: equipe multiprofissional que tenha formação continuada, podendo haver parcerias entre sociedade civil e organizações estudantis, entidades de classe, organizações governamentais, lideranças e associações comunitárias e demais representações sociais. A ação de projetos e programas federais, estaduais e municipais nos centros, captação de recursos públicos para o pagamento de bolsas, funcionários e despesas para a manutenção do espaço físico de convivência da juventude, sendo 70% do governo federal, 20% do governo estadual e 10% do governo municipal. Integrar a implementação do programa nacional de banda larga, garantido o acesso à banda larga gratuita e de qualidade, com velocidade mínima de 1 Mega, para todo país, priorizando as comunidades menos favorecidas e a zona rural, garantindo, também, capacitação para os que irão utilizar o serviço (BRASIL/SNJ, 2011).

Em janeiro de 2013, aconteceu o lançamento da Cartilha de Políticas Públicas para Juventude, em que a SNJ realiza um balanço das ações realizadas desde a sua criação e elenca seus principais projetos. Podemos constatar que, na totalidade destes, o esporte está presente, conforme apresentamos a seguir:

- Plano Juventude Viva - visa reverter o alto índice de violência e de homicídios que atingem especialmente a juventude negra a partir de 4 eixos de ação sendo o que se refere ao esporte o seguinte:

A transformação de territórios que aponta para a atuação sobre os territórios atingidos pelos mais altos índices de homicídio dos municípios, por meio da ampliação dos espaços de convivência, da oferta de equipamentos, serviços públicos e atividades de cultura, esporte e lazer. (BRASIL/SNJ, 2013a p.18)

- Programa Estação da Juventude - pretende oferecer tecnologias sociais para o desenvolvimento de Políticas para Juventude, permanentes e locais para e com a juventude, por meio de ações que instauram conexões sociais e geram novos serviços, por meio de iniciativas de grupos juvenis de produção cultural, inclusão digital e esporte, entre outros, na perspectiva de criar Redes para Emancipação da juventude, em especial a juventude em situação de vulnerabilidade (*ibidem*. p.19).
- Participatório – Observatório Participativo da Juventude - coloca-se como instrumento para articular três grandes objetivos: produzir conhecimento em rede, promover a participação em ambientes virtuais, além de mobilizar e disputar valores da juventude (*Ibidem* p.22). A partir destas premissas, e como o esporte está presente nas ações listadas a serem prioritariamente desenvolvidas, o mesmo entra como tema no Participatório.
- Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural - tem como objetivo promover ações que articulem e integrem troca de experiência, formação cidadã e o acesso a tecnologias sociais, na perspectiva de estimular a produção agroecológica e as práticas de geração de renda sustentáveis (agrícolas e não agrícolas), para fortalecer as condições necessárias para a permanência dos jovens no campo. O esporte é citado no quarto eixo:

Eixo 4 – Esporte, Cultura e Lazer: promover o acesso a políticas e programas que contribuam para a interiorização e a universalização do desenvolvimento cultural, esportivo e do lazer, valorizando e fortalecendo as práticas culturais e esportivas locais. (*ibidem* p. 24).

A grande última conquista para juventude brasileira foi a instituição, em 5 de agosto de 2013, de seu próprio estatuto, que agora existe na forma da Lei nº12.852/2013. A nova legislação dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e cria o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. O direito ao esporte e ao lazer está garantido na sessão oito:

Sessão VIII: Do Direito ao Desporto e ao Lazer

Art. 28. O jovem tem direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação.

Parágrafo único. O direito à prática desportiva dos adolescentes deverá considerar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 29. A política pública de desporto e lazer destinada ao jovem deverá considerar:

I - a realização de diagnóstico e estudos estatísticos oficiais acerca da educação física e dos desportos e dos equipamentos de lazer no Brasil;

II - a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que priorizem a juventude e promovam a equidade;

III - a valorização do desporto e do paradesporto educacional;

IV - a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer.

Art. 30. Todas as escolas deverão buscar pelo menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas.

Diante da presença frequente da categoria “esporte” nas publicações e ações expostas, pode-se afirmar que existe uma ampla recomendação para que tal prática se faça presente e corrente programas e ações sociais. Por este caminho, podemos dizer que com o Protejo, conforme exposto a seguir, não aconteceu de forma diferente.

4.4 - As Proposições de atividades esportivas do Protejo

4.4.1 - Convênios com a SEASDH

De acordo com o relatório apresentado pela Fundação Darcy Ribeiro (2010b) encontramos que as atividades de esporte e lazer aconteceriam em parceria com as atividades culturais. Havia também a proposta de integração inter e intraterritórios desenvolvida por intermédio de Festivais Culturais/Esportivos e visitas a espaços culturais da cidade do Rio de Janeiro.

O mesmo relatório segue com as definições dos princípios norteadores e metodológicos das atividades, como vemos a seguir:

<ul style="list-style-type: none"> • Princípio norteador das práticas esportivas:
<p>Garantir aos jovens inscritos no Protejo o acesso ao lazer e às práticas esportivas de natureza recreativa de forma democrática, não excludente, educativa e emancipatória, tendo como objetivos maiores de nossa ação a promoção e a construção de uma cultura de paz.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Princípios metodológicos:
<p>O trabalho será realizado utilizando a metodologia de grupos de interesse, através da quais várias atividades esportivas e de lazer serão apresentadas aos jovens. As atividades desenvolvidas a partir dos grupos de interesse servirão para compor a carga horária e para ampliar o repertório cultural, esportivo e de lazer do jovem no seu cotidiano;</p>

Fonte: Fundação Darcy Ribeiro, 2010b

Na execução de ambos os convênios aconteceram cursos de formação de 36 horas, com todos os profissionais da área esportiva.

4.4.2 - Convênio com a SMAS (SMDS)

Houve uma tentativa no documento da SMAS (2012), conforme trecho a seguir, de esclarecer sobre o que seriam as atividades esportivas e como estas deveriam ser desenvolvidas, mas tal esclarecimento deixou dúvidas se existiria um momento específico para as mesmas, ou se estas seriam realizadas, de forma transversal, em outras oficinas, conforme vemos a seguir:

IMPORTANTE II: A temática “Saúde Física” deverá ser estimulada durante as oficinas, quando os jovens serão estimulados a expressar toda a sua criatividade em atividades de esporte, realizando reflexões sobre o papel de cada um na comunidade e sociedade; Os jovens participarão de atividades esportivas que permitam o desenvolvimento da cidadania através de jogos cooperativos. Atividades físico-esportivas

deverão ser estimuladas durante a semana e poderão ocorrer aos finais de semana, a depender de programação de cada Estação Cidadania, entretanto, sem interferir nas horas destinadas ao PSFO (horas “extra-classe”) (RIO DE JANEIRO/SMAS, 2012, p.43).

Capítulo IV – Percepções sobre o Protejo

5.1 - Conjugação de olhares sobre o Protejo

Como já pontuado anteriormente, a pesquisadora narrará, neste capítulo, sobre sua percepção, assim como as percepções dos jovens, dos educadores e da coordenadora geral do Protejo/SMDS, a respeito de como o esporte foi desenvolvido nos projetos aqui tratados. Para análise da execução dos mesmos, foram utilizadas as proposições estabelecidas pelo Ministério da Justiça, pela SEASDH e pela SMDS, além de nossa experiência em gestão de Projetos. A fim de subsidiar esse levantamento de questões sobre esporte, jovens e programas sociais, serão apresentados alguns dados de uma amostra aleatória sobre os jovens do Protejo/SMDS, comparando-os com outros indicadores.

Seguindo as orientações de Pierre Bourdieu (2011), determinou-se uma direção do olhar da pesquisadora no sentido de que essa permanesse atenta aos fenômenos de percepção social, de produção simbólica e de relações informais de poder, existentes no Projeto pesquisado. Assim como o referido sociólogo francês, em seu artigo “Como é possível ser esportivo?” (1983), interrogou-se não apenas sobre as atividades esportivas no Protejo segundo idade, gênero, preferências por modalidades, nem somente sobre as relações entre estas práticas e variáveis, mas, principalmente, buscou-se refletir sobre o próprio sentido que tais práticas assumem nestas relações.

Nogueira (2009) leva a considerar as ideias de Bourdieu, ponderando que as atitudes dos jovens integrantes do Protejo, vistos como vulneráveis, não são decorrentes apenas de seus dons individuais, ou falta de, mas também, e sobretudo, de suas origens sociais. Daí depreende-se que o esporte pode levar a juventude a se perceber, como diz Bourdieu, como uma “geração enganada”, com decepções relacionadas aos benefícios, que não são possíveis a todos que o praticam.

Apesar disso, nossas leituras sobre o pensamento de Bourdieu não são reducionistas, permitindo-nos percepções mais amplas sobre o Protejo, isto é, entendendo-o como um espaço possível de superação da reprodução assim como da legitimação das desigualdades. Sabemos, também, que, para relacionar estas possibilidades de superação com o esporte, dentro de um projeto social, é necessário considerar em que condições históricas e sociais as possibilidades da ação foram

construídas. Só assim se poderá pretender o que, a princípio, parece óbvio na concepção de esporte da atualidade, ou seja, que ele se constitua como um dos meios de superação de dificuldades sociais e econômicas. Sem, obviamente, esquecer a grande importância que assume a metodologia pedagógica a ser utilizada nesse tipo de projeto para o alcance desses objetivos.

5.2 - Protejo na SEASDH/RJ

A participação no planejamento da parte esportiva do Protejo junto a SEASDH, em dezembro de 2008, permitiu constatar que nesta época, eram grandes as apostas direcionadas aos resultados a serem alcançados através do Protejo. Mesmo assim, muitas ações, inicialmente planejadas, tiveram a execução vetada por motivos baseados em custos elevados.

No decorrer da execução dos dois Convênios do Protejo, foram três os secretários a frente da SEASDH (Benedita da Silva, Ricardo Henriques e Rodrigo Neves), acreditamos que estas mudanças administrativas promoveram uma descontinuidade na execução dos projetos, apesar dos esforços em contrário, e assim muitas informações foram perdidas. Dessa forma, quando foi determinada uma auditoria questionando os gastos e contratações realizadas pelo Protejo, parece ter havido dificuldades para responder a essas questões. Inúmeras são as evidências e testemunhos de que o Protejo aconteceu, mas a Fundação Darcy Ribeiro não conseguiu provas oficiais para este fato, já que tinha subcontratado outras ONGs diferentes para auxiliar na execução do Plano de Trabalho.

Constar que o governo estadual recebeu verba de R\$ 16.427.466,74 para a execução de um projeto e, posteriormente, teve que devolvê-la é motivo para muita indignação. A evolução tecnológica, com seus programas de armazenamento de dados, de acompanhamento de prazos de atividades e de socialização das informações, precisa ser acessada em favor dos executores dos projetos, de maneira que essas situações de prestações de contas inadequadas sejam definitivamente apagadas da história das políticas públicas. Também as possibilidades de acesso da população em geral aos gastos e as cobranças relativas à correta execução dessas políticas, reforçam que as

organizações executoras de projetos, públicas ou não, precisam realizá-los com o profissionalismo coerente.

No que diz respeito às atividades esportivas, foi realizada uma entrevista com o professor de educação física, Moacir Pereira, que atuou nessa área nos dois convênios. Pudemos verificar, com suas palavras, que, apesar desses convênios serem semelhantes, as atividades desenvolvidas foram diferentes. Quando perguntado sobre as características dessas atividades, obtivemos as seguintes respostas:

- As atividades esportivas do primeiro convênio foram desenvolvidas durante 4h de sábados por um professor de educação física e dois estagiários de Educação Física, havendo o acompanhamento de um supervisor, também professor de Educação Física, que era responsável por dois territórios. A escolha das atividades a serem desenvolvidas foi realizada em conjunto com os inscritos, sendo voleibol e futebol a maioria.

- O acompanhamento pedagógico aconteceu através de reuniões quinzenais entre os supervisores de esporte com a coordenação geral e assistente pedagógica. Os supervisores por sua vez se encontravam com os professores e estagiários nos próprios territórios de atuação quinzenalmente.

- No segundo convênio, as atividades esportivas passaram a ser desenvolvidas durante um dia da semana, durante 2 horas pela manhã e duas horas à tarde e não mais nos finais de semana. Neste dia de atividades corporais não havia atividade de qualificação para o trabalho. Além dos jogos esportivos tradicionais, foram incluídos o *rugby* e o *frisbee*. Em todos os territórios as atividades foram ministradas por um professor de educação física e um estagiário de educação física. O acompanhamento pedagógico aconteceu através de reuniões quinzenais com o coordenador geral, uma assistente pedagógica, com todo o grupo de professores e estagiários.

5.3 - Protejo na SMDS/RJ

Desde o planejamento para a realização deste estudo junto ao Protejo/SMDS, constava que seriam aplicados questionários a jovens e educadores, entrevista com a

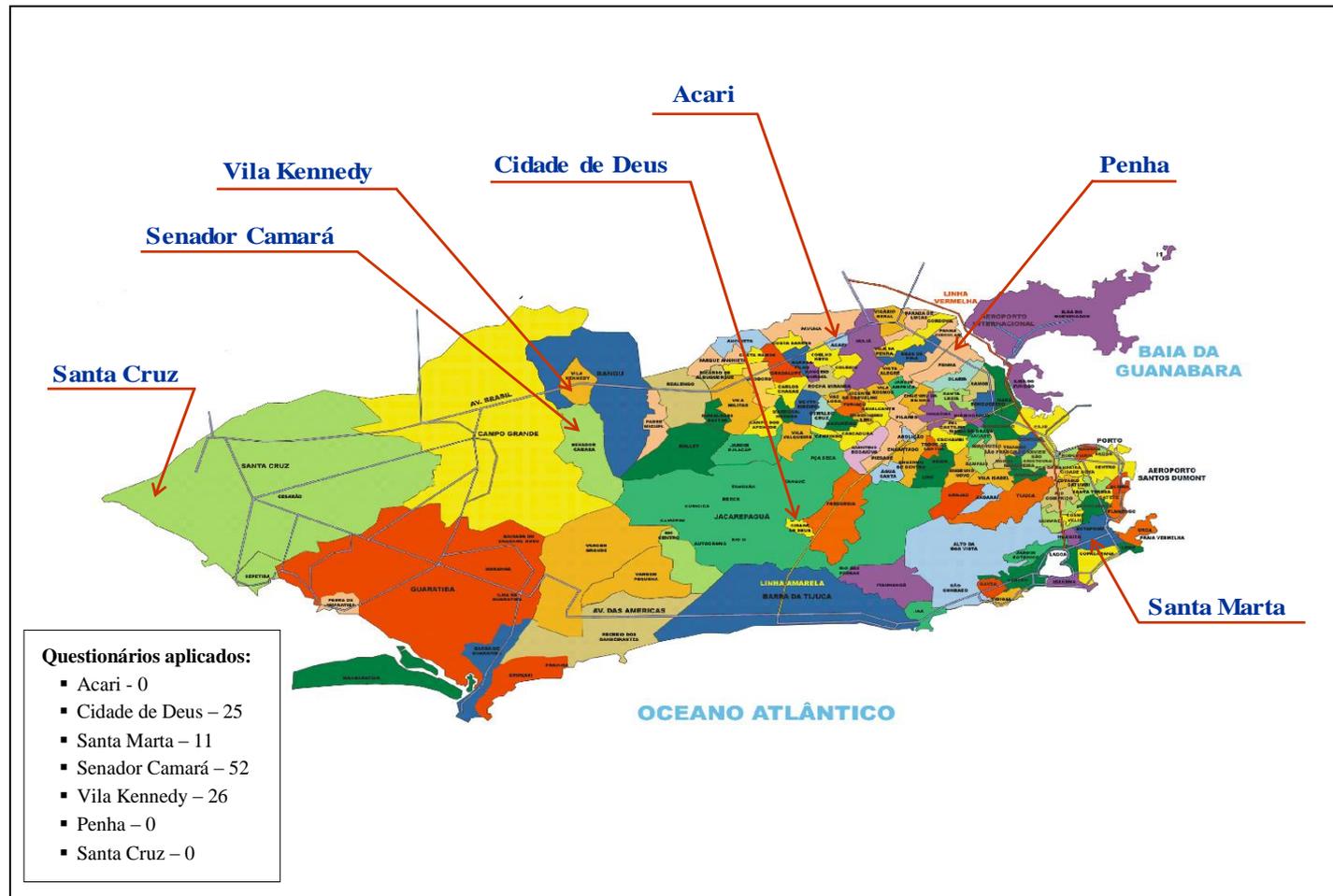
coordenadora geral e pesquisa documental. Os resultados destas pesquisas serão agora apresentados.

Conforme o mapa a seguir, foram aplicados 114 instrumentos com jovens, sendo: 25 da Estação Cidade de Deus, 11 da Estação Santa Marta, 52 da Estação Senador Camará e 26 da Estação Vila Kennedy. Entre os jovens, 1 era surdo e outros 3 possuíam algum nível de deficiência mental, por este motivo, um dos questionários foi descartado, pois embora o jovem não fosse analfabeto, e apesar do auxílio, não conseguiu preenchê-lo. Também foram aplicados questionários a 5 educadores.

A autorização da SMDS para realizar a pesquisa com os integrantes do Protejo, ocorreu somente a menos de uma semana do fim da ação. Como haveria dificuldades em reencontrar os jovens após o término do projeto, foi necessária agilidade no planejamento para conseguir maximizar a aplicação dos questionários. Ao receber, da coordenadora geral, a listagem com endereços das Estações e seus respectivos telefones, imediatamente agendamos visitas às Estações, adequando o roteiro entre as mesmas (o que permitiu a visita a mais de uma Estação no mesmo dia), a disponibilidade dos jovens e os horários possibilitando assim um maior número de presenças. Vale destacar que, antes do telefonema para o agendamento, os coordenadores de cada Estação foram comunicados, pela coordenadora geral, sobre a possível visita que receberiam.

Todos os questionários foram aplicados pela própria pesquisadora, sendo que, em alguns locais se deu em grupo, com a explicação para todos sobre as perguntas e os objetivos do estudo. Em outros, os instrumentos foram aplicados individualmente, pois seus jovens estavam ensaiando para o evento de encerramento. Vale notar que a aplicação do instrumento em grupo, além de permitir agilidade, possibilitou que os jovens ficassem mais à vontade em suas respostas, sabendo que seus questionários seriam misturados com os demais; o que não se deu quando da aplicação do questionário individual, apesar do esforço da pesquisadora em não permanecer ao lado do jovem no momento da resposta e do reforço que não era necessário se identificar. Foi irrelevante o quantitativo de jovens que demonstrou insatisfação em preencher o questionário, de uma maneira geral aceitaram a proposta com tranquilidade.

Gráfico 2: Mapa de localização das Estações Juventude/SMDS e respectivos quantitativo de questionários aplicados



Logo ao chegar às Estações, foi esclarecido que a visita não possuía nenhum caráter de fiscalização. Também se ressaltou a nossa experiência em gestão de projetos e conhecimento sobre as dificuldades e alegrias no trabalho com jovens. Alves (1999) adverte que, no processo de investigação, não se deve deixar de valorizar a imersão no contexto e a interação com os participantes a fim de aprender o significado por eles atribuído aos fenômenos estudados. Dessa forma, os coordenadores foram receptivos, demonstrando que a presença da pesquisadora não os incomodava. Como essas visitas ocorreram em dias de ensaios das apresentações para o evento de encerramento, não houve possibilidade de a rotina de atividades ser observada. Mesmo os coordenadores estando bastante envolvidos com a expedição de documentos para conclusão do projeto e preparativos para o evento de encerramento, não houve impedimento para que todos, sem exceção, fossem extremamente acolhedores e prestativos na realização da pesquisa. E assim, no nosso caso, o envolvimento com o objeto a ser pesquisado, muito contribuiu para obtermos os resultados propostos.

Na passagem por todas as quatro Estações do Protejo, foi claramente percebido que os jovens se sentiam muito à vontade e felizes naqueles ambientes. A relação com a equipe de educadores era permeada de afeto e valorização de cada um, o que justificava a tristeza deles ao falarem do término do programa. De forma assistemática, conversei com alguns deles que me expuseram suas incertezas sobre o que fariam naquele período do dia em que, doravante, ficariam livres. A grande indignação era saberem que, mesmo se um novo Protejo chegasse naquele bairro, eles não poderiam mais participar, por já terem sido inscritos no anterior. A coordenadora geral cita este momento como sendo “de luto para os jovens”, visto que muitos consideravam o grupo do Protejo como sendo sua família, tamanho o vínculo afetivo estabelecido¹⁷. Tal situação demonstra a importância do conteúdo “percurso formativo individual”, que integra o rol de atividades de formação cidadã. Neste convênio, somente 8h do total de 880h foram designadas para que o jovem refletisse sobre seu percurso de vida e planejasse atividades a serem realizadas após o término do projeto. Para agravar essa situação essas atividades, além da carga horária restrita, ainda ocorreram logo no início do programa, período conturbado por atraso nas contratações de educadores e a pela realização,

¹⁷ Interessante realçar que a coordenadora geral, no momento da entrevista com a pesquisadora, ao reproduzir os diálogos dos jovens com o coordenador e/ou oficineiro, o fez contando que os mesmos chamavam esses profissionais de tio/tia, o que deixa perceber que a relação escolar infantilizada destes jovens persiste mesmo com a idade mais avançada.

inapropriada de atividades pela própria equipe gestora. Isso impediu que quase a totalidade dos participantes não tivesse consciência da sua da rotina, após o término do Projeto. Por esse motivo, poucos jovens foram envolvidos como profissionais e/ou como aprendizes em outros programas.

Segundo a coordenadora geral, a divisão da carga horária entre os conteúdos também ficou comprometida pelo descompasso do tempo entre o processo de contratação de profissionais e a compra de materiais. Sendo que, em alguns momentos, foi preciso prolongar ou precipitar a abordagem de certos conteúdos por não haver educador e/ou material para ministrá-lo. Outro grande problema, ocasionado pela liberação tardia das verbas, diz respeito à desatualização dos preços e dos próprios materiais licitados, uma vez que muitos até deixaram de existir, como é o caso dos disquetes para computador. Esse fenômeno é claramente ilustrado na entrevista a seguir:

Houve demora no início das atividades. As coordenadoras se desdobraram no início em virtude da não liberação de verbas. Elas que ministravam atividades (...). O processo licitatório é muito difícil, demorado, tem material que não é interessante ao lojista vender. [Por exemplo] quando tem licitação de 5 itens, não tem empresa que se dispõe a vir à SMDS trazer documentação e participar do processo. [A situação se agrava quando se percebe que] o valor [do material] de 2009 é diferente do de 2012. Na lista [de material de consumo existente no Plano de trabalho] tinha disquete e atualmente é pen drive. Isso foi muito intenso na compra de material das oficinas específicas, como o material de filmagem da oficina de filmagem e de DJ; (...) tem aparelhagens sensíveis ao tempo, que não existem mais [que existiam na época da aprovação do Plano de Trabalho] o que tem, são processadores mais modernos. Os computadores demoraram a chegar, os jovens falavam, com pena, que não podiam usufruir [dos computadores] com o término do Projeto (Entrevista com a Coordenadora Geral, 2013).

A aplicação do questionário na Estação da Penha estava agendada para dois dias após o evento de encerramento geral do Programa, na Cidade do Rio¹⁸; dia de uma

¹⁸ O evento de encerramento foi realizado em uma grande festa no “Unicirco”, situado na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão do Rio de Janeiro. A pesquisadora esteve presente na festa, que contou com o Secretário Municipal de Assistência Social, também Vice-Prefeito da Cidade, Adilson Pires. Os jovens estavam agrupados por Estações e existia um clima amistoso, embora também existisse certa competição entre elas, para saber qual seria a mais animada, qual faria a melhor apresentação, ou, até mesmo, quem gritava mais quando seu nome fosse anunciado ao microfone. Os coordenadores das Estações, em todas as oportunidades, foram ovacionados pelos jovens. E houve, também um grande envolvimento nas apresentações de capoeira, dança do ventre, dança de salão, rádio, percussão entre outras. Havia um misto de

comemoração interna. Infelizmente, problemas com o transporte impediram que a pesquisadora chegasse à Estação a tempo de poder incluir em seus estudos informações sobre o que pensam os jovens da Penha a respeito do Protejo. Este fato demonstra que o pesquisador, às vezes, possui chances únicas e que, ao perdê-las, não há maneiras de recuperá-las. Não há o que fazer, por exemplo, com fotografias que não retratam o desejado, anotações sobre observações não realizadas, arquivos digitais apagados. Assim, é preciso ter um vasto leque de obtenção de informações, para que tais imprevistos não prejudiquem a coleta de dados.

5.4 - Quem são os jovens do Protejo SMDS/RJ?

Nesta etapa da dissertação, em que apresentaremos os dados obtidos nos questionários (aplicados a jovens e educadores do Protejo/SMDS), é necessário lembrar que esses são provenientes de uma amostra aleatória, sem base estatística. Os questionários tinham outro objetivo: subsidiar uma análise sobre as percepções dos jovens e educadores a respeito do Protejo.

No total, foram 2.494 jovens que iniciaram o Programa; destes, 1.311 (52,57%) o concluíram. Dentre os concluintes, 113 (8,6% do total) responderam os questionários que compõem esta pesquisa (SMDS, 2014). Como o motivo deste elevado percentual de desistência (47,43%), apresentamos duas hipóteses:

1. a distância entre o momento da inscrição, iniciada em 13 de agosto de 2012, e o começo efetivo do Projeto que, dependendo da Estação, se deu no final de setembro de 2012 (como a vida dos jovens das camadas populares é bastante dinâmica, com constantes mudanças de moradia, oscilações no desejo e possibilidade de estudar, existência de oferta e/ou procura de trabalho etc., o programa no seu início, talvez não se tenha encaixado mais em seus anseios);

emoções: alegria pelo trabalho realizado e tristeza pelo término do projeto, principalmente, por parte dos jovens.

2. o atraso no pagamento das bolsas de R\$100,00 que deveriam ser depositadas mensalmente nas contas bancárias dos jovens¹⁹;

Além disso, segundo a coordenadora geral, um outro motivo, para o grande percentual de evasão, tenha sido a mudança do local de realização de atividades, ocorrida em seis das sete Estações Juventude. Algumas trocas se deram para lugares distantes e de difícil acesso, com facções criminosas diferentes das do local proposto inicialmente, o que explicaria o medo dos jovens em frequentarem tais lugares.

Já no portal eletrônico de prestação de contas junto ao governo federal - SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse) encontramos as seguintes situações listadas como dificuldades para a realização do Projeto:

Dificuldades Externas: a) Localização de imóveis nos padrões para realização das atividades, dentro dos territórios escolhidos para o projeto. a) Violência urbana próxima a algumas Estações, mesmo as localizadas em áreas pacificadas; b) Expressivo número de jovens que não possuíam as documentações necessárias para a efetivação da matrícula no PROTEJO, demandando o acompanhamento sistemático das equipes; c) Primeiro trimestre das atividades com os jovens, coincidindo com o período de recesso escolar e festividades do final do ano. d) Atraso na liberação do pagamento das bolsas aos jovens. (SICONV, 2014)

O problema de permanência de jovens em programas sociais é uma questão importante e que tem sido alvo de pesquisas. Andrade (2011), por exemplo, afirma que os índices de evasão na modalidade EJA são imensos, variando entre 50 a 70% em todos os programas. Prado (2014) reafirma este fato, mostrando que o Proeja, nos *campi* dos Institutos Federais de Educação do Rio de Janeiro, possui altas taxas de evasão, que chegaram a ultrapassar 50% no período de 2006 a 2012.

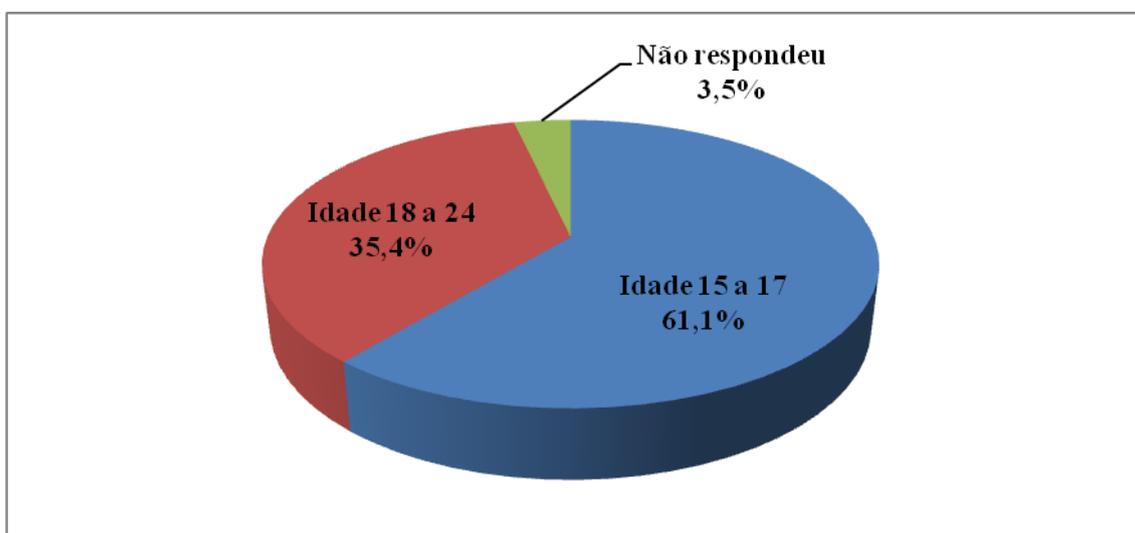
A SENASP, porém, no momento em que exige que o Protejo inicie e termine com o mesmo quantitativo de participantes (2.500), demonstra não considerar os índices de evasão de jovens em programas sociais. De acordo com a coordenadora geral, muitas reuniões de avaliação aconteceram entre a equipe para refletir sobre os motivos desse problema e, assim, poder criar alternativas para minimizá-lo. Além dos inúmeros telefonemas para os jovens faltosos e visitas às suas residências, decidiram, por

¹⁹ No mês de dezembro/2013, época em que a entrevista com a coordenadora foi realizada, é que as bolsas referentes ao mês de agosto/2013 estavam sendo pagas.

exemplo, que os dias da semana de atividades precisavam ser alterados²⁰, pois nas segundas-feiras o quantitativo de faltas era alto, já que nas noites/madrugadas dos domingos para segundas-feiras aconteciam bailes nas comunidades atendidas e os jovens não conseguiam acordar para ir ao Projeto. A mesma coordenadora conta que, na prestação de contas junto à SENASP, foi preciso apresentar uma clara justificativa, que desse conta dos esforços da SMDS para evitar a desistência dos participantes.

Dos 113 jovens que responderam os questionários, 55 são homens e 58 são mulheres. Como mostra o Gráficos 3, a maior parte (61,1%), pertence à faixa etária de 15 a 17 anos e 35,4% estão na faixa de 18 a 24 anos, tornando visível que a procura pelos que têm mais de 18 anos é bastante inferior à dos mais novos.

Gráfico 3: Faixa etária dos jovens do Protejo/SMDS



Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Quando subdividimos os grupos etários (Tabela 14), constatamos a predominância absoluta de participantes entre 16 e 18 anos (70,7%):

²⁰ As atividades aconteciam, inicialmente, às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, sendo a 4ª feira destinada para a reunião da equipe de educadores.

Tabela 14 – Distribuição dos jovens integrantes do Protejo/SMDS, por idade

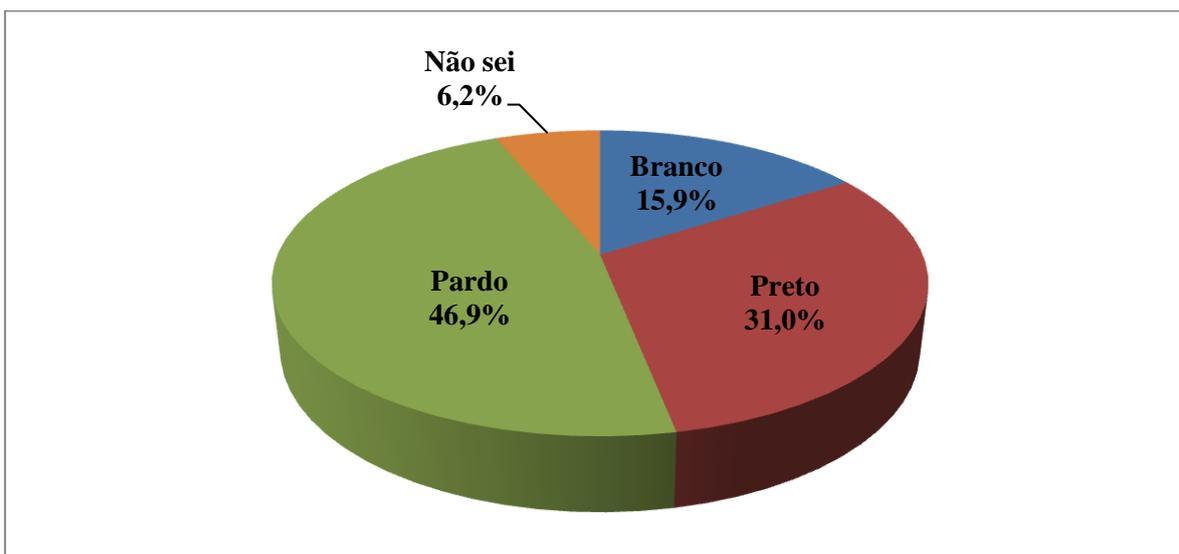
➤ 15 anos – 4,4 %	➤ 21 anos – 5,3 %
➤ 16 anos – 29,2%	➤ 22 anos – 1,8%
➤ 17 anos - 26,5 %	➤ 23 anos – 2,7%
➤ 18 anos – 15%	➤ 24 anos – 2,7%
➤ 19 anos – 5,3%	➤ 25 anos – 1,8%
➤ 20 anos – 1,8%	

Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Interessante reforçar que o Protejo, na época de seu lançamento, era destinado a jovens de 15 a 29 anos. No entanto, esta faixa de atendimento foi reduzida para até os 24 anos, contrariando outros programas para jovens, como o Juventude Viva e o Projovem Urbano. Inclusive, neste último, houve justamente o oposto: se inicialmente se restringia aos jovens até 24 anos, posteriormente passou a acolher os de até 29 anos.

Ainda que não tenha sido explicitada formalmente a razão pela qual se deu a redução na idade de atendimento do Protejo, nossa experiência profissional permite supor que ela não ocorreu em virtude da redução do índice de vulnerabilidade social da faixa etária que deixou de ser atendida, mas sim pelas dificuldades de realização e de prováveis deficiências em um programa que abrangeria uma faixa etária muito ampla. Os interesses dos jovens da primeira etapa da juventude são bastante distintos dos da segunda. Por isso pode ter havido a opção de oferecer atividades que atendessem aos jovens mais novos, com intuito de proporcionar ações mais atraentes para uma faixa etária específica e, assim, evitar a dispersão de interesses. No mais, como não ocorreu, em paralelo, o oferecimento de outro programa federal com o mesmo objetivo do Protejo e destinado aos jovens de 25 a 29 anos, podemos dizer que esses jovens especificamente ficaram desassistidos.

Ao analisarmos as repostas relacionadas à cor/raça dos participantes (Gráfico 4), constatamos que, nesta amostra aleatória, a grande maioria (77,9%) é de negros, uma vez que 46,9% são pardos e 31%, pretos; apenas 15,9% são brancos e 6,2% não sabem a qual cor/raça pertencem.

Gráfico 4: Cor/Raça dos Jovens do Protejo/SMDS

Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Estes índices são diferentes dos dados demográficos gerais levantados pela PNAD/IBGE (2012), que aponta existirem na região sudeste 53,9% pessoas que se declaram brancas, 8,9% pretas, 36,3% pardas e 0,9% que se declaram de outra cor/raça.

Diante deste descompasso, podemos levantar duas hipóteses. A primeira é a de que, atualmente, há mais jovens que se declaram negros (pretos e pardos, segundo o IBGE), como afirma o IBASE/POLIS (2008):

Há reflexo da crescente visibilidade da importância da questão racial no país e das políticas afirmativas, que estimulam, sobretudo os mais jovens a identificarem-se como negros. Podemos acrescentar também a possibilidade de que os movimentos culturais de jovens negros, que ganharam importância no país nos anos 90, tenham contribuído para a ampliação da autovalorização desse segmento (p.8).

A segunda hipótese seria a de que, como o público-alvo do Protejo é de jovens em situação de vulnerabilidade social, e com características listadas do que se constituiria tal vulnerabilidade (jovens expostos a violências, como egressos do sistema prisional, cumpridores de medidas socioeducativas, em situação de rua, ou moradores de aglomerados urbanos com altos índices de homicídios e crimes violentos), constatamos que os pretos e pardos são, realmente, a parcela da juventude brasileira que mais se encaixa nessas condições.

Continuando essa linha de pensamento, verificamos no Mapa de Violência (Waiselfisz, 2013) que são justamente os jovens pardos e pretos os que integram a parte

da população brasileira em que o aumento no número de homicídios (participação e vitimização) cresceu de 11.321 para 13.405 entre o período de 2002/2010, isto é, aumentou 24,1%²¹. O Protejo estaria, portanto, fazendo o que se propõe: atender aos jovens considerados mais vulneráveis no Brasil, quais sejam, os pretos e pardos.

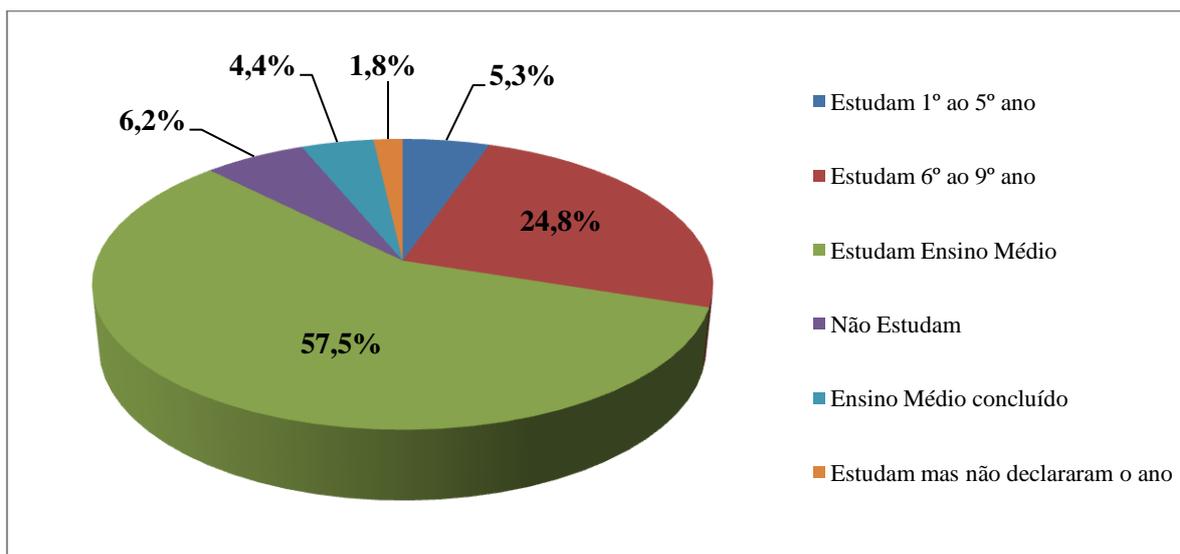
Nota-se que 6% deles declaram não saber sua cor/raça²², o que aponta que a discussão sobre a afirmação da identidade racial ainda não foi plenamente universalizada por esses jovens.

A grande maioria dos entrevistados (93,8%) se declara solteira (É importante acrescentar que houve esclarecimentos, no momento de aplicação do questionário, sobre que não seria necessário ser casado oficialmente para escolher esta opção). Já em relação ao local de moradia, 89,3% dos jovens declaram morar com os pais ou outro responsável, 8% afirmam viver em outra casa e 2,7% não responderam. Situação, essa, que indica um estado de dependência financeira da maioria dos entrevistados, inclusive porque, dentre os casados, mais de 50% moram com pai ou outro responsável.

O gráfico seguinte mostra que mais da metade dos jovens está no ensino médio (57,5%); 24,8%, frequentam o segundo segmento do ensino fundamental; 5,3%, estão no primeiro segmento e 6,2%, pararam de estudar. Uma pequena parcela (4,4%) não estuda porque considera já ter concluído os estudos, no caso, o ensino médio.

²¹ Quanto à participação dos jovens negros, que já era muito elevada em 2002 (63%), esta aumenta ainda mais, indo para 76,9%. A vitimização desses jovens (resultado da relação entre as taxas de homicídio de brancos e as taxas de negros - somatório de pardos e pretos) passa de 71,6% em 2002, ano em que morreram proporcionalmente 71,6% mais jovens negros que brancos, para estratosféricos 237,4% em 2011, maior ainda que a pesada vitimização na população total, que nesse ano foi de 153,4%.

²² No momento de aplicação do questionário na Estação Santa Marta uma jovem perguntou a pesquisadora qual era sua própria cor/raça, a pesquisadora devolveu com a mesma pergunta, quando a jovem respondeu: _ Eu não sei a minha cor. A pesquisadora devolveu: _ Então marque a opção “não sei”. Quando a jovem indignada disse: _ Como? Não posso nem a minha cor saber. Depois deste diálogo a mesma marcou que resposta “parda”.

Gráfico 5: Escolaridade dos Jovens do Protejo/SMDS

Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Em linhas gerais temos, portanto, a seguinte condição em relação aos estudos:

- Jovens que estudam: 89,4%
- Jovens que pararam de estudar: 6,2%
- Jovens que dizem ter terminado os estudos: 4,4%

Ao analisarmos os indicadores fornecidos pelo Anuário de Educação (2013), constatamos que a região Sudeste apresenta 4,8% de taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais; ao considerarmos as taxas das pessoas negras, esse número sobe para 11,8%. Se compararmos com o índice de analfabetismo entre os jovens pesquisados no Protejo, vemos que a escolaridade dos mesmos está acima da população da região sudeste, pois não há analfabetos entre esses.

Se por um lado, podemos comemorar por não haver analfabetos no Protejo/SMDS entre nossos pesquisados, o mesmo não podemos dizer em relação à distorção entre idade-série. Este fator é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. Entre os jovens do Protejo esta distorção é bastante significativa, caracterizando repetência, abandono, entradas e saídas da escola etc.. Com isso, é importante enfatizar a necessidade de uma educação escolar que priorize metodologias para crianças e jovens, valorizando-os e permitindo, assim, o desejo em permanecerem nas escolas. Caso contrário, não haverá melhoria do fluxo escolar nem da aprendizagem, e os jovens de

camadas sociais menos favorecidas continuarão sendo considerados, injustamente, os culpados por seu fracasso e atraso na escola.

De acordo com a legislação vigente (Leis 11.114/05 e 11274/06), a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e, conseqüentemente, concluir a etapa aos 14 anos, caso não haja repetência. Na faixa etária de 15 aos 17 anos, já deve estar matriculada no ensino médio. Dessa forma, no Protejo, que permite matrícula a partir dos 15 anos, nenhum participante deveria cursar ainda o ensino fundamental. Entretanto o que se verifica é o índice de 30,1% de participantes nesta etapa de ensino, percentual esse mais elevado que o apresentado pela região sudeste, que é de 22,9%, conforme Anuário de Educação (2013, p. 50).

Uma das ações dos Territórios da Paz onde o Protejo deve estar inserido é, justamente, proporcionar, aos jovens que não tiveram acesso à educação profissional na idade regular, a possibilidade de integração social por meio da educação profissional de ensino médio na modalidade EJA, através do encaminhamento ao Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos) - Ação Pronasci, nº 81. Dessa forma, dentre os pesquisados, 58%, que cursam o ensino médio, estariam aptos a este encaminhamento. Por outro lado, em nossa amostra, por não existirem analfabetos, não há pessoas a serem encaminhadas ao Programa Brasil Alfabetizado - Ação Pronasci, nº 80 (BRASIL/SNJ, 2011b).

Somente os que pararam de estudar no ensino fundamental e que estão presos possuem uma ação específica listada, a de nº69, referente ao ProJovem Prisional. Já os 6,2% que pararam de estudar e estão em situação de liberdade não possuem qualquer tipo de ação específica de encaminhamento, sendo, assim, o ProJovem Urbano o indicado para esse público.

Segundo a coordenadora geral, as equipes das Estações encaminharam à escola os participantes que não estudavam, até mesmo os que diziam ter concluído os estudos apenas com o ensino fundamental. Vale destacar que não foi relatado qualquer tipo de ação/sanção aos que não acataram esse encaminhamento, como o desligamento do Protejo, por exemplo.

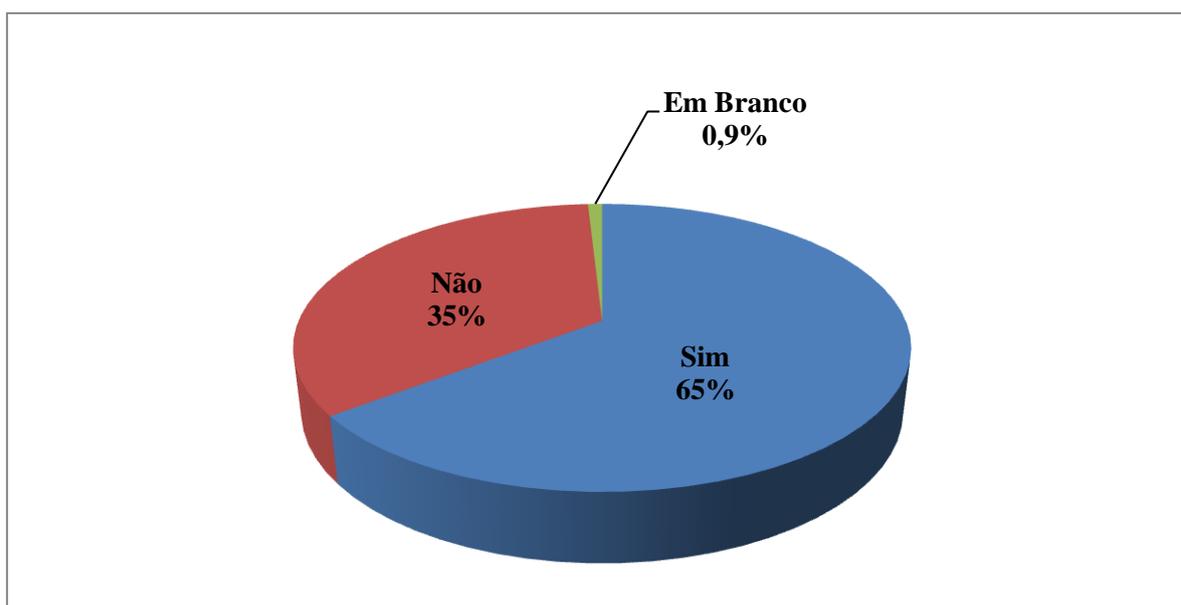
No mais, ao responderem que seus estudos estavam concluídos em um nível de escolaridade considerado baixo, evidenciou-se a pequena expectativa e poucos anseios dos jovens em relação às possibilidades de mudança em sua qualidade de vida através dos estudos.

5.5 - Os Jovens do Protejo/SMDS e o Esporte

Foi com surpresa que constatamos a existência de atividades esportivas neste convênio celebrado com a SMDS, já que inicialmente, não foi essa a informação recebida. A inexistência de atividades esportivas, nos moldes do esporte competitivo, pode inicialmente explicar tal situação, pois, no senso comum, atividades circenses, queimado, peteca, dança e mesmo a capoeira não são consideradas “esporte”.

Vale lembrar que nossa proposta inicial de pesquisa era a de comparar o quantitativo de jovens que evadem do Protejo quando há atividades esportivas (realizado pela SEASDH), com o quantitativo de quando não há (realizado pela SMDS). No momento da visita às Estações, foi constatado o desenvolvimento de tais atividades. Então durante a entrevista com a coordenadora geral, foi perguntado o motivo da mesma ter informado que no Protejo não havia atividades esportivas. Ela, então, declarou que, como não havia professores de educação física, achou mais conveniente responder daquela forma. Diante da nova situação, como já esclarecido, os rumos desta pesquisa foram replanejados.

Quando perguntados se praticavam atividades físicas, 65% dos jovens responderam que sim e 35%, que não (Gráfico 6).

Gráfico 6: Prática de atividades esportivas pelos jovens do Protejo/SMDS

Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.
Foi perguntado: “Você pratica atividades físico-esportivas?”

Esses índices do Protejo são maiores que os apontados pelo levantamento de dados da Unesco (2006), que mostra que a prática esportiva não tem feito parte da realidade cotidiana da maioria dos jovens, visto que, enquanto 43,4% afirmaram praticar alguma atividade esportiva, 56,6% afirmaram que não.

Podemos supor que esse índice mais elevado de prática pelos jovens do Protejo/SMDS, exista pela própria participação desses jovens no Projeto ou porque, ao se passarem dez anos, o esporte esteja sendo mais praticado, conforme constata a pesquisa apresentada pelo Ministério da Saúde (2013), que afirma ter havido um crescimento nos últimos 5 anos de 11% no número de pessoas que praticam algum tipo de exercício físico.

Quando separamos esta prática por gênero, constatamos que, no Protejo/SMDS, as mulheres são as que menos praticam esporte. Como apresentado na Tabela 15: 66,7% não são praticantes frente a 33,3% de homens. Entre os praticantes, 59,5% são homens e 40,5%, mulheres. Comparados com a pesquisa da Unesco (2006), os números são ainda maiores: 80,7% das mulheres não praticam atividade física, enquanto 19,3% dizem praticar.

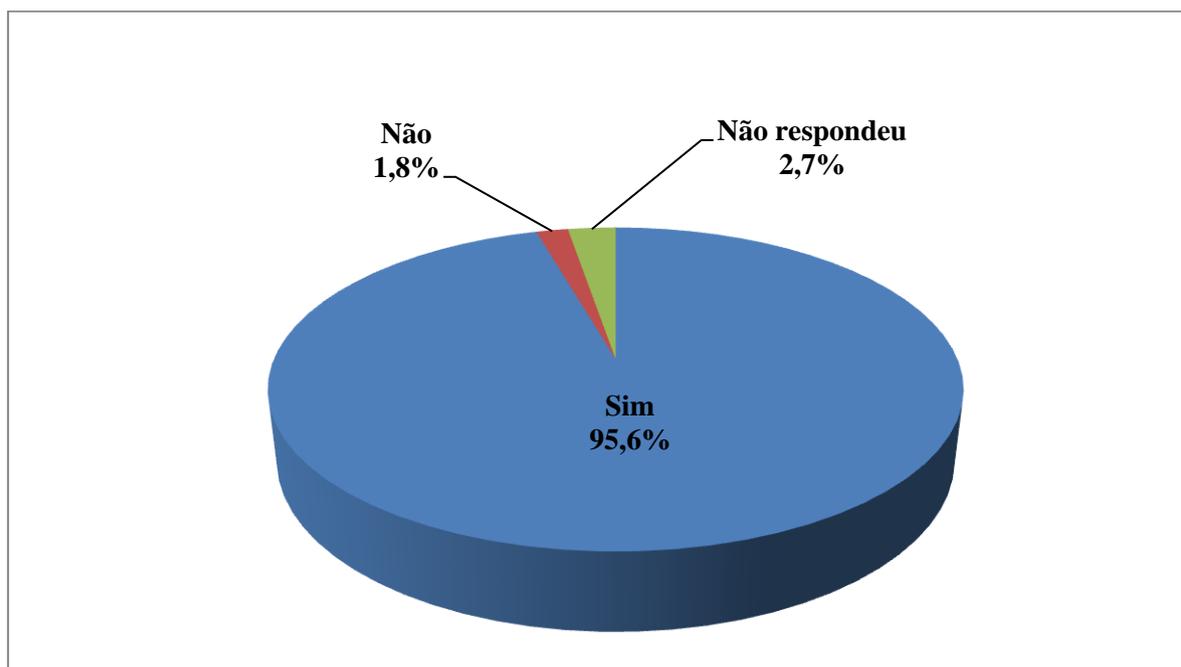
Tabela 15 - Distribuição dos jovens da pesquisa Unesco e do Protejo/SMDS, que praticam ou não atividade esportiva, por sexo

		Masculino	Feminino
Protejo	Praticantes	59,5%	40,5%
	Não praticantes	33,3%	66,7%
Unesco	Praticantes	67,9%	19,3%
	Não praticantes	32,1%	80,7%

Fontes: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013, Unesco (2006).

Como aponta o Gráfico 7, abaixo, as atividades físicas são valorizadas pela ampla maioria pesquisada no Projeto: 95,6%, contra somente 1,8% que diz não ser importante e 2,6% que não responderam.

Gráfico 7: Importância de oferecer atividades físico-esportivas no Protejo, segundo os jovens do Protejo/SMDS



Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

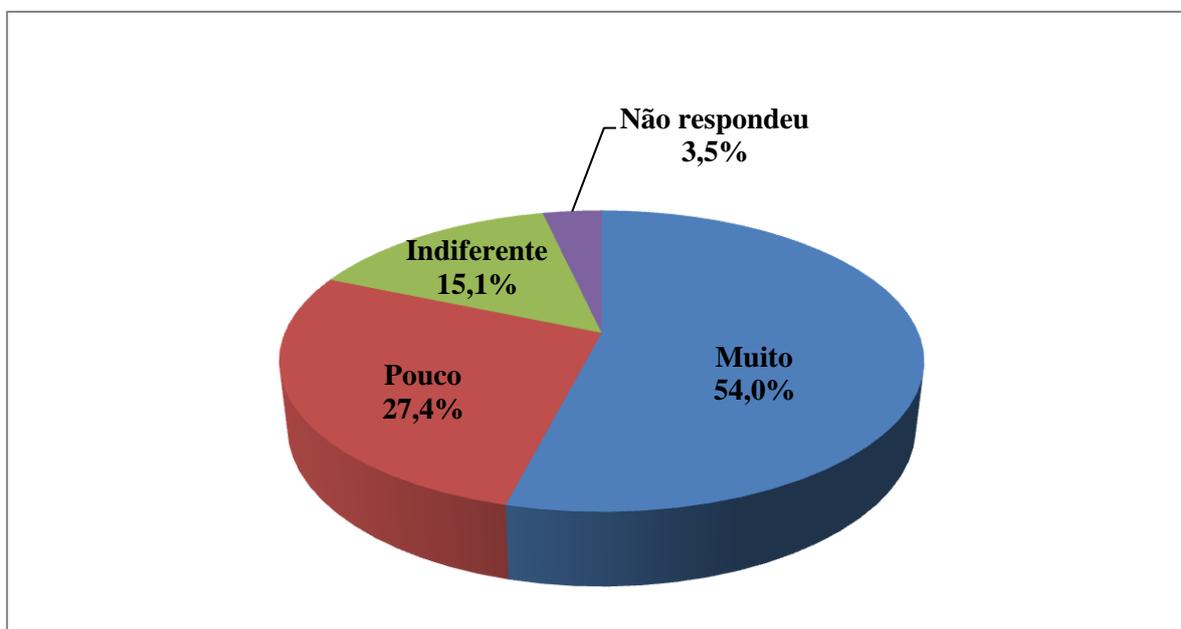
Foi perguntado: "Você considera importante oferecer atividades físico-esportivas no Projeto?"

Apesar da valorização, a participação nestas atividades não corresponde a tais índices, pois 69,9% dos jovens entrevistados dizem que participam delas e 30,1% que não. Com base em nossa prática profissional, inferimos que a diferença de resultados entre os que acham as atividades físicas importantes e os que, efetivamente, as praticam esteja vinculada ao fato de que, embora percebam benefícios nessas atividades, não se sentem efetivamente capazes e/ou atraídos para participar. Podemos citar, como exemplo, a situação de jovens mulheres que somente assistem ao futebol praticado pelos

jovens homens, divertindo-se apenas na situação de espectadoras. Estes dados também suscitam a importância de se lançar mão de uma metodologia pedagógica não excludente. Para isso, é necessário apresentar atividades com nível de dificuldade adequado ao que a turma possa executar. Caso contrário, o desejo e a valorização das atividades esportivas seguirão descompassados da participação efetiva.

A pergunta relacionada ao estímulo que as atividades físicas proporcionam para os jovens frequentarem o Projeto (Gráfico 8) obteve 81,4% de respostas positivas, divididos em 54% que afirmaram se sentir muito estimulados e outros 27,4%, pouco. Somente 15,1% se disseram indiferentes à existência de tais atividades e 3,5 % não responderam.

Gráfico 8: Estímulo da atividade física para ida dos jovens ao Protejo/SMDS

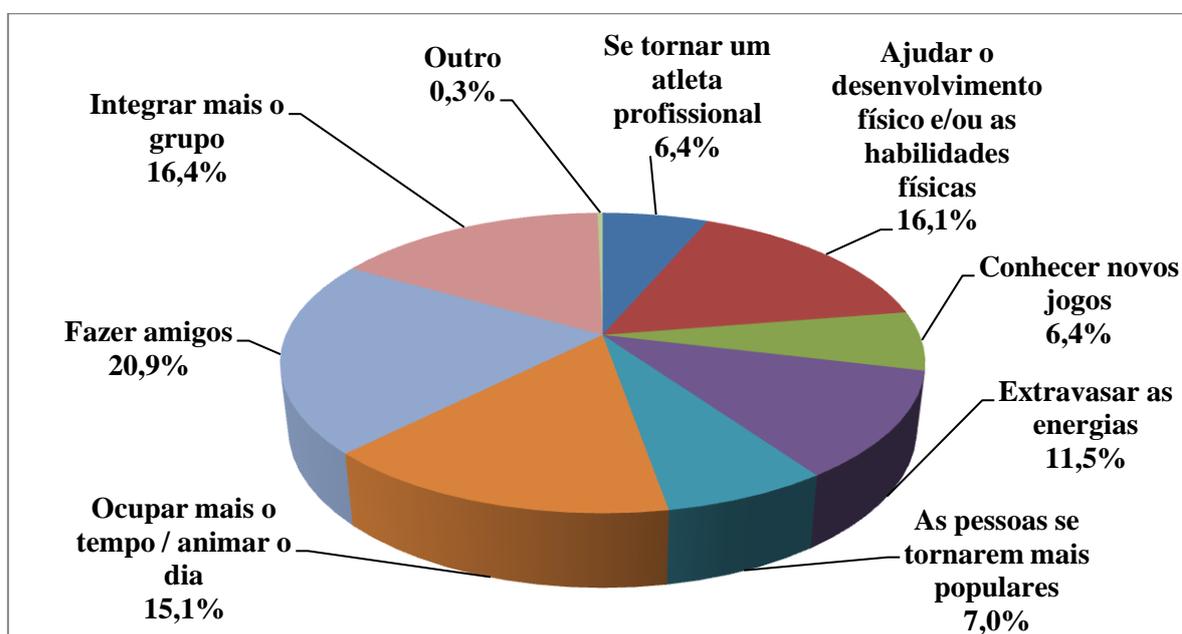


Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.
Foi perguntado: "Ter atividades físico-esportivas estimula você a frequentar o Protejo?"

Em entrevista, a coordenadora geral também afirmou ser perceptível o estímulo que estas atividades desempenham para a participação dos jovens, achando inclusive que a carga horária destinada a estas atividades poderia ser maior. Dentre osicineiros entrevistados, apenas um disse que os jovens não tinham interesse nas atividades esportivas, contra quatro outros que constataram esse interesse seja através da participação efetiva dos mesmos, das sugestões de atividades e do aumento da frequência.

Quando analisamos os motivos pelos quais os jovens do Protejo/SMDS acham importante a prática de atividades físicas, os índices correspondentes às relações socioafetivas - fazer amigos (20,9%), integrar mais o grupo (16,4%), animar o dia (15,1%), tornarem-se mais populares (7%), extravasar as energias (11,5%) - alcançam, juntos, o maior percentual: 70,8%. Por outro lado, as respostas relacionadas à prática esportiva - possibilidade de se tornarem atletas profissionais (6,4%), favorecer seu desenvolvimento e/ou habilidades físicas (16,1%), conhecer novos jogos (6,4%) - perfazem o pequeno percentual de 28,9% (Gráficos 9 e 10). Isso nos remete ao peso que assume a metodologia utilizada pelo profissional que desenvolverá as atividades esportivas, pois, se não há interesse entre os jovens em serem atletas profissionais, as atividades do esporte de rendimento, assim como o desenvolvimento de valências físicas e/ou competições, não deveriam ser priorizadas.

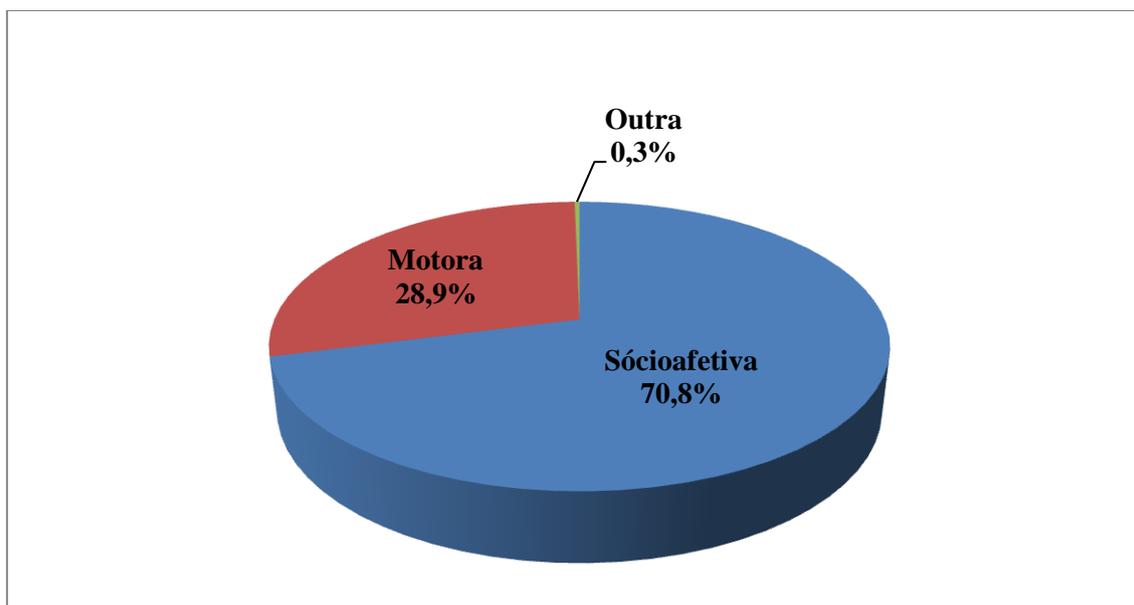
Gráfico 9: Motivos pelos quais a atividade física é importante, segundo os jovens do Protejo/SMDS



Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Foi perguntado: "Você considera importante ter atividades físico-esportivas no Protejo? Se sim, por quê? (pode marcar mais de uma opção)"

Gráfico 10: Razões pelas quais a atividade física é importante, segundo os jovens do Protejo/SMDS, agrupados motivação



Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Foi perguntado: “Você considera importante ter atividades físico-esportivas no Protejo? Se sim, por quê? (pode marcar mais de uma opção)”

Como já pontuado, os dados do Gráfico 9 tornam evidente que, para os jovens, o esporte neste Projeto não necessita ter o treinamento do esporte de rendimento como modelo. Seguindo esse caminho, Couto & Santos (2006) sugerem que:

Projetos devem conectar demandas e interesses além de terem em seu escopo o foco na formação humana, de modo que contribuam na promoção dos valores e das competências – pessoais, relacionais, produtivas e cognitivas – dos jovens, possibilitando, assim, que se constituam cidadãos conhecedores dos seus direitos e detentores de um projeto de vida (p. 1).

Diferente de outros projetos que possuem somente cunho esportivo, o Protejo, ao oferecer conteúdos ligados à profissionalização e prática comunitária cidadã, contribui positivamente para que as atividades esportivas não sejam vistas pelos jovens como meio de se tornarem atletas. Reconhecemos o cunho positivo dessa ação, uma vez que, até onde nossa prática profissional permite avaliar, ela os instrumentaliza para que não caiam na “armadilha” de sonharem em serem ídolos esportivos sem que considerem os efeitos colaterais advindos dessa situação. Não estamos, dessa forma, afirmando que somos contra o esporte de rendimento, mas defendendo que, no Protejo, esta concepção não deva existir. No mais, também a idade dos jovens inscritos no Projeto já é considerada, para muitas modalidades esportivas, como idade ultrapassada para o início

de uma carreira de atleta profissional. Diante desse quadro, os oficinairos deveriam se libertar do compromisso com a “*performance*” e investir em atividades com caráter do esporte recreativo e de lazer. Caminhando, desta forma como Zaluar (1994) indica para o gosto pelo inesperado; para a ausência de controle sobre os resultados; para a atração e o fascínio pelas fantasias e sonhos nele envolvidos; para o lazer pelo lazer, pelo lúdico.

Em Monteiro (2009) também encontramos uma pesquisa sobre a contribuição que o esporte pode ter para a vida de jovens das favelas do Rio de Janeiro, em que o autor, nessa mesma linha, defende que:

Um dos principais atos contributivos do esporte para essas comunidades, contudo, reside inegavelmente na transmissão de valores para a vida em sociedade. Valores que encerram a ideia do jogo em equipe, bem como a ideia de vencer - na vida ou no esporte – pelos próprios méritos pela constatação de que o tempo e o esforço pessoal são fatores constitutivos do sucesso consolidado e robusto. O esporte quando reutilizado e reinventado funciona como abertura de novas possibilidades e alternativas para a juventude (p. 180).

A respeito dos efeitos da presença do esporte em projetos sociais, Zaluar (1994) pontua que, para além de o mesmo ser visto como meio de ascensão social - que tem como modelo os astros do futebol brasileiro, quase todos saídos das classes populares -, o esporte que se “ama” ou se “gosta” se tornou uma fonte de inspiração que atingiu níveis impressionantes entre os alunos; isto porque 43% deles, nos núcleos pesquisados, desejavam se tornar professores de educação física! Sobre esse fato, Monteiro (2009) constatou que:

Os jovens podem se profissionalizar no esporte como professores de educação física abrindo um vasto e ativo mercado de trabalho para toda vida. Ou aqueles que não deram certo no esporte, mas hoje são funcionários de vilas olímpicas e transmitem os valores que receberam na juventude para aqueles que sonham com a profissionalização pelo esporte. Além de servirem como exemplos de pessoas que passaram pelo esporte, não se profissionalizaram nele, mas vivem dele (p.78)²³.

²³ Sobre esse assunto, destaca-se que, durante a entrevista com a coordenadora geral e um oficinairo, pudemos verificar que também no Protejo há esta tendência, pois fui informada sobre um aluno que se tornou instrutor de dança e outro que estava interessado em seguir investindo seu tempo na capoeira para se tornar mestre.

A elevada importância das atividades físicas atribuída pelos jovens foi ratificada quando 83,2% relataram tais atividades como sendo as que mais gostaram de realizar no Projeto (Gráfico 11).

Gráfico 11: Atividades que mais gostaram de realizar no Protejo/SMDS, segundo os próprios jovens participantes

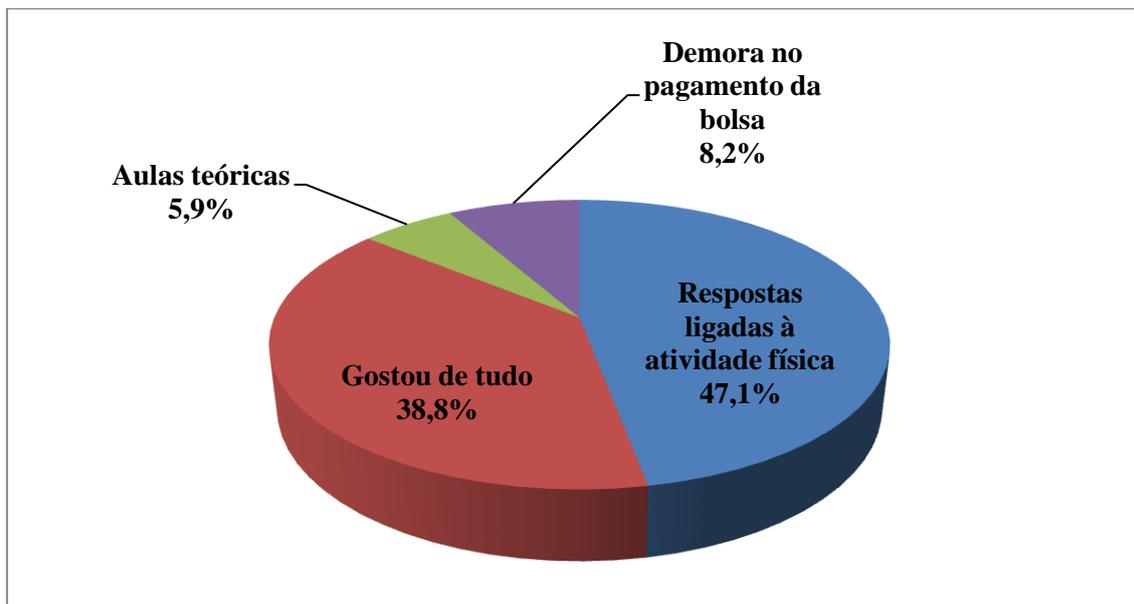


Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Foi perguntado: De maneira geral, que atividade você MAIS gosta ou gostou de realizar no Protejo?

Foi surpreendente constatar que, também, às atividades físicas foram direcionadas 47,1% das respostas referentes às atividades que menos gostaram (Gráfico 12); o percentual sobre a demora no pagamento mensal da bolsa (R\$100,00) recebeu 8,2% das respostas; 5,9% foram para as aulas teóricas e 38,8% disseram gostar de tudo, sem distinção.

Gráfico 12: Atividades que menos gostaram de realizar no Protejo/SMDS, segundo os próprios jovens participantes



Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Foi perguntado: "De maneira geral, que atividade você MENOS gosta ou gostou de realizar no Protejo?"

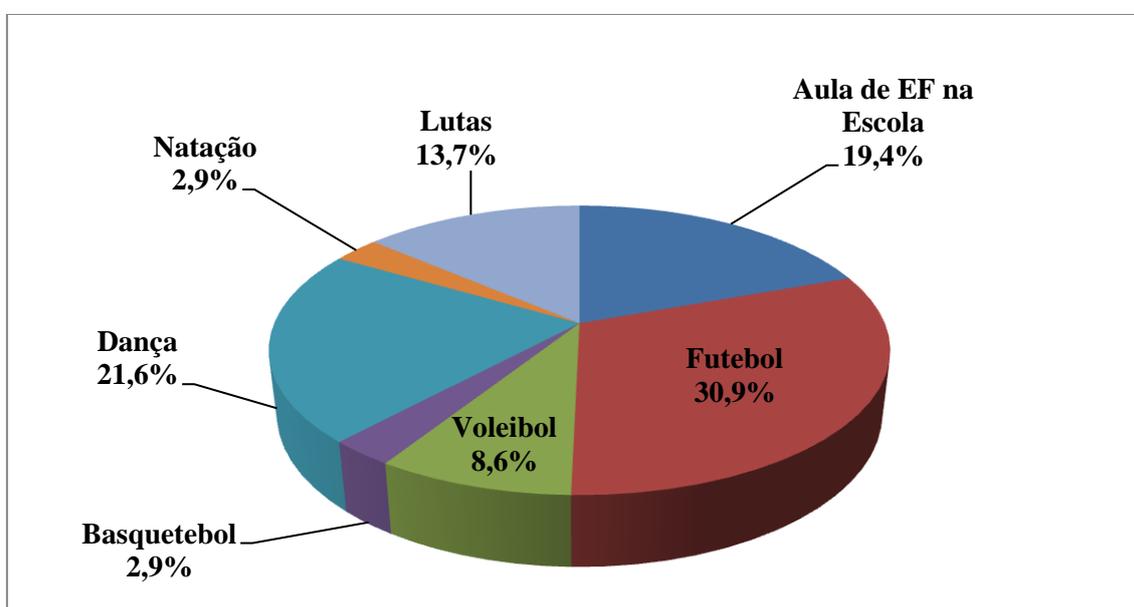
Vale destacar que, ao aprofundarmos a análise nas respostas dissertativas, oferecidas a esta pergunta nos questionários, onde as atividades esportivas aparecem como o que menos gostaram de realizar no Projeto, deparamo-nos com um elevado número de afirmações tais como: *"eu não gostei da capoeira com aquele professor"*; *"eu não gostava de futebol"*, por parte das mulheres; *"eu não gostava da dança"*, por parte dos homens. Com base, uma vez mais, em nossa empiria, inferimos que tal problemática se deva à metodologia utilizada, e não, especificamente, ao futebol, à capoeira e à dança, já que tais modalidades, quando ministradas de modo adequado, despertam o interesse e a participação da maioria dos envolvidos.

Ainda sobre o que menos agradou aos jovens, não podemos desconsiderar a importância que assume o elevado percentual da demora no pagamento mensal, que teve repercussões bastante negativas, visto que fomos informados, na entrevista com a coordenadora geral, que este foi um dos principais motivos pela evasão ocorrida logo no início do Projeto. Também é importante retomar que 5,9% apontam ter gostado menos das aulas teóricas que aconteceram logo no início do Projeto, período em que, por os professores não terem sido ainda contratados, outros funcionários da equipe não capacitados para isso (psicólogas, assistentes sociais, advogados, pedagogas), no esforço para que o trabalho começasse, ministraram (eles mesmos!) as aulas. Tais

situações revelam o elevado peso que assume a operacionalização da implementação de políticas públicas governamentais, uma vez que é capaz, por si só, de prejudicar enormemente o desenvolvimento do Programa, independente das boas intenções dos profissionais envolvidos.

Nossa amostra apresenta, no Gráfico 13, quais as modalidades esportivas praticadas pelos pesquisados e em que proporção elas são realizadas. Como vemos, o futebol obteve 30,9% das respostas, seguido pela dança (21,6%), aula de educação física (19,4%), lutas (13,7%), voleibol (8,6%), basquetebol e natação (ambas com 2,9%).

Gráfico 13: Atividades físico-esportivas praticadas pelos jovens do Protejo/SMDS



Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Foi perguntado: "Se você respondeu que pratica atividade físico-esportiva, diga de que tipo (pode marcar mais de uma opção)"

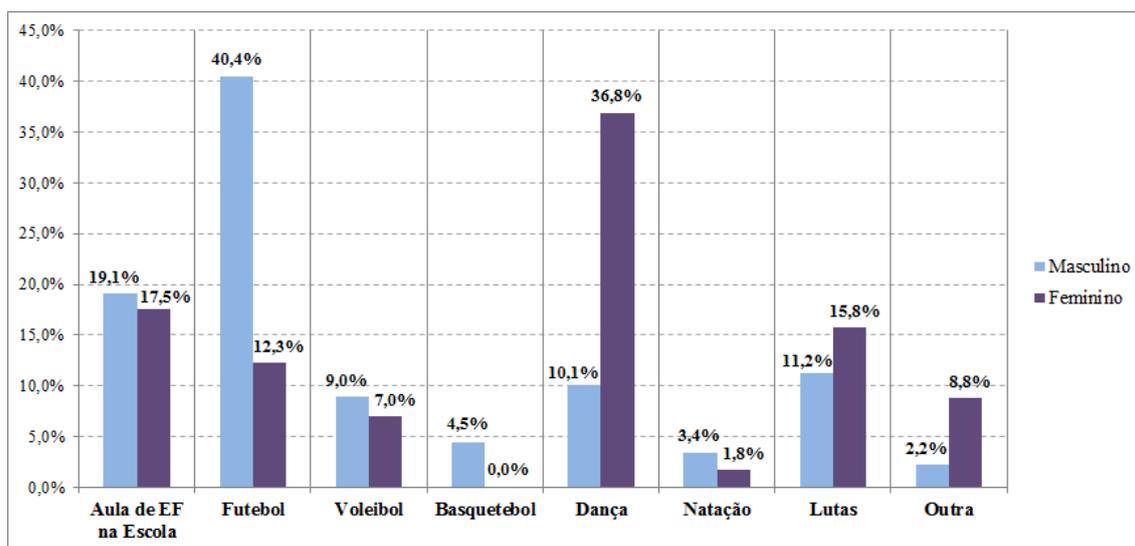
Quando somamos o percentual de escolha entre os jogos, que seguem o modelo do esporte de rendimento (futebol, voleibol e basquetebol), chegamos a 42,4% entre os praticantes. Couto & Santos (2011) concluem que se pode fazer um vínculo deste percentual com a ênfase que tais esportes recebem na educação física escolar, sendo comumente os conteúdos mais trabalhados na maioria das escolas. As autoras dizem ainda que, no caso específico do futebol, podemos acrescentar a grande influência da mídia e dos demais canais de informação, que há muitos anos influenciam diretamente na paixão que os brasileiros apresentam por essa modalidade.

Temos acompanhado diversos projetos sociais em que o oferecimento de modalidades menos comuns de dança (como o *hip-hop* e o *street-dance*), conjugado a

oficinas de DJ e de rádio, aumenta o interesse nesta modalidade e isto não foi diferente no Protejo/SMDS. Favoreceu o expressivo percentual de 21,6% direcionado à dança como modalidade praticada, a crença dos gestores deste Projeto de que seria produtivo proporcionar modalidades desconhecidas, como a dança do ventre e a dança de salão, efetivamente oferecidas no Programa.

Entretanto, ao estratificarmos nossa amostra por gênero (Gráfico14), deparamo-nos com um *ranking* diferente das modalidades de atividades físico-desportivas praticadas. Quanto aos homens, 40,4% praticam futebol²⁴; 19,1% aulas de educação física na escola; 11,2% lutas; 10,1% dança; 9,0% voleibol; 4,5% basquetebol; 3,4% natação e 1,1% outra atividade esportiva. Entre as mulheres, 36,8% praticam dança; 17,5% aulas de educação física; 15,8% lutas; 12,3% futebol; 8,8% outras (academia particular e corrida); 7,0% voleibol e 1,8% natação, sendo que nenhuma escolheu o basquete como modalidade praticada.

Gráfico 14: Atividades físico-esportivas praticadas pelos jovens do Protejo/SMDS, distribuídas por gênero



Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Foi perguntado: “Se você respondeu que pratica atividade físico esportiva, diga de que tipo (pode marcar mais de uma opção)”

Na pesquisa da Unesco (2006), a escolha do futebol e do futsal na região sudeste como modalidades esportivas preferidas chega ao elevado índice de 63,4%, comparados

²⁴ Sobre o fato de o esporte mais realizado pelos jovens ser o futebol, possivelmente tal coisa está relacionada à situação de esta modalidade ser, na maioria das vezes, executada por homens. Monteiro (2009) corrobora essa afirmação ao apontar que: O esporte no Brasil, sobretudo o futebol, é praticado, majoritariamente, por homens jovens e adultos, ricos e pobres, diferenciado talvez pelo fato de que, nas camadas populares, o futebol pode se apresentar mais fortemente como salvação (pela profissionalização ou socialização) de famílias, amigos, vizinhos e comunidades inteiras (se pensarmos no aspecto simbólico) (p.68).

aos ínfimos 7,4% do voleibol e 5,2% de lutas marciais. Ainda neste estudo, quando distribuimos a escolha por gênero, chegamos ao enorme percentual de 80,2% destinado pelos homens ao futebol e futsal. As mulheres, que apresentam escolhas mais pulverizadas entre as diversas modalidades, escolheram o voleibol como o que mais gostam de jogar (24,5%). Como bem apontam esses números, ainda hoje é visto com preconceito a escolha do futebol como prática preferida pelas pessoas do sexo feminino e ballet clássico, pelas do sexo masculino, o que adverte para a necessidade de revisão desta limitada visão cultural, de forma a proporcionar uma maior liberdade aos sujeitos no momento de suas escolhas. Almeida & Silva (2007) relacionam tais dados a valores culturais da sociedade, afirmando que:

A análise de preferências, estímulos e prática de modalidades esportivas por homens e mulheres não pode ser desvinculada do fato de que estes comportamentos são resultados das experiências do indivíduo frente ao que a sociedade concebe como adequado para o homem e a mulher (p. 189).

Nos questionários, apresentamos aos jovens um cardápio ampliado de atividades. De acordo com os percentuais apresentados, nos Gráficos 15a e 15b constatamos que eles têm sugestões diferentes das que lhes são frequentemente proporcionadas. Quando perguntados sobre qual(ais) atividade(s) físico-esportiva(s) sugeriam para o Protejo, ainda que o futebol (7,1%), a natação (6,8%) e o jiu jitsu (6,2%) tenham sido os mais assinalados, obtivemos percentuais de respostas bastante pulverizados e, muitas vezes, bastante semelhantes. É digno de nota o registro que na pergunta sobre sugestões de atividades, nenhuma opção deixou de ser escolhida por pelo menos um integrante. Fato esse que, quando relacionado com as características juvenis, nos levar a supor que há interesse pelo que é novo e diferente. Vale destacar que, mesmo sem estarem na lista de opções, a lambaeróbica, o hip-hop e as danças de salão e do ventre, também foram citados por dois pesquisados.

Ao reunirmos os percentuais direcionados às lutas (boxe, caratê, *muay thai*, *jiu jitsu*, judô, *taekwondo* e capoeira), sinalizados em verde nos Gráficos 15a e 15b, temos 34,3% das respostas, o que aponta uma considerável preferência por este tipo de modalidade.

Gráfico 15a: Atividades físico-esportivas sugeridas, pelos jovens do Protejo/SMDS (parte 1/2), para o Protejo

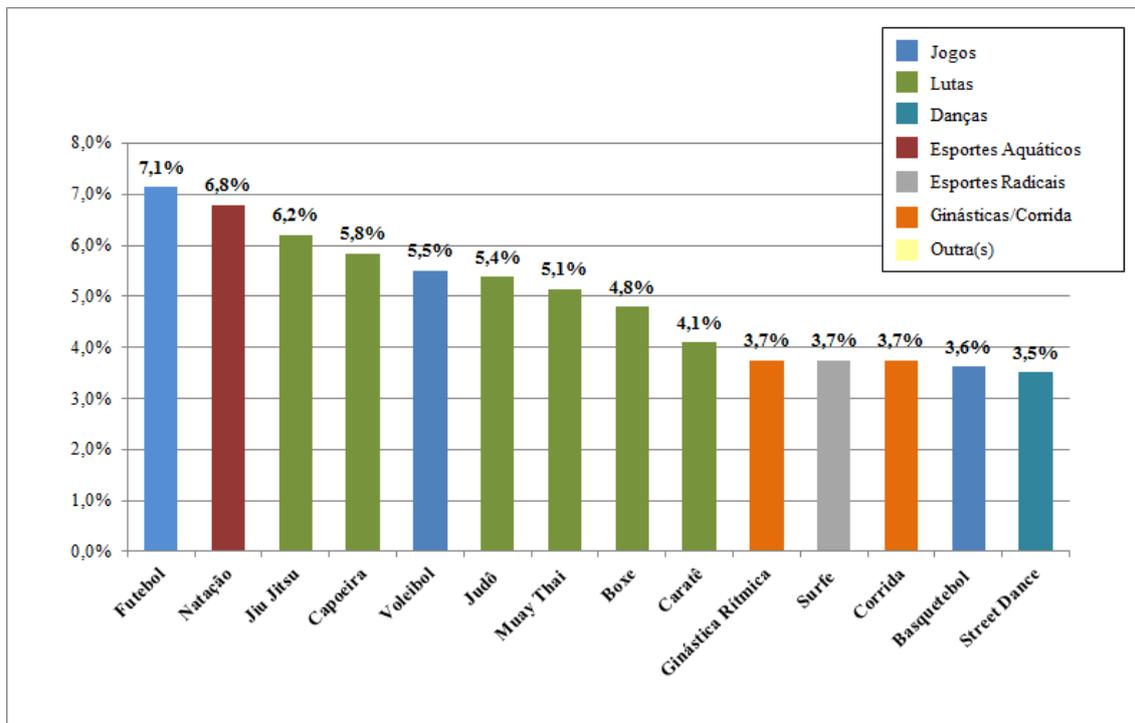
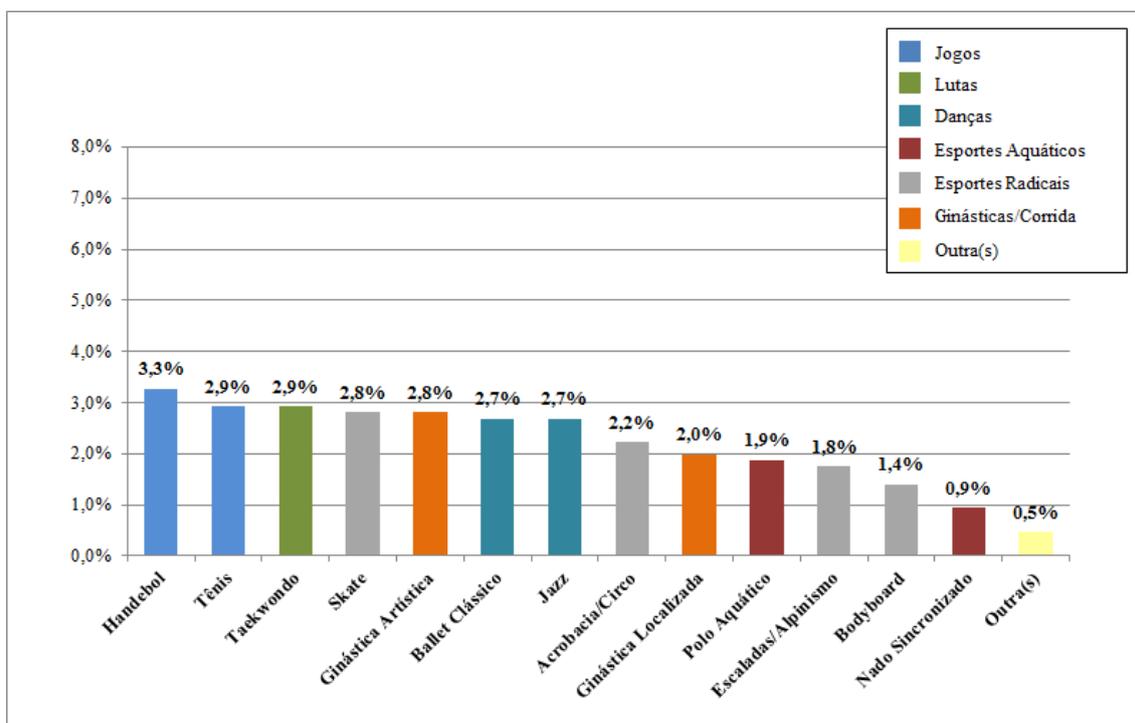


Gráfico 15b: Atividades físico-esportivas sugeridas, pelos jovens do Protejo/SMDS (parte 2/2), para o Protejo



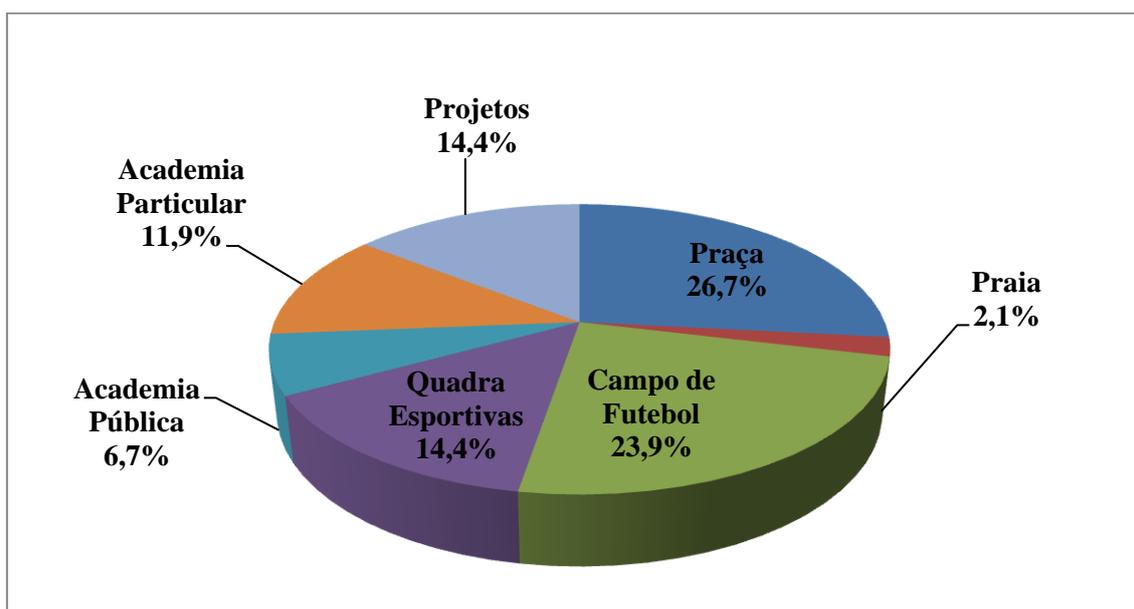
Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Foi perguntado: “Que atividade(s) físico-esportiva você sugere para o Protejo? (pode marcar mais de uma opção)”

A experiência profissional adquirida até o momento permite ressaltar a importância de oferecer uma maior diversidade de atividades esportivas nos projetos sociais. Para além da questão de conquistas no desenvolvimento físico e cultural, ao serem proporcionadas diferentes opções, ampliam-se as possibilidades de participação, revelando que um dos grandes motivos para os jovens praticarem poucas modalidades esportivas é simplesmente por terem poucas chances de escolha.

No que diz respeito aos locais próximos das residências dos jovens, disponíveis para a prática de atividades esportivas (Gráfico 16), foi revelado como são escassas as suas opções. Somente 26,7% dizem ter praça; 14,4%, quadras esportivas; 23,9%, campo de futebol; 14,4, projetos sociais; 6,7%, academia pública e 11,9%, academia particular.

Gráfico 16: Locais para realização de atividades física próximo da residência dos jovens do Protejo/SMDS, segundo os próprios jovens



Fonte: Questionário aplicado aos jovens do Protejo/SMDS, 2013.

Foi perguntado: “Existe algum lugar onde é possível realizar atividades esportivas próximo de onde você mora? Qual? Pode marcar mais de uma opção”

Essa condição indica que se faz necessário um maior investimento em políticas públicas dirigidas à construção, no espaço urbano, de locais destinados à prática de atividades físico-esportivas, caso contrário, o incentivo fica realmente comprometido. Também é sabido que, mesmo os espaços existentes, em sua ampla maioria, encontram-se degradados. Um levantamento, realizado pelo Observatório de Favelas (2007), em 53 favelas da cidade do Rio de Janeiro sobre os lugares utilizados por programas e projetos esportivos, apresenta que grande parcela desses espaços se encontra em condições

precárias, alguns deles de caráter tipicamente improvisado e/ou adaptado (p. 94). Sobre isso, Rechia (2009) esclarece que há uma nova configuração das cidades, decorrente das grandes mudanças estruturais no mundo moderno, o que prejudica a destinação de espaços para este fim, sendo “a urbanização, a divisão social do trabalho e, acima de tudo, o advento da economia monetária” fatores determinantes desse processo (p. 76). Melo & Alves (2003) acrescentam que não adianta a cidade possuir uma infinidade de equipamentos públicos se as pessoas não são estimuladas a frequentá-los. No que se refere ao acesso aos equipamentos e bens da cidade, devemos considerar também outras dimensões de grande importância: o aspecto financeiro (se o valor cobrado por esses bens são acessíveis à população), e o aspecto relacionado à formação/predisposição (se há estímulo e intervenção pedagógica, mediação que possibilite a compreensão dos significados das diversas manifestações esportivo e culturais ocorridas nestes locais).

5.6 - Os oficinairos²⁵ do Protejo/SMDS

O Protejo/SMDS contou com oficinairos, contratados de acordo com o período de desenvolvimento de sua respectiva oficina. No momento das visitas às Estações, foi possível que 5 deles respondessem o questionário da pesquisa.

De acordo com a coordenadora geral, há dificuldades para contratar profissionais com formação para trabalhar junto aos jovens. Os educadores existentes, na maioria das vezes, já estão empregados e não demonstram interesse em atuar no Protejo, em virtude do curto período de contratação. Esses fatores fizeram que os oficinairos fossem contratados com o Projeto já iniciado, não sendo possível realizar uma formação inicial com todos, com exceção dos de informática.

Dentro de cada Estação, foram os próprios coordenadores locais que realizavam encontros semanais para o planejamento²⁶. O que mais impulsionou a realização dessas reuniões foi a necessidade de planejarem o PCCI²⁷, que precisava ser apresentado

²⁵ Oficinairos foi a denominação utilizada para os educadores responsáveis pela execução das oficinas, sendo exigido notório saber comprovado, mas não sendo obrigatório nível superior.

²⁶ Tais encontros aconteciam às 2ª feiras, quando não havia atividades para os jovens.

²⁷ PCCI –Prática Comunitária Cidadã - oficina que objetiva construir com os jovens uma reflexão sobre a sua relação com a comunidade e com instituições (governamentais ou não) que o cercam e visa qualificar os mesmos para elaboração de projetos a serem implementados na segunda etapa do Projeto. SMAS (2011).

posteriormente. Quando perguntada sobre a autoria do planejamento, ela explicou da seguinte forma: *“Eram os coordenadores quem entregava as grades de conteúdos e os oficinairos preenchiam o que tinha sido dado para aquela turma. Por exemplo: semana da consciência negra, passa filme e tem teatro sobre isso”*.

De certo, as dificuldades encontradas para a contratação desses oficinairos - seja pela falta de formação específica, seja pelo curto período de contratação e salário - acarretam consequências negativas para a qualidade do trabalho oferecido aos jovens. Possuir uma equipe de educadores sem a formação ideal é somente uma, dentre tantas razões, pelas quais ao curso de formação inicial e continuada para estes profissionais deve ser dada prioridade máxima. Promover o debate e a reflexão aprofundada sobre os conteúdos listados como essenciais pela SENASP e pela SMDS são atividades das quais não se pode abrir mão quando estamos diante de um trabalho permeado de desafios, como é esse direcionado juventude. Apesar da falta de tempo e/ou problemas de pagamento para os palestrantes, torna-se primordial haver formação com e para a equipe antes do início do trabalho. Essa deve acontecer mesmo implicando em suspensão ou atraso das atividades com os jovens. Na falta de outros profissionais, deve-se, pelo menos, dispor de alguém da própria equipe para ministrar tal formação.

Ainda segundo a coordenadora, alguns oficinairos atuaram em mais de uma Estação, o que foi positivo, uma vez que possibilitou que tais educadores verificassem em certas turmas o que mais atraía os jovens, podendo, assim, repensar a sua prática.

No mais, e como aos oficinairos das atividades esportivas não é exigido nível superior²⁸, realizar um curso de formação é condição básica para que as atividades possam realmente justificar os motivos de o esporte estar inserido em um programa de segurança pública. Conteúdos como: dimensões do esporte-competição, do esporte-lazer e do esporte-educacional; bem como cuidados com o corpo; cultura corporal; inclusão e exclusão através da prática esportiva; acesso ao esporte etc. não podem deixar de ser trabalhados com os educadores, uma vez que demandam um maior grau de aprofundamento.

²⁸ Dentre os cinco oficinairos que responderam o questionário, dois tinham nível superior completo, 1 incompleto e 1 havia apenas concluído o ensino médio.

Quando perguntados sobre o planejamento das atividades, osicineiros afirmaram realizá-lo junto com a coordenação, acatando sugestões dos alunos e de acordo com datas comemorativas; somente um dos entrevistados disse não planejar. Em nossa prática, percebemos que o tempo dispensado às reuniões semanais é essencial para a realização desses registros. Afirmamos, portanto, que o ato de planejar permite que osicineiros se comprometam mais com suas funções, com os jovens, com a comunidade e até mesmo com o Programa. Ao instrumentalizar sua prática, através do registro de atividades, osicineiros podem refletir sobre como proporcionar um encontro de seus objetivos com os interesses dos participantes. Assim também, pensando sobre o seu agir, caminhos e estratégias podem ser elaborados para a superação objetiva de limites, sejam eles de natureza pedagógica, política e/ou administrativa. Nossa experiência mostra que projetos esportivos sem planejamento caminham, com frequência, para a simplificação e aligeiramento das atividades, redundando apenas em: jogos competitivos, atividades de repetição de movimentos, valorização das habilidades motoras, separação de atividades entre homens e mulheres, exclusão dos deficientes e homossexuais, dentre outras práticas incoerentes com os objetivos do Protejo.

Frente a estas considerações com base nos questionários, vamos a partir de agora entrar nas considerações finais desta dissertação.

Considerações Finais

Buscamos, no decorrer dessa pesquisa, promover o encontro entre as proposições para a realização do Protejo e as percepções sobre como o Projeto aconteceu. Ou seja, relacionamos o Projeto, idealizado pelo Ministério da Justiça, com o formato dessas ideias implantadas pela SEASDH e SMDS do Rio de Janeiro. Também foram levadas em consideração a maneira como os jovens, educadores e gestores perceberam tais propostas. Lembrando que nosso foco se direcionou ao desenvolvimento das atividades esportivas.

Para tanto, apresentamos, inicialmente, como os jovens vêm ao longo do tempo, conquistando visibilidade em nosso país, bem como os motivos que se fizeram necessários à concepção um projeto com as características do Protejo. Continuamos explicando o contexto político e administrativo em que o Projeto foi idealizado e a existência, em seu planejamento, de uma integração de diversas áreas de atuação, demonstrando o conhecimento, por parte de seus elaboradores, sobre as necessidades de planos e ações diferentes das que vinham sendo postas em prática até então.

Em relação à execução orçamentária, esclarecemos ter havido, nos primeiros dois anos, um grande investimento financeiro do Governo Federal, mas o mesmo não se pode falar dos anos seguintes, em virtude da visível diminuição de verbas. Expusemos ainda as características dos convênios realizados no município do Rio de Janeiro tanto pela SEASDH quanto pela SMDS, evidenciando, desta forma, existirem possibilidades bem distintas de execução de um mesmo convênio em resposta a um determinado edital.

Ao relacionarmos as atividades esportivas no contexto do Protejo, apresentamos as múltiplas vertentes conceituais acerca do esporte existentes em documentos e legislações brasileiras ao longo da história. Constatamos que hoje, mesmo em projetos sociais que defendem princípios de integração e inclusão, as atividades esportivas ainda apresentam, incoerentemente, fortes vínculos com pressupostos do passado, que preconizam habilidades físicas e exclusão dos menos habilidosos.

Nosso passo seguinte foi lançarmos mão da Teoria Crítica do Esporte, como alerta contra a prática do esporte, nos moldes da competição, estando a serviço de situações excludentes, mercantilistas e de “*show-business*”. Essa visão do esporte não

pode e não deve se sobrepor ao esporte de lazer e recreativo, que é o caminho aqui defendido como o pertinente ao Protejo. A contribuição dessa Teoria para a pesquisa se deu principalmente sob dois aspectos: primeiro quando alerta sobre a indústria cultural do esporte, que impregna os desejos não somente dos jovens do Protejo, mas da juventude em geral. Indústria essa que faz a mídia comercializar imagens de atletas vinculadas a bens de consumo (sapatos, roupas, carros, bebidas etc.) como se fossem imprescindíveis para o alcance da felicidade, saúde e beleza. Isso faz chegar aos jovens a ideia de que, independente da prática do esporte, é preciso que possuam produtos esportivos de marcas famosas para serem considerados sujeitos em seus espaços relacionais. Contribuindo para essa indústria encontram-se também as mídias, que entretêm e informam pelo e sobre o esporte. Nessas, não há mais fronteira entre o que é notícia e o que é produto, razão pela qual julgamos imprescindível que o debate sobre tais conteúdos estejam sempre presentes nos trabalhos de atividades esportivas desenvolvidas em projetos sociais, seja através de roda de conversas, reflexões sobre filmes, passeios para espetáculos esportivos (com posterior análise crítica) etc. Essas atividades são algumas, entre tantas outras, que o educador pode desenvolver com os jovens, a fim de analisar profundamente seus desejos de consumo, como também refletir sobre atos (como furtos, abertura de crediários, consumo exagerado) que muitas vezes têm consequências danosas em suas vidas. A segunda contribuição da Teoria Crítica se dá quando essa reforça a importância da construção da própria imagem dos jovens sobre seu corpo, de forma que este não se transforme, através do esporte, num “corpo mercadoria”, conseqüentemente num corpo manipulado, operável, medido e programado²⁹.

Para alcançar outro objetivo de nossa pesquisa, qual seja revelar o papel das práticas esportivas nos programas de juventude, buscamos elementos que dessem conta das aspirações e desejos da juventude sobre o esporte. Deparamo-nos, assim, com documentos das Conferências da Juventude, do Conjuve, do Observatório Nacional da Juventude, entre outros, atestando que os jovens têm propostas consistentes que devem

²⁹ Horkheimer e Adorno, *apud* Vaz (2004), afirmam que quanto mais complicada e refinada a aparelhagem social, econômica e científica para cujo manejo o corpo já há muito é ajustado pelo sistema de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz. Além disso, o domínio desta imagem corporal é contraditório, porque muitas vezes dominar o corpo significa mantê-lo em forma (dentro dos padrões sociais contemporâneos: esbeltos e fortes). Portanto, e ainda em Vaz (2004), constata-se que quanto mais ele é exercitado, mais é objeto manipulável, e quanto mais separado da instância não corporal, mais sem vida se torna.

ser obrigatoriamente consideradas para que as ações da esfera pública contemplem proposições esportivas de sucesso. Considerar os tipos de atividades preferidas pelos jovens significa que eles precisam, portanto, ser mais ouvidos. Não só para atender às suas demandas nos planejamentos do Projeto, mas também como auxílio para o enfrentamento do desafio que é atuar com esta faixa etária, com características tão singulares. Desse modo, ao se integrarem às propostas planejadas, os jovens sentem-se mais envolvidos e comprometidos com as atividades.

Percebemos, também, que as atividades esportivas do Protejo precisam ir além do esporte, requerendo, igualmente, um trabalho de construção de imagem corporal³⁰. Para isso, valemo-nos da psicomotricidade³¹, na sua dimensão relacional, que tem autores franceses Bernard Aucouturier e André La Pierre, referendados no Brasil, sua base teórica e prática. Dadas certas diferenças metodológicas e filosóficas, tais autores encorajam o jogo espontâneo, que favorece a expressão do imaginário, consciente e inconsciente; portanto, os participantes entram em contato com seus sentimentos, seus conflitos, suas angústias, suas ambivalências, descarregando suas tensões e favorecendo o desenvolvimento e a construção de suas personalidades.

O esporte é a atividade no Protejo de que a ampla maioria dos jovens mais gosta o que contribui, conseqüentemente, para aumentar a sua presença. Além disso, a participação nos dias, em que há esse tipo de atividade, também aumenta; o que nos mostra ser importante que a modalidade esportiva, independente dos próprios benefícios proporcionados à juventude, deva estar presente nos planejamentos de projetos, de maneira a contribuir com a diminuição da frequente evasão em projetos juvenis.

³⁰ Imagem corporal é a representação mental inconsciente e invisível que fazemos do nosso próprio corpo. Não é uma mentalização do corpo como a do esquema corporal, que especifica algumas características da espécie humana, permitindo uma comparação e mensuração, altura, peso e idade. A imagem corporal é singular, está ligada à história de vida do sujeito. Só se constitui e só continua a existir na relação com alguém. Dessa forma, é constituída das impressões resultantes das relações de prazer e desprazer estabelecidas entre o Eu-Outro, principalmente na primeira infância, com as figuras parentais. Trata-se de uma memória “inconsciente” de uma vivência relacional. É, a cada momento, a memória inconsciente de todas as relações vividas. Estrutura-se pelo investimento libidinal, sendo passível de construção e desconstrução. A imagem que temos do nosso corpo constitui-se a partir do momento em que este corpo passa a ser desejado e, também, a desejar (PINTO, 2010, p. 25).

³¹ A Psicomotricidade é uma ciência que tem como objeto de estudo o homem por meio do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo (Sociedade Brasileira de Psicomotricidade, 2007).

Como o quantitativo de jovens que gostam de atividades esportivas é maior do que efetivamente o daqueles que as praticam, constatamos que tais atividades despertam o interesse dos jovens mesmo que somente para assisti-las. Ou seja, os jovens também gostam de ser espectadores do esporte. Torna-se necessário incluir nos planejamentos atividades – às quais Marcellino (1987) se refere como de educação para o lazer - que auxiliam a formação de espectadores críticos, que conheçam, de forma geral, as regras dos jogos, a rotina de treinamento, o processo de seleção dos jogadores para a formação de equipes, a movimentação da indústria cultural etc. Ao nos deparar com esta constatação, ou seja, a de que muitos jovens gostam de esporte, mas não praticam, precisamos também indagar sobre quais os motivos que fazem esta situação ser recorrente: Estariam sendo oferecidas atividades atraentes para eles? Os horários de realização são adequados? A formação de grupos os agrada ou os separa? Qual a metodologia pedagógica empregada? Essas são apenas algumas questões que devem ser levantadas, no sentido de tentarmos compreender o que, em princípio, parece estranho.

Os jovens sinalizam com clareza, em suas respostas aos questionários, que o estilo de esporte que desejam é aquele que promove maior integração entre eles e que não desejam se tornar atletas profissionais. Portanto, as atividades devem estar vinculadas a propostas que aproximem a educação e o lazer, caracterizando-se, segundo Marins (2012), como uma rica possibilidade de aprendizagem social, que promovem momentos de prazer e diversão, enfatizando-se o lúdico e a criatividade, mas também a possibilidade de construção de um espaço democrático de inclusão social e de exercício da cidadania.

A maioria dessas sugestões, para serem efetivadas, depende de que osicineiros de esporte tenham uma formação que lhes permita o acesso a uma análise crítica sobre as três dimensões do esporte (rendimento, educacional e de lazer), como também o esclarecimento sobre o duplo aspecto educativo de lazer³², sua relação com o desenvolvimento humano e as possibilidades de expressão educacional pelo e para o mesmo. É através desta formação, antes do início do Projeto, que a questão metodológica necessita ser esclarecida aosicineiros e até mesmo, de acordo com a escolaridade desses, os conceitos básicos do esporte de lazer e recreativo apresentados. Assim, esses profissionais poderão ser oficialmente autorizados a realizar um trabalho

³² O duplo aspecto educativo do lazer é um conceito utilizado pelos estudiosos do lazer e refere-se ao lazer como objeto e enquanto veículo de educação.

livres das amarras do esporte competitivo, deixando, assim, de priorizar a melhor “*performance*”. Dessa forma, poderão realizar uma escolha consciente sobre a metodologia mais adequada à sua prática pedagógica. E é claro que, esta escolha deve sempre levar em consideração, além dos objetivos do Projeto, a preferência dos jovens.

Devido à grande responsabilidade do trabalho desempenhado pelos educadores, é necessário que seja despendido maior tempo e atenção ao seu delicado processo de contratação, o que poderia minimizar os indesejáveis desconhecimentos e incoerências no trabalho a ser realizado. Nessa linha, na formação continuada, as experiências esportivas devem ser socializadas entre osicineiros e equipe de gestão, para que esses reflitam, cotidianamente, o quanto se encontram próximos ou distantes dos objetivos. Por isso, temas como gênero, idade, etnia, condição e aparência física, religião, habilidades e classe social devem ser realmente tratados com transversais às atividades esportivas, visto que as mesmas frequentemente suscitam tais assuntos. No mais, o respeito à diversidade não pode ser deixado à margem das atividades, a fim de que todos os jovens, dentro de suas singularidades, se sintam realmente integrantes do Projeto.

Nenhuma ação pedagógica tem espaço para ser efetivada caso não haja a superação de obstáculos políticos e/ou administrativos. As secretarias, estejam elas em âmbito federal, estadual e/ou municipal, não podem permanecer com os velhos problemas. Já houve tempo suficiente para superar a ideia de que os programas federais são difíceis de serem colocados em prática e que a “máquina pública é pesada”. Caso contrário, apesar de todo esforço e afeto da equipe que atua diretamente com os jovens, persistirão os altos índices de evasão causados pela falta de pagamento, troca de locais de execução dos projetos, dificuldades no processo licitatório, problemas com programas digitais para prestação de contas, entre outros.

Os jovens têm curiosidade por modalidades esportivas que não se limitam, por exemplo, ao futebol, voleibol e dança. Assim, com a ampliação das atividades esportivas que compõem a grade de conteúdos, há uma maior probabilidade de participação dos mesmos. Modalidades menos conhecidas, principalmente as do esporte de aventura, também devem ser incluídas no planejamento, visto haver correlação das sensações que estas atividades promovem (liberdade, superação de desafios, contato com a natureza etc.) com as características da faixa etária.

O planejamento sobre o percurso de vida a ser traçado por cada jovem com o apoio de um educador, em que ele se perceba como sujeito de direitos com possibilidades de ter sonhos, independente de sua história pregressa, precisa ser encarado como uma ação *sine qua non* para o sucesso do Protejo. Assim, quando o período da ação finalizar, essa nova fase, sem o Projeto, em que novos passos precisam ser dados, poderá ser vista com alegria e com clareza³³. No mais, e no que pese a importância da construção de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), preocupa a possibilidade de que, com ele, haja o reforço da noção de transitoriedade da vida juvenil, fazendo com que ao futuro seja dada tanta atenção, que o jovem acabe desvalorizando sua vida no presente. Por outro lado, ainda que se enfatize a condição juvenil no presente, torna-se crucial a interação da equipe gestora do Protejo com outros projetos federais, estaduais e/ou municipais, para o encaminhamento dos jovens ao trabalho, ao lazer ou para prosseguimento dos estudos. Esta é uma estratégia que sugerimos ser utilizada na construção do novo Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Por último, cabe ressaltar que chegar ao final deste trabalho suscitou o desejo de aprofundá-lo, em etapa posterior, com base nos estudos contemporâneos sobre a sociologia do indivíduo, sobretudo os desenvolvidos por Danilo Martuccelli (2012). Neles, o autor centraliza no indivíduo suas atenções, percebendo-o em suas relações sociais na vida cotidiana. Apresenta ainda as “provas” pelas quais a juventude precisa passar (testes escolares, casamento, estabelecimento profissional etc.), o que poderia indicar possíveis caminhos para que, ao entender o lugar social que o jovem ocupa em sua individualidade, os educadores estivessem mais aptos para auxiliá-lo em seus planos de vida pós- Protejo.

³³ No mais, parece que esta proposta será efetivada na próxima execução do Protejo, visto que no último edital de chamada pública do Ministério da Justiça para o Protejo, lançado em agosto de 2013, houve uma modificação relacionada a esta trajetória de vida a ser percorrida pelo jovem após o término do Protejo. Se, anteriormente, somente 8 horas eram dedicadas a este propósito, que recebia a denominação de Percurso Social Formativo (PSFO) individualizado, agora, com a denominação de Plano de Desenvolvimento Individual-PDI, deverá acontecer em todo o Projeto, conforme as Diretrizes Nacionais do Ministério da Justiça (2013): As ações do PDI serão desenvolvidas no âmbito do Serviço de Suporte Integral aos Beneficiários, coordenados, preferencialmente por um dos psicólogos, ou pelo integrante que possua maior afinidade com a temática e o perfil mais adequado. É importante que o Gestor Local defina um ponto focal para supervisão das ações do PDI. Na construção do PDI todos os atores que tenham interlocução com o jovem deverão ser consultados (oficineiros, corpo docente) (BRASIL/MJ, 2013, p.4). (...) O Plano de Desenvolvimento Individual tem como foco o jovem. Pretende ser um instrumento de autoconhecimento, fazendo com que este analise sua trajetória de vida, elabore suas expectativas e construa estratégias que o levem a alcançar seus objetivos. Deverá ser desenvolvido durante todo o projeto (p. 14).

No mais, na condição de gestores e militantes no campo da juventude, seguimos nossa caminhada felizes com as recentes conquistas, consequência do inegável avanço do conhecimento nessa área, mas não completamente satisfeitos com elas. Justifica nossa insatisfação a existência de uma parcela expressiva da juventude, que foi colocada historicamente à margem das conquistas sociais e que ainda necessita de projetos como o aqui estudado. Entretanto a existência desses Projetos atestam que tal estrato da sociedade, até então praticamente invisibilizado, tem possibilidade de conquistar seu lugar como sujeito de direitos, lugar este que deve ser defendido e preservado, nesta ou em outras ações de políticas públicas, o que já é um princípio alentador.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Míriam. CASTRO, Mary G. (coords.) *Juventude, Juventudes; o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.

ALMEIDA, Sebastião Carlos Ferreira; SILVA, Salvador Inácio da: *A Troca da Boneca pela Bola: reflexões a respeito do Lazer na construção Cultural do Gênero*. In Recreação, Esporte e Lazer- espaço, tempo e atitude / org. Jamerson Antonio de Almeida da Silva , Katharine Ninive Pinto Silva. Recife: Instituto Tempo Livre, 2007.

ALVES, Alda Judith. *O planejamento de pesquisas qualitativas em educação*. São Paulo: Caderno de Pesquisa nº 77, p.53-61, 1991.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. *Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas*. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de. *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, p.25-44. 2011.

BETTI, Mauro. *Janela de vidro: esporte, televisão e educação física*. Tese doutorado faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1997.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Renovar a Teoria crítica é reinventar a participação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BONALUME, Cláudia Regina. *O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para juventude: experiência do Pronasci*. Dissertação (mestrado) Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, 2010.

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 3ª.ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRASIL, Conselho Nacional de Juventude. *Pacto Nacional pela Juventude: Apostar na Juventude é Investir no Brasil*. Brasília, 2010.

_____. *Pacto Nacional para Juventude: o Brasil precisa, a juventude quer! Balanço final*. Brasília, 2008.

_____. *Relatório de Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília, 2006. Brasil, Disponível em: Portal da SNJ. Acesso em 04 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Anuário da Educação Brasileira 2013*. SP: Moderna, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portal 2013 a. Disponível em < <http://www.mj.gov.br>> Acesso em: 15 agosto 2013.

_____. 2013b Resultado Preliminar do Edital SENASP nº 03/2013.

_____. 2013c. Edital SENASP 03 Resultado da Fase de Habilitação do Edital de Chamada Pública Pronasci. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de agosto de 2013, Seção 3, p. 90.

_____. 2012a. Edital de Chamada Pública Mulheres da Paz e Protejo. Nº 01, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, DOU Nº 102 18 de abril 2012.p.53.

_____. 2012b. Resultado da Fase de Habilitação do Edital de Chamada Pública Pronasci. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF nº102, 28 maio de 2012, p. 202.

_____. Manual de orientações aos proponentes para elaboração de propostas via Siconv nas ações de prevenção do fundo Nacional de Segurança Pública. Edital 003/2011. Brasília, 2011.

_____. Relatório Pronasci 2008/2009/2010. Brasília, 2011b.

_____. *Pronasci: Um Novo Paradigma de Segurança Pública*, Folheto Brasília, 2009.

_____. In: *Curso de Formação de Formadores do Pelc / Pronasci*, Brasília, 2008a.

_____. *Princípios do Projeto Proteção de Jovens em território Vulnerável (Protejo)* Folheto. Brasília, 2008b,

_____. Caderno Pronasci Segurança com Cidadania. São Paulo: Ed. Abril, 2008c.

_____. Caderno Pronasci. 2ª ed. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para doenças Crônicas. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Esporte. Resolução CNE nº18, 9 abril 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 abril 2007 p.107.

Ministério do Esporte. Observatório de Favelas. Legado Social dos XV JOGOS Pan Americanos Rio 2007- Diagnóstico Social e Esportivo de 53 favelas cariocas, 2007.

BRASIL. Ministério do Esporte/ SNDEL. *Caderno Pelc Pronasci*, Brasília, 2010. v.3

BRASIL Secretaria Nacional da Juventude. *Cartilha Políticas Públicas de Juventude*. Brasília, 2013a.

_____. *Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros*. Brasília, 2013b.

_____. *Propostas 2ª Conferência Nacional da Juventude*. Brasília, 2011.

_____. *Prioridades 1ª Conferência Nacional da Juventude*. Brasília, 2008.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de julho de 1990.

BRASIL. Lei Nº 9.615 de 24 de março de 1998. *Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências*. . Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 março out. 1998. Seção 1.

BRASIL. Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. *Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 2007. Seção 1.

BRASIL. LEI Nº 11.707, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei no 11.530, de 24 de outubro de 2007. *Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jun. 2008. Seção 1.

BRASIL. LEI Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. *Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 de agosto 2013.

CASTELANNI FILHO, Lino. *Afinal Esporte ou desporto?* 03 dezembro 2010.

Disponível em

<<http://www.universidadedofutebol.com.br/Coluna/11323/AFINAL%2b%2bESPORTE%2bOU%2bDESPORTO>>. Acesso em: 15 de setembro 2013.

_____. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1991.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Míriam. *Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências*. Cadernos de Pesquisa, n. 116, Fundação Carlos Chagas: SP, julho 2002.

_____. *Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas*. In. I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP. Caxambu, 2004.

CARRANO, Paulo César R; RIBEIRO, Eliane. In. 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação. *Minicurso; Indicadores sociais e estratégias metodológicas: desafios para a pesquisa em juventude e educação de Jovens e adultos*. Goiânia, 2013.

CAVALCANTI, Kátia B. *Esporte para todos: um discurso ideológico*. São Paulo: Ibrasa, 1984.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

Conselho Federal de Educação física – CONFEF- Diário oficial da União nº 237, seção 1, p.137-143 de 13 de dezembro de 2010.

DARIDO, Suraya Cristina e JÚNIOR, Osmar. *Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola*. 6.ed. Campinas: Papirus, 2010.

DELOITTE Pesquisa *Muito além do Futebol; estudos sobre o esporte no Brasil*.

Disponível em

http://www.deloitte.com/view/pt_BR/br/nossaempresa/historia/fatos/index.htm#.U4Oh_fldVqU. Acesso em 25 de maio de 2014.

ESTEVEES, Luiz; ABRAMOVAY Míriam. *Mundo Sociais: saberes e práticas*. In: VI Congresso Português de Sociologia Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

FERREIRA, Rosilaine. “Como estudar, se não tenho com quem deixar meus filhos? um estudo sobre as salas de acolhimento do projoem urbano. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, Marieta de M.; BRITTO, Angela (orgs.). *Segurança e Cidadania: memórias do Pronasci: depoimentos ao Cpdoc/FGV*, Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2010.

FLORES Apud CARDOSO, Lucileila de Sousa. *Enfrentando a violência com a participação juvenil: uma avaliação do PRONASCI em Fortaleza*. MAPP-UFC, 2011, Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

FORTE, Francisco Alexandre de P. *Análise sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci – Instituído pela Lei 11.530/07 e MP 416/08*. Estudos, Goiânia, v. 35, n. 4, p. 575-587, jul./ago. 2008.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Protejo: edital de seleção. RJ. 2008.

_____. In: Evento de Conclusão do Projeto. Rio de Janeiro 2010a.

_____. *Relatório de Atividades Protejo: contraprestação Contrato N° 002 Março a Julho 2010b.*

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Caderno Pronasci em Números.* RJ, 2010.

_____. *Pesquisa de percepção da população sobre o Pronasci, cidadania, segurança e suas instituições nos Territórios da Paz.* Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Caderno Pronasci em Perspectivas.* RJ, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese de Indicadores,* RJ, 2012.

Instituto Brasileiro de Tecnologia e Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa da Administração Pública – IBRATEC. *Relatório Projeto Protejo.* RJ, 2010.

Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC. *Pronasci: um abandono sem revisão.* Brasília, 2012.

_____. *Segurança Pública e Cidadania: uma análise orçamentária do Pronasci.* Brasília, 2010.

IBASE/PÓLIS. *Pesquisa sobre juventudes no Brasil – Relatório Quantitativo,* 2008; Corrochano et alli. *Jovens e Trabalho no Brasil,* 2008.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. *A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil.* In Wivian Weller; Pfaff, Nicole (orgs); *Metodologia da pesquisa qualitativa em educação.* Petrópolis: Vozes. 2010 p29-38.

GOMES, Rodrigo. *Governo Dilma prioriza cadeia e ações antidrogas e abandona Pronasci.* Rede Brasil Atual, São Paulo, 23 julho 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/07/governo-federal-prioriza-presidios-combate-drogas-abandona-pronasci>>. Acesso em: agosto 12 agosto 2013.

HECKTHEUNE, Luiz Felipe; SILVA, Méri Rosane; SILVA, Rose Méri. *O esporte nos projetos sociais e a produção dos sujeitos vulneráveis in Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos / organização Alex Branco Fraga, Janice Zarpellon Mazo, Marco Paulo Stigger, Silvana Vilodre Goellner – Porto Alegre: Gênese,* 2009

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica.* São Paulo: Atlas, 1991.

LULA pede corrente positiva para que Pronasci dê certo. *Jornal Extra.* Rio de Janeiro, 20 agosto 2013. Disponível em :<<http://extra.globo.com/noticias/brasil/lula-pede-corrente-positiva-para-que-pronasci-de-certo-710858.html>> Acesso em: 11 agosto. De 2013.

MAGALHÃES, Carlos Henrique F. *Breve histórico da Educação Física e sua tendências atuais a partir da identificação de algumas tendências de ideais e ideias de tendências.* In: *Revista da Educação Física/UEM.* v.16, n.1, p.91-102, 2005.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; MENEZES, Nívea Maria. *In O Esporte Para Todos e a educação do corpo: notas acerca das práticas corporais e de lazer no contexto da ditadura militar brasileira*. Goiás: Anais do VII Congresso Goiano de Ciências do Esporte Ciência & Compromisso Social: Implicações na/da Educação Física e Ciências do Esporte, 2011.

MARINS de Souza, Cláudia. *Abrindo portas do Programa Escola Aberta: as vozes dos/as usuários/as no município de Contagem-MG*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora,

MARTUCCELLI, Danilo; SINGLY, François de. *Las Sociologías del individuo*. Santiago: LOM ediciones, 2012.

MASSAD, Anselmo. Luiz Eduardo Soares aponta Orçamento como avanço do Pronasci. *Revista Fórum*. São Paulo. 21 agosto 2007. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2007/08/luiz_eduardo_soares_aponta_orcamento_com_o_avanco_do_pronasci/>. Acesso em: 12 agosto 2013.

MELO, Marcelo. P. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. *Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 344p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MELO, Victor Andrade, ALVES, Junior, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri; São Paulo: Manole, 2003.

MENDONÇA, Alba Valéria. *Investimentos do Pronasci chegam ao Rio no fim do ano*. Portal G1, Rio de Janeiro, 13 novembro 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL179426-5606,00INVESTIMENTOS+DO+PRONASCI+CHEGAM+AO+RIO+NO+FIM+DO+ANO.html>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

MONTEIRO, Rodrigo de Araujo. *Prevenção da violência: o caso de projetos sócio esportivos nos subúrbios cariocas*. Tese (Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Instituto de Medicina Social, 2009.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. *Bourdieu e a Educação – 3ª edição* Autêntica, Belo Horizonte, 2009.

NOVAES, Regina. *Juventudes e Políticas sociais no Brasil*. Orgs.: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília: Ipea, 2009.

_____. As juventudes e a luta por direitos. Juventude e Política. Le Monde Diplomatique, São Paulo, p.10, nov. de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal Dos Direitos Humanos.10 de dezembro de 1948.

PINTO, Valcira De Oliveira. O corpo em movimento: Um estudo sobre uma experiência corporal lúdica no cotidiano de uma escola pública de Belo Horizonte Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Processos Socioeducativos e Práticas Escolares.Universidade Federal de São João Del-Rei, 2012.

PNUD (Brasil). *Relatório Projeto BRA/01/28 – Esporte como estratégia de desenvolvimento social e econômico*. Brasília, 2010.

PRADO, Helen. *Desafios e tensões no processo de inclusão de jovens e adultos no PROEJA do IFRJ –Campus Duque de Caxias*.Dissertação Unirio, 2014.

PORTAL JUSBRASIL, Pronasci cortará verba de estados e municípios que não prestarem conta. Brasília, 30 setembro 2009. Disponível em:<<http://mj.jusbrasil.com.br/noticias/1929208/pronasci-cortara-verba-de-estados-e-municipios-que-nao-prestarem-conta>>. Acesso em: 12agosto2013.

REUTERS (Brasil), *Tarso diz que é "ilusão" solução a curto prazo para segurança* , 13 novembro 2007.Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/main.asp?View=%7BC3954618-6044-46A5-A025-BDF4B6C19C7C%7D&Team=¶ms=itemID=%7B3B6EA9CC-26E8-46C7-A941-B9244FB9E95A%7D;&UIPartUID=%7B2D8185DA-B124-4603-84BB-9C4ADE2F8788%7D>>. Acesso em: 12agosto 2013.

PORFÍRIO Ana Cláudia; Santos, Juliana de Abreu Pereira. *Esporte e juventude: visão do jovem acerca do esporte* EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, nº159, Disponível em <http://www.efdeportes.com>. Acesso em 31 de maio de 2014.

PRONI, Marcelo.W. *Brohm e a organização capitalista do esporte*. In PRONI, MARCELO. W. e LUCENA, Ricardo.. *Esporte História e Sociedade*. Campinas: Autores Associados , 2002. Coleção Educação Física e Esportes

RIO DE JANEIRO/ SMAS. *Processo Seletivo para implantação do Protejo*. Nº 012/2012, 22 de março 2011. Disponível em :<http://200.141.78.79/dlstatic/10112/2901859/DLFE-244499.pdf/1.0>. Acesso em: 10 de agosto 2013.

RIO DE JANEIRO/ SMDS. *Estabelece Convênio com Instituição que Gerenciará o Protejo*. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro N. 91, Rio de Janeiro, RJ, 30 julho 2012, 2012a. p.16.

_____. *Divulga Inscrição Protejo*. Rio de Janeiro. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro N. 105, Rio de Janeiro, RJ, 17 Agosto 2012b. p. 87

_____. *Apresenta Resultado Seleção Jovens Protejo*. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro N. 113, Rio de Janeiro, RJ, 29 de Agosto 2012c. p. 53.

_____. *Divulga Prorrogação Inscrição Protejo Santa Marta*. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro N. 131, Rio de Janeiro, RJ, 25 Setembro 2012d. p. 63

_____. *Apresenta Resultado Seleção Jovens Protejo Estação Santa Marta*. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro N. 136, Rio de Janeiro, RJ, 02 Outubro 2012e p.67

_____. Resultados Relatório Dados estatístico para SENASP abril, 2014.

RECHIA, Simone. *Planejamento dos espaços e dos equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de "saúde urbana"* in: Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos / organização Alex Branco Fraga, Janice Zarpellon Mazo, Marco Paulo Stigger, Silvana Vilodre Goellner – Porto Alegre: Gênese, 2009

RIO DE JANEIRO /SEASDH. *Processo Seletivo para Implantação do Protejo*, Edital N. 08/2008. Rio de Janeiro, 2008.

RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos*. In: Maria das Graças Rua; Maria I. V. de Carvalho (orgs.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 231-260.

SOARES, Luiz Eduardo. *A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas*. Estudos Avançados .vol.21nº.61 São Paulo, Set./Dez.2007.

SOFIATI, Flavio M. *A Juventude no Brasil: história e organização*. 2005. Disponível em: <http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofiat.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2013.

TUBINO, Manuel. *O que é esporte?* Coleção Primeiros Passos nº. 276. SP: Brasiliense, 1999.

_____. *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte educação*. Maringá: Eduem, 2010.

VAZ, Alexandre. F.; Torri, Danielle. *Do centro à periferia: sobre a presença da teoria crítica do esporte no Brasil*. Revista Brasileira da Ciencia Esporte, campinas, v.28, n.I, p.185-200, set.2006

VAZ, Alexandre. F. *Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas, atualidades*. Esporte e sociedade: Rio de Janeiro. v.1, nº.1, p.1-23, 2005.

_____. *Corpo e indústria cultural: notas para pensar a educação na sociedade contemporânea*. In Ensaio Frankfurtianos Zuin, Antonio, Pucci, Bruno Ramos de Oliveira, Newton orgs. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Técnica, esporte, rendimento*. Revista Movimento:Porto Alegre. v.7, p.87-99, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacob. *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*. RJ: Flacso Brasil, 2013a.

_____. *Mapa da Violência 2013: Mortes Matadas por armas de fogo*. RJ: Flacso Brasil, 2013b.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas; São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

Anexo I

**Atividades desenvolvidas pela pesquisadora relacionadas à
implementação e execução de políticas públicas**

Órgão de vinculação	Ministério do Esporte / SNDEL - Secretaria Nacional de Esporte e Lazer
Período	Fevereiro/2010 até Outubro/2011
Cargo	Coordenadora Geral de 27 núcleos de Programa de Esporte e Lazer situados nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo;
Órgão de vinculação	Ministério do Esporte / SNDEL
Período	Abril/2007 até Agosto/2007 e Abril/2008 até Abril/2010
Cargo	Coordenadora Geral de 20 núcleos de Programa de Esporte e Lazer e Vida Saudável situados no município do Rio de Janeiro;
Órgão de vinculação	Ministério do Esporte / SNDEL
Período	Dezembro/2009 até Abril/2010
Cargo	Formadora Nacional dos agentes sociais dos Núcleos do Pronasci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) e PELC Programa de Esporte Lazer da Cidade
Órgão de vinculação	Ministério do Esporte / SNDEL
Período	Dezembro/2008 até Abril/2010)
Cargo	Formadora Nacional dos agentes sociais dos Núcleos do PELC (Programa de Esporte Lazer) e Vida Saudável
Órgão de vinculação	Ministério da Educação/ SECADI
Período	Abril/2007 até Dezembro/2007
Cargo	Consultora do Programa Escola Aberta ministrando cursos em diversos estados brasileiros sob o tema de Esporte e Lazer
Órgão de vinculação	Governo do Estado do Rio de Janeiro (Secretaria do Estado de Obras do Rio de Janeiro)
Período	Março/2007 até Agosto/2007
Cargo	Assessora Pedagógica junto à implantação do Projeto Pedagógico nas Creches inauguradas pelo Programa Nova Baixada, atuando nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita e São João de Meriti
Órgão de vinculação	Governo do Estado do Rio de Janeiro (Secretaria de Estado de Planejamento e Integração Governamental)
Período	Julho/2005 até Dezembro/2006
Cargo	Consultora do Programa Nova Baixada, atuando nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita e São João de Meriti, com as seguintes atribuições: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assessoria na organização dos Comitês Gestores de Bairros de atuação do Programa Nova Baixada. ▪ Coordenação dos Cursos de Formação com Educadores das Creches Comunitárias do Município de Belford Roxo. ▪ Coordenação da Escola de Pais. ▪ Supervisão de Acompanhamento Pedagógico; ▪ Professora no Curso de Formação com Educadores (temas das aulas: Gestão de Creche, Relação com as famílias, Brincadeiras na Educação Infantil / Avaliação / Planejamento / O Berçário e sua rotina dentre outras).

Órgão de vinculação	Governo do Estado do Rio de Janeiro (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro)
Período	Fevereiro/2002 até Junho/2005
Cargo	Consultora do Programa Nova Baixada, atuando nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita e São João de Meriti, com as seguintes atribuições: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenação das ações de campo do Projeto de Creche, apoiando o Gerente de Creches no desenvolvimento de suas tarefas e responsabilidades. ▪ Coordenação da execução do Projeto de Capacitação dos profissionais das creches construídas pelo Programa Nova Baixada e Creches Comunitárias. ▪ Professora no Curso de Formação com Educadores (temas das aulas: Gestão de Creche, Relação com as famílias, Brincadeiras na Educação Infantil / Avaliação / Planejamento / O Berçário e sua rotina dentre outras).
Órgão de vinculação	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ (SME)
Período	2001 até os dias de hoje 1993 até 1996
Cargo	Professora de Educação Física
Órgão de vinculação	Ministério do Esporte /SNDEL
Período	Fevereiro/2010 até Outubro/2011
Cargo	Coordenadora Geral de 27 núcleos de Programa de Esporte e Lazer situados nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo;
Órgão de vinculação	Ministério do Esporte / SNDEL
Período	Abril/2007 até Agosto/2007 e Abril/2008 até Abril/2010
Cargo	Coordenadora Geral de 20 núcleos de Programa de Esporte e Lazer e Vida Saudável situados no município do Rio de Janeiro;
Órgão de vinculação	Ministério do Esporte / SNDEL
Período	Dezembro/2009 até Abril/2010
Cargo	Formadora Nacional dos agentes sociais dos Núcleos do Pronasci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) e PELC Programa de Esporte Lazer da Cidade
Órgão de vinculação	Ministério do Esporte / SNDEL
Período	Dezembro/2008 até Abril/2010
Cargo	Formadora Nacional dos agentes sociais dos Núcleos do PELC (Programa de Esporte Lazer) e Vida Saudável
Órgão de vinculação	Ministério da Educação /SECADI
Período	Abril/2007 até Dezembro/2007
Cargo	Consultora do Programa Escola Aberta ministrando cursos em diversos estados brasileiros sob o tema de Esporte e Lazer
Órgão de vinculação	Governo do Estado do Rio de Janeiro (Secretaria do Estado de Obras do Rio de Janeiro)
Período	Março/2007 até Agosto/2007

Cargo	Assessora Pedagógica junto à implantação do Projeto Pedagógico nas Creches inauguradas pelo Programa Nova Baixada, atuando nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita e São João de Meriti
Órgão de vinculação	Governo do Estado do Rio de Janeiro (Secretaria de Estado de Planejamento e Integração Governamental)
Período	Julho/2005 até Dezembro/2006
Cargo	<p>Consultora do Programa Nova Baixada, atuando nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita e São João de Meriti, com as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assessoria na organização dos Comitês Gestores de Bairros de atuação do Programa Nova Baixada. ▪ Coordenação dos Cursos de Formação com Educadores das Creches Comunitárias do Município de Belford Roxo. ▪ Coordenação da Escola de Pais. ▪ Supervisão de Acompanhamento Pedagógico; ▪ Professora no Curso de Formação com Educadores (temas das aulas: Gestão de Creche, Relação com as famílias, Brincadeiras na Educação Infantil / Avaliação / Planejamento / O Berçário e sua rotina dentre outras).
Órgão de vinculação	Governo do Estado do Rio de Janeiro (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro)
Período	Fevereiro/2002 até Junho/2005
Cargo	<p>Consultora do Programa Nova Baixada, atuando nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita e São João de Meriti, com as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenação das ações de campo do Projeto de Creche, apoiando o Gerente de Creches no desenvolvimento de suas tarefas e responsabilidades. ▪ Coordenação da execução do Projeto de Capacitação dos profissionais das creches construídas pelo Programa Nova Baixada e Creches Comunitárias. ▪ Professora no Curso de Formação com Educadores (temas das aulas: Gestão de Creche, Relação com as famílias, Brincadeiras na Educação Infantil / Avaliação / Planejamento / O Berçário e sua rotina dentre outras).
Órgão de vinculação	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ (SME)
Período	2001 até os dias de hoje 1993 até 1996
Cargo	Professora de Educação Física

Anexo II

Roteiro Entrevista com coordenadora geral



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Uni Rio

Mestrado em Educação/ Políticas Públicas

Mestranda: Gláucia Míriam Simões da Motta

Roteiro da Entrevista Semiestruturada com Coordenador do Protejo SMDS

1. Apresentação: Nome, formação, há quanto tempo está no Projeto?
2. Em quais editais do Protejo/Pronasci a SMDS se inscreveu? Quantas dessas inscrições foram deferidas?
3. Existe alguma entidade parceira que gerencia o Projeto? Qual?
4. Como se deu a inscrição/ seleção dos jovens?
5. Que tipo de comunicação existe entre a SMDS e a Secretaria Nacional de Segurança?
6. Há algum tipo de monitoramento do projeto pela Secretaria Nacional de Segurança? De que forma? E pela coordenação municipal junto aos territórios?
7. Há metas quantitativas a serem alcançadas? Elas são fáceis de serem atingidas?
8. Em quantos e quais territórios foram e/ou estão sendo desenvolvidas as atividades?
9. Como se deu a escolha das atividades a serem implementadas?
10. Quais ações foram /ou estão sendo implementadas com respectivas datas de realização?
11. Como você avalia o oferecimento de atividades esportivas em programas de segurança? São importantes? Carga horária de 100h seria adequada?
12. Você acredita que atividades esportivas estimulam os jovens a frequentarem o Protejo? Por quê?
13. As atividades esportivas foram implementadas?
14. No caso das atividades esportivas acontecerem, você percebe interesse dos jovens em participar delas? De que maneira?
15. Qual o quantitativo de jovens que iniciaram e que permanecem no projeto?
16. Existem dificuldades na execução do projeto?
17. No caso de haver evasão, a que você atribui este fato?
18. Existe ou haverá algum acompanhamento das trajetórias dos jovens após o término do projeto? De que tipo?

Anexo III

Questionário dos educadores



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Uni Rio

Mestrado em Educação/ Políticas Públicas

Mestranda: Gláucia Míriam Simões da Motta

PESQUISA COM EDUCADORES DO PROTEJO - SMDS - RIO DE JANEIRO – Estação: _____

Caro Educador,

Este questionário faz parte da pesquisa que desenvolvo no Curso de Mestrado em Educação da Unirio, intitulada “Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável - Protejo: um resgate histórico de sua implantação no Município do Rio de Janeiro”. Seu objetivo é verificar a importância das atividades esportivas no Protejo. Não há respostas certas ou erradas e também não é necessário que você se identifique.

Conto com sua colaboração. Muito obrigada!

Gláucia Simões

1. Data de Nascimento : ____ / ____ / ____

2. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Cor/Raça:

() Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Não sei

4 Estado Civil:

() Casado (a) () Desquitado/ divorciado (a) () Viúvo(a) () Solteiro(a)

5 Você mora:

() Na casa de seu pai e/ou mãe/responsável () Em outra casa

6. Quantas pessoas vivem na sua casa? _____ pessoas

7. Marque qual sua ÚLTIMA formação escolar e ano de conclusão:

() Ensino Médio Ano: _____

() Ensino Superior Ano: _____ Qual? _____

() Pós Graduação Ano: _____ Qual? _____

8. Você está no Protejo desde o início das atividades?

() Sim () Não → Iniciou quando? _____

9. Participou de algum tipo de formação para trabalhar no Projeto?

() Não () Sim → Qual? _____

10. Participa de algum tipo de treinamento/ formação para o desenvolvimento de seu trabalho?

() Sim → Com que frequência? _____

() Não

11. Você acredita que as atividades esportivas estimulam os jovens a frequentarem o Protejo?

() Sim

() Não

() Talvez

12. A maioria dos jovens nas atividades físico-esportivas desenvolvidas no Protejo é:

() Muito interessada

() Interessada

() Pouco Interessada → PASSE PARA A QUESTÃO Nº 14

() Indiferente → PASSE PARA A QUESTÃO Nº 14

13. De que maneira você identifica o interesse dos jovens pelas atividades físico- esportivas ? (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

() Pelo aumento da frequência da turma

() Pelas perguntas sobre as datas das atividade físicas

() Pelas sugestões de atividades

() Pela Participação

() Outra _____

14. Como você avalia a carga horária de 100h destinada as atividades esportivas existente no planejamento do Protejo?

() Suficiente

() Insuficiente → Por quê? _____

15. Há um planejamento das atividades físico-esportivas?

() Sim → Realizado por quem? _____ Com que frequência? _____

() Não

16. Como acontece a escolha de atividade físico-esportivas a serem realizadas no Projeto?

17. Que atividade(s) físico- esportiva(s) você sugere para o Protejo? (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

- () Voleibol () Basquetebol () Capoeira () Futebol () Handebol () Bodyboard () Skate
() Escaladas/ alpinismo () Tênis () Street Dance () Ballet clássico () Jazz () Jiu Jitsu () Boxe
() Caratê () Muay thai () Taekwondo () Natação () Polo aquático () Ginástica Rítmica
() Ginástica Artística (olímpica) () Judô () Capoeira () Surfe () Corrida () Ginástica localizada
() Acrobacia/circo () Nado sincronizado Outra(s)_____

18. De uma maneira geral, qual a atividade que os jovens MAIS gostam ou gostaram de realizar no Protejo?

19. De uma maneira geral, qual a atividade que os jovens MENOS gostam ou gostaram de realizar no Protejo?

Anexo IV

Questionário dos jovens



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

Mestrado em Educação/ Políticas Públicas

Mestranda: Gláucia Míriam Simões da Motta

PESQUISA COM JOVENS PARTICIPANTES DO PROTEJO - SMDS RIO DE JANEIRO – Território _____

Caro participante,

Este questionário faz parte da pesquisa que desenvolvo no Curso de Mestrado em Educação da Unirio, intitulada “Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável - Protejo: um resgate histórico de sua implantação no Município do Rio de Janeiro”. Seu objetivo é verificar a importância das atividades esportivas no Protejo. Não há respostas certas ou erradas e também não é necessário que você se identifique.

Conto com sua colaboração. Muito obrigada!

Gláucia Simões

1. Data de Nascimento : ____ / ____ / ____

2. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Escolaridade:

() Estudo → () 1º ao 5º ano () 6º ao 9º ano () Ensino Médio

() Não Estudo

4. Existe algum lugar onde é possível realizar atividades esportivas próximo de onde você mora?

() Sim → Qual? (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

() Praça () Praia () Campo de futebol () Quadras esportivas

() Academia pública () Academia particular () Projetos

() Não existe

5. Você pratica atividades físico-esportivas?

() Sim

() Não → PASSE PARA A QUESTÃO Nº 8

6. Se você respondeu sim, diga a frequência no último mês?

() Todos os dias () 5 a 6 vezes por semana () 3 a 4 vezes por semana () 1 a duas vezes por semana

7. Se você respondeu sim, diga de que tipo (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

- () Aula de educação física na escola () Futebol () Voleibol () Basquetebol
 () Dança () Natação () Lutas (capoeira, judô, jiu jitsu, boxe, caratê, muay thai, taekwondo etc.)
 () Outra → Qual? _____

8. Você está no Protejo desde o início das atividades?

- () Sim () Não → Quando começou? _____

9. Você considera importante oferecer atividades físico-esportivas no Projeto:

() Sim → Por quê? (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

- () Para integrar mais o grupo () Para ajudar o desenvolvimento físico e/ou as habilidades físicas
 () Para conhecer novos jogos () Para as pessoas se tornarem mais populares
 () Para extravasar as energias () Para se tornar um atleta profissional
 () Para fazer amigos () Para ocupar mais o tempo / animar o dia
 () Outro motivo → Qual? _____

- () Não acha importante

10. O Projeto oferece atividades físico-esportivas?

- () Sim → Qual? _____
 () Não

11. Você participa das atividades físico-esportivas oferecidas?

- () Sim → Qual? _____
 () Não

12. Ter atividades físico-esportivas estimula você a frequentar o Protejo?

- () Sim, muito () Sim, um pouco () Não faz diferença

13. Que atividade(s) físico-esportivas você sugere para o Protejo?

() Voleibol () Basquetebol () Capoeira () Futebol () Handebol () Bodyboard () Skate
() Escaladas/ Alpinismo () Tênis () Street Dance () Ballet Clássico () Jazz () Jiu Jitsu () Boxe
() Caratê () Muay Thai () Taekwondo () Natação () Polo Aquático () Ginástica Rítmica
() Ginástica Artística (olímpica) () Judô () Surfe () Corrida () Ginástica Localizada () Acrobacia/Circo
Outra(s) _____

14. De maneira geral, que atividade você MAIS gosta ou gostou de realizar no Protejo?

15. De maneira geral, que atividade você MENOS gosta ou gostou de realizar no Protejo?

Anexo V

Termo de consentimento esclarecido menores de idade



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Uni Rio

Mestrado em Educação/ Políticas Públicas

Mestranda: Gláucia Míriam Simões da Motta

TERMO DE CONSENTIMENTO TÉCNICO ESCLARECIDO

Prezado Jovem,

Você está convidado(a) a participar de um estudo que tem a finalidade de realizar uma análise comparativa nos territórios que implantaram a parte esportiva no Projeto Protejo / PRONASCI entre os anos de 2008 a 2013.

Sua participação é de fundamental importância para conhecermos os seguintes objetivos da pesquisa:

- 1- Avaliar se as metas projetadas pelo Protejo / Pronasci estão efetivamente sendo alcançadas;
- 2- Analisar as dificuldades organizacionais e processuais da implementação do Protejo/Pronasci;
- 3- Comparar o alcance das metas do Protejo/Pronasci entre os territórios que implantaram atividades esportivas com os que optaram pela não implantação

Caso você concorde em participar, será solicitado a responder algumas perguntas para conhecermos a sua opinião.

As perguntas serão feitas através de entrevista individual. Suas respostas serão gravadas em MP4 para uso exclusivo da pesquisa. Manteremos seu nome em sigilo, identificando suas ideias como profissional da gestão do Projeto.

Comprometemo-nos em devolver uma cópia do resultado da pesquisa para cada Entidade / Associação que acolheu o Protejo nesse período da pesquisa, órgãos públicos envolvidos, assim como ficará uma via original na Biblioteca da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para consulta de todos os interessados.

Sua participação é livre e voluntária, e qualquer dúvida você pode procurar a pesquisadora, Gláucia Míriam Simões da Motta pelo telefone (21) 98725-9442 ou pelo endereço eletrônico glauciasimoes@yahoo.com.br

Agradecemos desde já sua colaboração.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora, conforme acima descrito, e ter entendido o que me foi explicado, consinto que meu filho(a) _____ participe do presente protocolo de pesquisa.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do Entrevistado

Gláucia M. Simões da Motta – Pesquisadora

Anexo VI

Termo de consentimiento esclarecido educadores



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Uni Rio

Mestrado em Educação/ Políticas Públicas

Mestranda: Gláucia Míriam Simões da Motta

TERMO DE CONSENTIMENTO TÉCNICO ESCLARECIDO

Prezado Educador,

Você está convidado(a) a participar de um *estudo* que tem a finalidade de realizar uma análise comparativa nos territórios que implantaram a parte esportiva no Projeto Protejo / PRONASCI entre os anos de 2008 a 2013.

Sua participação é de fundamental importância para conhecermos os seguintes objetivos da pesquisa:

- 4- Avaliar se as metas projetadas pelo Protejo / Pronasci estão efetivamente sendo alcançadas;
- 5- Analisar as dificuldades organizacionais e processuais da implementação do Protejo/Pronasci;
- 6- Comparar o alcance das metas do Protejo/Pronasci entre os territórios que implantaram atividades esportivas com os que optaram pela não implantação

Caso você concorde em participar, será solicitado a responder algumas perguntas para conhecermos a sua opinião.

As perguntas serão feitas através de entrevista individual. Suas respostas serão gravadas em MP4 para uso exclusivo da pesquisa. Manteremos seu nome em sigilo, identificando suas ideias como profissional da gestão do Projeto.

Comprometemo-nos em devolver uma cópia do resultado da pesquisa para cada Entidade / Associação que acolheu o Protejo nesse período da pesquisa, órgãos públicos envolvidos, assim como ficará uma via original na Biblioteca da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para consulta de todos os interessados.

Sua participação é livre e voluntária, e qualquer dúvida você pode procurar a pesquisadora, Gláucia Míriam Simões da Motta pelo telefone (21) 98725-9442 ou pelo endereço eletrônico glauciasimoes@yahoo.com.br

Agradecemos desde já sua colaboração.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora, conforme acima descrito, e ter entendido o que me foi explicado, consinto que minhas opiniões e ideias sejam utilizadas conforme o presente protocolo de pesquisa.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do Entrevistado

Gláucia M. Simões da Motta – Pesquisadora